

ANDREIA ANGELA DE OLIVEIRA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM
SOCIOLINGUÍSTICA**

**CAMPO GRANDE - MS
OUTUBRO - 2016**

M	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>
OLIVEIRA, A.A.	<p>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</p> <p>ANDREIA ANGELA DE OLIVEIRA</p>
<p>A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM</p>	<p>A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA</p>
2016	<p>Campo Grande - MS Outubro - 2016</p>

ANDREIA ANGELA DE OLIVEIRA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM
SOCIOLINGUÍSTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elza Sabino da Silva Bueno

**CAMPO GRANDE - MS
OUTUBRO - 2016**

CIP – Catalogação na Publicação

O45v Oliveira, Andréia Angela de.

A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa: uma abordagem sociolinguística/ Andréia Angela de Oliveira. Campo Grande, MS: UEMS, 2016.

136f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Elza Sabino da Silva Bueno.

1. Variação linguística 2. Ensino de língua 3. Heterogeneidade linguístico-cultural I. Título.

CDD 23.ed. 306.44

ANDREIA ANGELA DE OLIVEIRA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM
SOCIOLINGUÍSTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Elza Sabino da Silva Bueno (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^ª. Dr^ª. Neide Araújo Castilho Teno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^ª. Dr^ª. Rosangela Villa da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Profa. Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros – Suplente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Profa. Dra. Marilze Tavares – Suplente
Universidade Federal da Grande Dourados/UEGD

Campo Grande/MS, 28 de outubro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade, pela força e coragem... que, conhecendo os segredos mais íntimos do meu coração, ilumina todos os dias o meu caminho, proporcionando, assim, este momento valoroso, mostrando que sou capaz de atingir meus objetivos por mais difíceis que pareçam, que me dá força e coragem para vencer cada obstáculo que possa estar em meu caminho...

À minha família, pelo apoio, incentivo, e por toda a ajuda necessária durante esta caminhada...

Ao meu esposo e companheiro Robson, pelo incentivo, pelo amparo, pela compreensão necessária, pela paciência durante esta jornada...

À professora, pesquisadora e orientadora Elza Sabino da Silva Bueno, pela dedicação, compreensão, cuidado, amparo, pelos valiosos ensinamentos... que se tornou pessoa importante em minha vida, ao acreditar, acolher meu projeto de pesquisa e fazer parte da minha história, tornado-se um espelho refletindo coragem, e sabedoria...

Às eternas amigas, Marta Hoffmann, Regina Célia e Luciene, pela força, pelo incentivo, pelo apoio constante em mais uma das muitas vitórias que virão...

Aos professores participantes da banca examinadora por aceitarem tão gentilmente o convite. Aos colegas de mestrado pelas partilhas, contribuições e incentivo. Aos amigos de trabalho; aos meus diretores que, por meio de incentivos, apoiaram-me e deixaram livres os caminhos para esta jornada.

Agradeço, por fim, aos professores do Programa de Mestrado em Letras, que levaram ao meu alcance conhecimentos que outrora nunca teria tido se não pela dedicação e amor ao que fazem, e aos servidores da UEMS/Unidade Universitária de Campo Grande, por toda a dedicação e por todo o carinho.

EPÍGRAFE

Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.
Cora Coralina

OLIVEIRA, Andréia Angela de. *A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa: uma abordagem sociolinguística*, 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016, 136f.

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto os livros didáticos, do componente curricular de Língua Portuguesa do Ensino Médio no PNL D 2015, adotados pelas escolas estaduais do município de Sidrolândia – MS, tratam a questão da variação linguística, uma vez que nas últimas décadas, os estudos linguísticos têm ganhado força e a Linguística é cada vez mais valorizada como ciência da linguagem. Com relação ao ensino de língua portuguesa, muitas premissas já foram quebradas e reformuladas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido em toda a esfera educacional, em que cabe à escola, mostrar aos alunos as variações existentes na língua portuguesa e fazer com que estes compreendam a origem e o contexto de uso para empregá-las, conscientizando-se de que o Brasil não é um país monolíngue, e que se deve combater toda e qualquer forma de discriminação, inclusive com relação ao falar do indivíduo e dos demais grupos da sociedade. Considerando o livro didático como uma das ferramentas mais adotadas pelo professor em sua prática diária, e o grande investimento financeiro realizado pelo Governo Federal na garantia e manutenção deste instrumento, o presente trabalho nasce da necessidade de se analisar o tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos do PNL D (2015) tendo, por base para a análise, um roteiro proposto pelo estudioso Marcos Bagno (2007) e um modelo de análise proposto por Gonzáles (2012). Por meio deste estudo foi possível identificar o quanto os estudos linguísticos têm colaborado na reformulação do ensino de língua portuguesa valorizando o contexto sócio-histórico do aluno e contribuindo, desta forma, na desmistificação do preconceito linguístico, tão enraizado na nossa cultura. Porém, alguns livros didáticos ainda deixam a desejar com relação ao ensino da variação linguística, o que precisa ser repensado e adequado para auxiliar o fazer pedagógico do professor às reais necessidades dos alunos no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Livro didático; Variação linguística; Preconceito linguístico.

OLIVEIRA, Andréia Angela de. *A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa: uma abordagem sociolinguística*, 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016, 136f.

ABSTRACT

This study's purpose is to analyze how the textbooks, curriculum component of Portuguese high school in PNLD 2015 adopted by the state schools in the county of Sidrolândia - MS, address the issue of linguistic variation, since in recent decades, linguistic studies have gained strength and Linguistics is increasingly valued as a science of language. Regarding the Portuguese language teaching, many premises have been broken and reformed, but still there is a long way to go across in the educational sphere, and it is school's duty to show to the students the existing variations in Portuguese and make them understand the origin and the use of context to use it, aware that Brazil is not a monolingual country, and that must fight against all forms of discrimination, including with regard to speak of the individual and other groups in society. Considering the textbook as one of the tools most widely adopted by teachers in their daily practice, and the large financial investment by the federal government in ensuring and maintaining this instrument, this work is born from the need to analyze the treatment given to linguistic variation in the textbooks PNLD (2015) having as basis for analysis, a road map proposed by scholar Marcos Bagno (2007) and an analysis model proposed by Gonzáles (2012). Through this study it was possible to identify how the linguistic studies have collaborated on the reformulation of the Portuguese language teaching valuing the socio-historical context of the student and thus contributing in the demystification of linguistic discrimination, so rooted in our culture. But some textbooks do not meet expectations with respect to the teaching of language variation, which needs to be rethought and appropriate to assist the pedagogical teacher the real needs of students in the teaching learning process Portuguese.

Keywords: Portuguese language; Textbook; Linguistic variation; Linguistic discrimination.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Políticas Públicas para o Livro Didático (LD).....	57
Quadro 02 – Habilidades e competências linguísticas.....	68
Quadro 03 - Roteiro de análise dos livros didáticos selecionados para esse estudo.....	73
Quadro 04 - Livros didáticos analisados.....	75
Quadro 05 – Especialistas.....	89
Quadro 06 – Fala da personagem.....	91
Quadro 07 – Explicativo Marcos Bagno.....	92
Quadro 08 – Explicativo Maurizio Gnerre.....	93
Quadro 09 – Variação sociocultural.....	105
Quadro 10 – Entrevista de Chico Buarque.....	110
Quadro 11 – Reportagem do Jornal Nacional.....	111
Quadro 12 – Crônica Cultura.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático
Colted - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
Fename - Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT- Gramática Tradicional
INL - Instituto Nacional do Livro
LD - Livro Didático
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LCT - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Libras - Língua Brasileira de Sinais
LP - Língua Portuguesa
MEC - Ministério da Educação
MS - Mato Grosso do Sul
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
Plid - Programa do Livro Didático
Plidef - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
SEB - Secretaria da Educação Básica
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal fluminense
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Usaid - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Norma padrão e suas implicações.....	37
Figura 02 – Turma da Mônica.....	77
Figura 03 – Variedades linguísticas.....	80
Figura 04 – Construção gramatical e agramatical.....	90
Figura 05 – Conceito de gramática.....	91
Figura 06 – Entrevista.....	96
Figura 07 – Comunicação.....	98
Figura 08 – Fenômenos gramaticais.....	99
Figura 09 – Variação histórica.....	100
Figura 10 – Variação geográfica.....	101
Figura 11 – Campo lexical.....	101
Figura 12 – Humor.....	103
Figura 13 – Registro formal.....	104
Figura 14 – Registro informal.....	104
Figura 15 – Esquema escrita e fala.....	112
Figura 16 – Variação linguística.....	113
Figura 17 – Trecho de conferência de Evanildo Bechara.....	118
Figura 18 – Estudo do léxico.....	119
Figura 19 – Trecho do roteiro do filme Cidade de Deus.....	120
Figura 20 – Xaxado chiado.....	122
Figura 21 – Exercício.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E SOCIOLINGUÍSTICOS	20
1.1 Concepções de língua	20
1.2 Linguística: um panorama histórico	22
1.3 Sociolinguística: concepções e fundamentos	24
1.4 Variação: classificação dos diferentes tipos de variação linguística existentes na língua portuguesa falada no Brasil	25
1.4.1 Variação regional ou diatópica	27
1.4.2 Variação social ou diastrática	28
1.4.2.1 O nível de escolaridade do falante	28
1.4.2.2 O nível socioeconômico do falante	29
1.4.2.3 Avariável gênero do falante.....	30
1.4.2.4 A variável faixa etária do falante.....	31
1.4.3 Variação estilística ou diafásica	31
1.4.4 Variação diacrônica ou histórica	32
1.5 Dialeto/variação no português falado no Brasil	33
1.6 A norma padrão prescrita pela gramática normativa e sua importância para o ensino de língua	34
1.7 Prestígio, estigma e “erro” linguístico	35
1.8 Registro e estilo	40
1.9 Variação linguística e ensino de língua portuguesa.....	43
1.10 Variação linguística e livro didático de língua portuguesa.....	46
1.11 Preconceito linguístico	47
CAPÍTULO 2 - BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL E O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO UTILIZADO NA PESQUISA	51
2.1 Programas de institucionalização do livro didático	51
2.1.1 Instituto Nacional do Livro (INL)	51
2.1.2 Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).....	52
2.1.3 Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted).....	54
2.1.4 Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)	55

2.1.5 Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef).....	55
2.1.6 Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)	56
2.1.7 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	57
2.1.8 Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM).....	59
2.2 Processo de avaliação do livro didático do Ensino Médio	61
2.2.1 Critérios de avaliação do livro didático do Ensino Médio	61
2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	63
2.4 Referencial Curricular do Estado do Mato Grosso do Sul	66
2.5 Livro didático: “nossa ferramenta de cada dia”	68
2.6 Metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa	70
2.6.1 Etapas de realização da pesquisa	71
2.6.2 Justificativa	71
2.6.3 Roteiro para análise dos livros didáticos selecionados para a pesquisa	72
2.6.4 Objetivo geral da pesquisa.....	73
2.6.4.1 Objetivos específicos da pesquisa	73
2.6.5 Hipóteses levantadas para a pesquisa	74
2.6.6 Obras analisadas	75

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS PARA A PRESENTE PESQUISA 75

3.1 Língua Portuguesa: Linguagem e Interação - 1ª obra selecionada para este estudo	76
3.2 Novas Palavras — FTD – 2ª obra selecionada para a pesquisa.....	87
3.3 Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM – 3ª obra selecionada para pesquisa .	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....126

REFERÊNCIAS.....132

SITES PESQUISADOS.....135

LIVROS ANALISADOS.....136

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere na Área de Concentração: Linguagem, Língua e Literatura, na Linha de Pesquisa de Produção do Texto Oral e Escrito, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande – MS.

Pensando num estudo que contemplasse a Linha de Pesquisa do Programa e que contribuísse para uma melhor compreensão das variações linguísticas que podem ocorrer em livros didáticos de língua portuguesa, adotados por escolas públicas da rede estadual do município de Sidrolândia, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi desenvolvida a presente pesquisa intitulada “A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa: uma abordagem sociolinguística”, que traça o perfil dos livros adotados em MS para o ensino aprendizagem de língua portuguesa como língua materna, no que diz respeito à variação linguística.

A língua portuguesa falada no Brasil apresenta muitas variações linguísticas oriundas de fatores linguísticos e/ou extralinguísticos que podem influenciar, de forma direta ou indireta, a maneira de falar das pessoas em todo o território nacional. O maior problema com relação a esse fato, é que tais variações não são aceitas e respeitadas por todos os membros das comunidades de fala, pois muitos acreditam que o Brasil é um país monolíngue, e que a língua oficial — língua portuguesa — tem um parâmetro que deve ser seguido, a norma padrão, e quem por ventura não o adote, pode não ser respeitado, enquanto falante de um código linguístico considerado padrão.

Um dos responsáveis em manter e disseminar essa premissa sobre o Brasil ser um país monolíngue, que possui uma língua homogênea, uniforme e engessada, é a própria escola e suas práticas didático-pedagógicas, que partem do ensino da língua portuguesa tendo por base a gramática normativa, em que toda e qualquer manifestação linguística que fuja a este modelo ideológico e cristalizado não é considerado como manifestação linguística, mas sim como um “erro”, como uma violação, e quem comete este ato deve ser punido no rigor da “lei”, determinada pela sociedade. Tal falante infrator será privado de *status*, de poder, perante uma sociedade idealizada e elitizada. Neste estudo pretendemos averiguar esse equívoco e mostrar como o livro didático trata esta questão.

Vale ressaltar a insegurança de muitos profissionais com relação ao ensino de língua materna, que ao passarem pelo tópico “variação linguística”, muitos destes, por não terem suporte teórico metodológico, ou por não terem recebido esta formação na

graduação, simplesmente “pulam” tal conteúdo proposto pelo referencial curricular. Sem mencionar a existência de algumas escolas tradicionais que fazem questão de não divulgar tal conhecimento aos seus alunos. Como se a escola ou o professor tivesse o direito de privar o aluno de tal informação. Muito pelo contrário, cabe a escola o dever de manter e colaborar para a formação integral e intelectual do aluno (POSSENTI, 1996).

O que poucos sabem é que o fenômeno da variação linguística é natural e inerente a todas as línguas vivas, (MONTEIRO, 2000). Tais variações são manifestadas de maneiras diferentes e com maior frequência na língua falada, já na língua escrita prevalece o uso da norma padrão da língua portuguesa, o que, por sua vez, é fundamental, pois assim é possível garantir uma unificação da língua em nosso país, que dispõe de uma imensa extensão territorial e esta unificação se faz necessária, para garantir, por exemplo, que um texto produzido no Rio Grande do Sul seja compreendido pelos moradores do Ceará e vice versa, o que constitui a unidade linguística tão almejada e discutida pelos estudiosos da linguística.

Os mais recentes estudos sobre língua, linguagem e ensino de língua materna têm mudado o cenário educacional com relação ao ensino da língua portuguesa nas escolas, em todas as esferas, seja na rede pública ou na rede privada de ensino, assim, como nas graduações em que o ensino de Linguística passou a ser obrigatório nos cursos de Letras, a partir de 1960 e trouxe contribuições significativas para o ensino de línguas. Um dos principais documentos orientadores do ensino de Língua Portuguesa/Língua Materna e, talvez o principal aliado do professor, são os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — onde o professor encontra subsídios necessários para fundamentar suas práticas pedagógicas e materiais para a elaboração de suas aulas.

Na prática diária, o professor tem em mãos uma série de subsídios que o auxiliam e tornam suas aulas mais atrativas, contextualizadas, dinâmicas e interativas, por meio dos novos recursos tecnológicos que dispõe, mas o fiel aliado do professor é mesmo o livro didático, que como todo o sistema educacional também foi modificando-se, no decorrer do tempo, para atender um alunado diferente, sendo necessário lançar um olhar mais crítico sobre como os autores abordam os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Por esta razão, o presente trabalho faz uma análise crítica sobre como os livros didáticos abordam as variações linguísticas e como estas, juntamente com as demais línguas coexistentes no país, contribuem para a formação da língua portuguesa, tão rica como o povo que a utiliza como meio de interação linguística.

Tendo como objetivo geral, esta pesquisa, analisa como os livros didáticos, do componente curricular de Língua Portuguesa do Ensino Médio no PNLD 2015, adotados nas escolas estaduais do município de Sidrolândia - MS, tratam a questão da variação linguística. Dentro deste objetivo também foi investigado como os livros didáticos exploram a variação linguística tanto nos textos como nos enunciados, nas atividades, na exploração do vocábulo e na contextualização gramatical. Outros pontos investigados referem-se abordagem da terminologia “língua”, dos estudos linguísticos, da mudança linguística, do preconceito linguístico, da diversidade linguística do português falado no Brasil, e como as obras didáticas tratam a questão da “fala”, da “escrita”, a norma culta e a variedade padrão.

Assim, espera-se encontrar, nos livros didáticos analisados, a desmistificação com relação ao preconceito linguístico, premissa sustentada há décadas, por uma parcela da sociedade que acredita que apenas pelo domínio da norma padrão um indivíduo será capaz de escrever seu próprio destino, garantindo-lhe poder, *status* e prestígio, além de conseguir um lugar no topo da pirâmide social, com visão privilegiada sob as classes menos favorecidas que, conseqüentemente, não “evoluíram” como ele, certamente por não fazem uso da variante padrão da língua, (BAGNO, 1999).

Também espera-se, por meio desta pesquisa, observar como os livros didáticos se referem à língua portuguesa, se mencionam a pluralidade linguística existente no Brasil, e em especial como abordam os conteúdos referentes à variação linguística mencionando a heterogeneidade presente em todas as línguas por todo o mundo, exemplificando o fenômeno da variação linguística, destacando quais são os tipos de variação existentes e como elas se classificam, se mencionam a questão da mudança linguística, exemplificando como ela ocorre e quais fatores a influenciam. Além disso, pretende-se verificar como os livros didáticos abordam a distinção entre “fala” e “escrita”, os estudos linguísticos e a terminologia do preconceito linguístico.

A proposta metodológica adotada na presente pesquisa baseia-se na descrição de dados, com o propósito de alcançar os objetivos propostos e as hipóteses levantadas. Para isto, como parâmetro de avaliação e análise das três obras analisadas, foi elaborado um roteiro de análise, seguindo o modelo proposto por Bagno (2007) em sua obra *Nada na língua é por acaso por uma pedagogia da variação linguística*, e o modelo elaborado por González (2012) em uma de suas pesquisas com relação à abordagem da variação linguística em livros didáticos, intitulada *A abordagem explícita da variação linguística e da concordância verbal em um livro didático*. Tal roteiro é composto por doze questões

que envolvem o material textual, imagens, atividades, exploração de vocábulo, e os aspectos gramaticais explorados nos livros didáticos.

Para a obtenção do *corpus* da presente pesquisa, utilizamos os livros aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2015, dos quais três obras, a saber: Língua Portuguesa: Linguagem e interação (Àtica); Novas Palavras (FTD); Ser Protagonista Língua Portuguesa (SM), entre as dez aprovadas no programa (PNLD), são utilizadas nas escolas do município de Sidrolândia, como material de apoio na disciplina de língua portuguesa para professor e aluno do Ensino Médio na rede estadual de educação.

Para uma melhor visualização dos dados pesquisados, o presente estudo divide-se em três capítulos distintos. O primeiro trata da fundamentação teórica que constitui a base para a pesquisa, em que são abordados temas como a Linguística e a Sociolinguística, concepções de língua e linguagem, variação linguística, norma padrão, ensino de língua materna, preconceito linguístico, estilo e registro, prestígio, estigma e “erro” linguístico, com vistas a verificar como os estudos da linguística e da sociolinguística contribuem para ensino de língua portuguesa em sala de aula.

O segundo capítulo faz um breve histórico, em ordem cronológica, da dimensão das principais políticas para o livro didático, de 1937 até aos dias atuais. O capítulo também destoa como se dá o processo de avaliação do Livro Didático para o Ensino Médio, quais são os principais critérios avaliativos, e faz menção aos Parâmetros Curriculares Nacionais com relação ao ensino de língua portuguesa. Além de fazer referências ao Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul, dando ênfase às habilidades e competências para o ensino de Língua Portuguesa, na vertente das variações linguísticas. O capítulo também discorre sobre a relação do professor e o livro didático no dia a dia no exercício da docência. E, por fim, cita como se deu o andamento da pesquisa, qual a metodologia utilizada, quais etapas de sua realização, as justificativas, as obras analisadas, o roteiro de análise utilizado, além de descreve quais foram os objetivos pretendidos com a pesquisa, e quais as hipóteses levantadas. Hipóteses essas que serão confirmadas ou não, ao final da pesquisa.

O terceiro e último capítulo descreve as análises realizadas nas três obras selecionadas, em que cada livro foi analisado seguindo o roteiro previamente estabelecido. Ao explanar alguns itens do roteiro, foram anexas imagens e recortes dos livros com o intuito de deixar a análise mais coerente e ilustrativa, fato que auxilia na interpretação e análise dos dados levantados. Ao final de cada análise foram levantadas

considerações parciais que se referem à estrutura organizacional da obra, onde também foram deixadas algumas sugestões que podem contribuir para a abordagem do conteúdo variação linguística nos livros analisados.

Ao final da dissertação, relacionam-se as considerações finais onde são apresentados os dados e as hipóteses confirmadas ou não confirmadas seguidas de suas justificativas. Após as considerações finais constam as referências que serviram de aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E SOCIOLINGUÍSTICOS

Neste capítulo apresentamos um breve percurso teórico dos estudos linguísticos e sociolinguísticos que se configuram na base dos estudos para esta pesquisa. Iniciando pela concepção de língua, e pelas ciências — Linguística e Sociolinguística — que também, assim como outras, estudam este fenômeno tão importante e essencial na comunicação e na interação social, entre os indivíduos. Na sequência trazemos a definição de variação linguística, e suas classificações — variação regional ou diatópica, variação social ou diastrática, variação estilística ou diafásica e a variação diacrônica ou histórica. Em seguida discorreremos sobre norma padrão prescrita pela gramática normativa e sua importância no ensino de língua. Abordamos sobre prestígio, estigma e “erro” linguístico, registro e estilo, variação linguística e o ensino de língua portuguesa, variação linguística e o livro didático e por último, mas não menos importante abordamos o preconceito linguístico.

1.1 Concepções de língua

A língua pode ser definida como um sistema abstrato de regras gramaticais em seus múltiplos seguimentos: fonológico (sons), morfológico (formas), sintático (estruturação frasal), pragmático (uso) e semântico (significação). Pode ser representada de forma oral, ou de forma visual por meio dos signos gráficos da escrita. Em ambos os processos são considerados o emissor e o receptor da mensagem, "a língua é vista como um código, [...] como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor", (TRAVAGLIA, 2002, p.22), isto é, o emissor codifica, o receptor decodifica; portanto, ambos devem dominar o mesmo código linguístico para garantir o sucesso da comunicação e das informações transmitidas.

Por ser uma construção humana, desenvolvida pela sociedade, língua e sociedade, encontram-se em constante processo de mudança e de transformações, renovando-se a todo o momento para atender às necessidades do falante. Utilizada como principal ferramenta de construção entre as sociedades, seu domínio, seja de forma oral ou escrita, pode ser classificado como essencial já que é por meio deste que se desenvolve a comunicação, a troca de informações e de experiências entre os membros de uma

determinada sociedade, colaborando desta forma para a construção e aperfeiçoamento do conhecimento produzido e transmitido aos demais falantes.

Sendo muito mais abrangente do que apenas sua denominação, lexical ou gramatical, a língua não pode ser compreendida como um amontoado de palavras ou um conjunto de expressões e sintagmas. Ela é um fato social, de uma sociedade ou de um determinado grupo, é o próprio retrato da comunidade de fala que a utiliza como meio de interação, pois ela é um reflexo das transformações ocorridas com base em fatores sociais aos quais estamos expostos, como o local de origem, a cultura, o grau de escolaridade, a posição social, entre outros fatores que contribuem para a construção da história de vida de cada falante, além, é óbvio, dos fatores linguísticos inerentes ao próprio sistema linguístico.

Entende-se por língua, na sua essência, um sistema de sons ou de gestos que possuem significados e são organizados para viabilizar a interação humana (MARTELOTTA, 2009). Não podendo ser considerada imutável já que evolui e se transforma, para atender às necessidades dos falantes no processo da interação linguística. A língua é o veículo pelo qual a linguagem se manifesta e se desenvolve, por meio da interação social, com a troca de saberes e com o acesso às informações, juntamente com outros elementos importantes neste processo, como a dança, a pintura, a música, as crenças e a culinária que constroem a cultura de um povo.

Para Cunha e Cintra (1985, p. 01) “a língua é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Meio pelo qual a coletividade se expressa, concebe o mundo e age sobre ele”. Tomando por base os autores mencionados, é importante ressaltar que eles definem língua como “sistema gramatical” e na sequência destacam seu uso pela “coletividade”, ou seja, sua relação com a sociedade a que pertence, sendo assim os autores consideravam importante o elo entre língua e sociedade, e as relações que ambas estabelecem com meio onde são produzidas.

Saussure (1989), no início do século XX, a partir da publicação *do Curso de Linguística Geral (1916)*, concebe que a linguística é constituída por todas as manifestações da linguagem humana e, em seus estudos, faz uma diferenciação na própria linguagem, considerando a língua essencial e a fala secundária no processo da linguagem, exemplificando a definição de *langue vs parole*, em que a primeira denomina a língua como um sistema de signos interiorizados pelos falantes, já a *parole*, refere-se ao ato individual de escolha das palavras para o processo da enunciação.

Saussure (1989) ainda diferencia a assimilação da língua pelos grupos sociais, afirmando que a língua existe na sua coletividade sob a forma de uma soma de sinais organizados em cada cérebro, mais ou menos como uma espécie de dicionário cujos exemplares todos idênticos, fossem repartidos entre seus indivíduos. “Trata-se de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independe da vontade dos depositários” (SAUSSURE, 1989, p. 27).

Assim, a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade da qual ele faz parte como membro integrante. É por meio da língua, que toda a realidade se transforma em signo, pela associação de significantes e significados. Para Saussure (1989, p. 22), língua não é nada mais que um sistema de valores. Uma vez que o indivíduo não pode criá-la ou modificá-la, compreende-se, assim, que ela é um fato social “ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” que por si só não podem ignorá-la, já que as mudanças são inerentes ao sistema linguístico e importantes para que o falante possa acompanhar as transformações linguísticas que ocorrem com o tempo (BUENO 2008, p. 283).

Para Monteiro (2000, p. 98), “os procedimentos da linguística descritiva se baseiam no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais”, sendo assim, ela recebe influências do meio social, construindo a história do povo que a utiliza e interage por meio dela. Os PCN (1998, p. 34) confirmam este enunciado, trazendo a definição de que “língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade” (p. 34). O documento é utilizado como material de base para subsidiar os professores no ensino de língua portuguesa nas escolas e para justificar seu aprendizado e sua assimilação: “aprendê-la é aprender não só as palavras, mas os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas” (1998, p. 34).

1.2 Linguística: um panorama histórico

Para compreender os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sociolinguísticos, inicialmente há a necessidade de contextualização histórica dos estudos da linguagem no decorrer do século XX, iniciando pelo célebre linguista suíço Ferdinand de Saussure e do então conhecido linguista americano Avran Noam Chomsky, dois

estudiosos cujos trabalhos foram fundamentais e constituíram um marco na história dos estudos linguísticos.

Saussure (1989), no início do século XX, com seu *Curso de Linguística Geral* (1916), inaugura a linguística moderna, delimitando e definindo seu objeto de estudo, sendo considerado um marco da corrente linguística, denominada estruturalismo, em que a língua é tomada em si mesma, separada de fatores externos, sendo vista como uma estrutura autônoma, valendo pelas relações de natureza linguística que se estabelecem entre seus elementos. Saussure acreditava que a língua não pertencia aos indivíduos, mas era um fenômeno social, de todo o grupo. Contudo, Saussure não estava interessado nas relações entre língua e sociedade, mas sim nas relações internas da língua e seus signos linguísticos.

Já nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, Avran Noam Chomsky e a corrente denominada gerativismo concebem a língua como um sistema de princípios universais, tida como um conhecimento intuitivo que as pessoas possuem da sua língua materna. Chomsky acreditava que esse conhecimento chamado de competência, era estável, diferente da performance de um falante que poderia variar de um momento para outro e de um sujeito para outro. Tanto Saussure como Chomsky acreditavam que as línguas eram suficientes e estáveis para permitir que fossem descritas como sistemas perfeitos e invariáveis.

Assim, tanto a abordagem estruturalista, para Saussure (1989), como a gerativista, para Chomsky (1960), consideravam a língua uma realidade abstrata, desvinculada de fatores históricos e, principalmente, de fatores sociais.

Como uma reação a essas duas posturas linguísticas, a Sociolinguística desponta nos Estados Unidos na década de 1960, tendo como precursor William Labov, que sistematizou e insistiu na relação entre língua e sociedade, pois como afirma Tarallo, (1997, p. 07) “podem ser chamados de sociolinguistas todos aqueles que entendem por língua um sistema de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana”, para Tarallo, mesmo Willian Labov sendo considerado por muitos estudiosos como o primeiro sociolinguista a surgir no cenário das investigações linguísticas, outros modelos do passado certamente o inspiraram na concepção dessa nova teoria, nesta vertente, Tarallo afirma que Saussure e Chomsky também se classificariam como sociolinguistas. No item, a seguir, baseando-nos em estudiosos como Labov, tratamos da sociolinguística e de sua importância para o estudo da língua.

1.3 Sociolinguística: concepções e fundamentos

A partir de meados do século XX, a área da linguística passa por mudanças significativas. Neste contexto surge a chamada virada paradigmática, momento em que os estudos linguísticos passam a se interessar não só pelo sistema da língua em si, mas também pelo seu uso real em situações reais de interação, surgindo, desta maneira, campos de investigação que promovem uma relação mais objetiva, em que a linguística articula-se com a filosofia e com outras ciências humanas como a psicologia, a antropologia, a semiótica, para delimitar o seu objeto de estudo. Neste contexto surge a Sociolinguística.

Para a Sociolinguística, o ser humano é por natureza plurilíngue, uma vez que usa diferentes línguas, ou diferentes formas de uma mesma língua, pois estas se apresentam conforme a situação em que esteja inserido. Por exemplo, no ambiente familiar usa uma forma para se comunicar mais descontraída e dinâmica, já no âmbito do trabalho ou no escolar o indivíduo é influenciado por fatores externos, além de interagir com outras pessoas que, por sua vez, cultivam outra forma de uso da língua, geralmente, a modalidade padrão da língua, por tratar-se de ambientes mais formais, como é o caso do ambiente de trabalho.

A sociolinguística, sendo uma das subáreas da Linguística, afirmam Mollica e Braga (2010, p. 9) “[...] estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção a um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais”. Em suma, a Sociolinguística se ocupa da variação e das mudanças linguísticas, do bilinguismo, do contato linguístico entre as línguas, das línguas minoritárias, entre outras.

Assim, convém ressaltar que entre língua e sociedade não existe uma relação de mera casualidade, pois antes mesmo do nascimento o falante está cercado por uma série de signos linguísticos e, após o seu nascimento, lhe são apresentadas inúmeras possibilidades comunicativas, como o gesto, as expressões faciais, a própria fala, a escrita gráfica e outras.

A Sociolinguística, ao se ater à relação entre língua e sociedade, retoma os usos linguísticos de falantes em distintos contextos sociais e nas mais variadas situações. Para Mollica e Braga (2010, p. 9), “todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas [...]”. Assim sendo, o objeto de análise da Sociolinguística variacionista são as variações que ocorrem na língua falada que,

diferentemente da postura do estruturalismo e do gerativismo, é tomada como entidade concreta, heterogênea, na relação com seus usuários nos diversos contextos de uso da língua.

Segundo William Labov (2008[1972], p. 183), pioneiro da Sociolinguística Quantitativa, a Sociolinguística seria considerada a própria Linguística, ao invés de ser comparada a um de seus ramos. Isto porque, conforme o autor, não se pode conceber uma Linguística que não seja de ordem social. Deste modo, não haveria exatamente uma nova disciplina, mas apenas o resgate do verdadeiro enfoque da Linguística. Monteiro (2000, p. 16), no entanto, não concorda totalmente com Labov quando considera que todo enfoque linguístico teria que necessariamente ser social, em virtude da natureza do fenômeno que é a linguagem, porque a linguagem não é um fenômeno de natureza apenas social, ela tem implicações de ordem psicológica e fisiológica, sendo assim seu olhar é mais abrangente, engloba um leque de estudos muito maior, do que apenas a vertente social.

Ao se referir à Sociolinguística Mollica e Braga (2010, p. 9), por sua vez, tratam-na como um campo interdisciplinar afirmando que esta seria uma subárea da Linguística, responsável pelo estudo da língua nas comunidades de fala, analisando os aspectos linguísticos e sociais, tornando-se interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, dando mais atenção ao seu emprego linguístico de maneira concreta, em especial os de caráter heterogêneo, reafirmando a heterogeneidade linguística, representada pela variação, como resultado de fatores estruturais e sociais.

Com base nas definições expostas, entendemos a Sociolinguística como um ramo da Linguística, de caráter interdisciplinar, cujos estudos se concentram na língua como atividade concreta, heterogênea, definida por meio da sua relação com o falante dentro do contexto geográfico, social e interacional. Analisando também a relação de prestígio e de preconceito que a língua apresenta.

1.4 Variação: classificação dos diferentes tipos de variação linguística existentes na língua portuguesa falada no Brasil

Segundo Bagno (1999, p. 09) “existe uma regra de ouro da Linguística que diz: só existe língua se houver seres humanos que a falem”, pois do que adiantaria a existência de uma língua se não houvesse quem a partilhasse. Nada mais seria a não ser uma das

inúmeras línguas que se perderam ao longo do tempo por não existirem mais falantes capazes de transmitir os ensinamentos sobre a língua falada a outros falantes pertencentes à mesma cultura, a exemplo de muitas línguas indígenas que já se extinguíram. Esta é outra razão para equipararmos língua à cultura do povo que a utiliza como meio de interação social.

Se não há quem as julgue importantes e quem de fato as transmita com qualidade e segurança a seus descendentes, a língua, bem como a cultura podem perder-se com o tempo, uma vez que cada falante carrega consigo uma bagagem linguística, influenciada por diversos fatores, pois desde criança somos expostos a diferentes situações de interação. Assim, o indivíduo carrega uma bagagem cultural herdada do âmbito familiar, das amizades, dos lugares frequentados e da sua vida profissional.

Bagno (1999, p. 52), em seu livro *Preconceito Linguístico* afirma que “em todas as línguas do mundo existe um fenômeno chamado variação, e que nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares”. Esclarece ainda que o fenômeno da diversidade linguística existe em todas as línguas vivas, além de ser um processo natural, e não há como retardá-lo ou ignorá-lo, uma vez que é quase impossível falar em língua sem pensar em variação, pois esta traz mudanças e transformações que enriquecem e tornam as línguas, em seu aspecto funcional e social, mais interessantes, além de facilitar a comunicação entre os membros de uma dada comunidade de fala.

De acordo com Monteiro (2000) a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana e desta forma, a ausência de variação no sistema linguístico é que deveria ser explicado. Assim, não há como estudar uma língua sem levar em consideração suas variações e o resultado destas em sua construção sócio histórico e cultural, pois a variação é um fenômeno tão comum que a falta desta dentro de uma comunidade seria como um abismo ou um enigma a ser desvendado.

Variação linguística é uma característica presente em todas as línguas existentes no mundo que se identificam por serem formas diferenciadas, sistemáticas e coerentes, levando em conta fatores externos que influenciam e caracterizam a variação como aspectos históricos, geográficos, sociais e culturais. A Variação resume uma particularidade diferenciada que um dado falante ou grupo de falantes apresentam ao fazer uso do idioma. Tal variação é, na maioria das vezes, manifestada oralmente, pois no momento da escrita faz-se necessário o uso da linguagem na sua modalidade padrão, com regras específicas e previamente determinadas para a escrita.

Ao deparar com as manifestações destas variações na linguagem, as pessoas acabam por criar e aprofundar o que se conhece por preconceito linguístico, pois tais manifestações nada mais são do que o resultado de conhecimento linguístico que o falante tem de sua língua. Cada leitor e observador vai interpretar e analisar um determinado assunto da forma que lhe couber, porém uma parcela significativa desses falantes não terá condições de analisar estas manifestações como um reflexo de um país que apresenta graves problemas sociais que se refletem na construção de nossa identidade linguística, (BAGNO, 2007).

Neste sentido, podemos analisar a língua falada como uma manifestação que engloba a identificação social do falante e a relação que ele mantém com sua própria comunidade, com outras comunidades com as quais interage e com toda a sociedade de modo geral. As variedades linguísticas encontradas nas diferentes formas de falar das comunidades linguísticas possuem relevância, tanto na análise do léxico empregado como na morfossintaxe, sintagma e na fonologia da língua que apresentam diferentes tipos de variação. A saber: regional ou diatópica, social ou diastrática, estilística ou diafásica, diacrônica ou histórica e outras. A seguir tratamos cada um desses tipos de variação e sua importância para o processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa em sala de aula.

1.4.1 Variação regional ou diatópica

De acordo com Faraco (2005), a variação diatópica, também conhecida como regional ou geográfica, é responsável por identificar a origem de uma pessoa por meio do modo como ela fala e se expressa. Em geral, itens lexicais particulares, certos padrões entoacionais e, principalmente certos traços fonológicos, respondem pelo fato de que falantes de localidades diferentes apresentam variáveis/dialetos diferentes de uma mesma língua.

A variação regional pode ser estudada opondo-se a diferentes unidades espaciais em que se afirma que existe variação regional entre o Brasil e Portugal (dois países), entre o Nordeste e o Sul do Brasil (duas regiões de um mesmo país), entre Paraná e Santa Catarina (dois estados da mesma região), entre Chapecó e Florianópolis (duas cidades de um mesmo estado) e entre bairros diferentes de uma mesma cidade como falantes do centro de Florianópolis e de Ribeirão da Ilha, como afirma Coelho (2015). Além de

analisar a variação regional oriunda da zona urbana e/ou da zona rural ou o interior do estado, (BORTONI – RICARDO, 2004).

Coelho (2015), ressalta que a variação regional está associada à colonização daquela determinada região. Isso ocorre porque a língua do povo colonizador, ou imigrante acaba influenciando a língua da região colonizada. No Brasil, apesar de termos sido colonizados por portugueses, tivemos um fluxo imigratório de diferentes povos, oriundos de diferentes partes do mundo, a saber: alemães, italianos, espanhóis, açorianos, japoneses, eslavos, entre outros, além dos povos africanos que foram trazidos como mão de obra escrava no período colonial e dos povos indígenas nativos, o que faz do país um espaço pluridialeto.

1.4.2 Variação social ou diastrática

Camacho (1998) ressalta que da mesma forma que a fala pode carregar marcas de diferentes regiões — variação regional —, as características sociais dos falantes, também são refletidas no seu modo de falar, de vestir e no seu comportamento linguístico. A essa propriedade dá-se o nome de variação social. Entre os principais fatores sociais que condicionam a variação linguística podemos citar o grau de escolaridade, o nível socioeconômico, o gênero, a faixa etária, a profissão do falante entre outras, pois o nosso comportamento linguístico reflete o papel social que exercemos na sociedade em que vivemos.

1.4.2.1 O nível de escolaridade do falante

Por meio do controle dessa variável, nível de escolaridade do falante, será possível verificar se o fato de um indivíduo possuir mais ou menos anos de escolarização pode influenciar seu comportamento linguístico quanto ao uso dos fenômenos linguísticos estudados neste trabalho.

Pesquisas sociolinguísticas apontam a influência do grau de instrução do falante como influenciador de sua forma de falar, uma vez que a norma padrão é ensinada nas escolas (PAIVA, 2010), uma pessoa que tenha frequentado os bancos escolares e esteve exposta a esta cultura letrada, supõe-se um falante escolarizado, que dificilmente produzirá formas linguísticas como “*nois vai*” ou “*a gente vamu*”, uma vez que estas

construções são típicas de falantes com pouca escolaridade ou falante não escolarizado, (BORTONI – RICARDO, 2004).

Outro exemplo de variação condicionada pela escolaridade é a marcação do plural nos elementos constituintes do sintagma nominal. Falantes mais escolarizados tendem a produzir formas como “*as meninas bonitas*”, marcando o plural em todos os elementos constituintes do sintagma nominal, ao passo que os falantes menos escolarizados tendem a produzir formas como “*as meninas bonita*” ou “*as menina bonita*”, em que apenas alguns dos elementos do sintagma nominal levam a marcação de plural, (BORTONI – RICARDO, 2004).

1.4.2.2 O nível socioeconômico do falante

Coelho (2015), ressalva que o nível socioeconômico do indivíduo é um fator relevante, principalmente nos trabalhos de Labov e de seu grupo de pesquisa sobre o inglês de Nova Iorque. Os resultados de seus estudos mostram que os grupos sociais menos privilegiados favorecem o uso de variantes não padrão da língua, enquanto os mais privilegiados optam pela variante na sua forma padrão. Mas essa constatação, em geral, é correlacionada à ocupação e à estratificação estilística do falante. O efeito de indicadores sociais sobre o perfil sociolinguístico do falante não é simples, pois segundo Mollica e Braga (2010), origem social, renda, acesso a bens materiais e culturais, ocupação, grau de inserção em redes sociais são apenas alguns dos indicadores sociais.

Monteiro (2000, p.77) afirma que “a classe social a que pertence o indivíduo exerce forte influência em seu modo de falar”. É muito comum apontar exemplos de variantes linguísticas que são usadas por uma determinada classe social e “isso pode ser objeto de estudo empírico”.

Este item pode também colaborar com a falta ou o baixo grau de escolarização, uma vez que muitos indivíduos são obrigados a optar entre o trabalho e o estudo, não conseguindo consorciar essas duas atividades tão complexas. Bortoni-Ricardo (2004) afirma que as diferenças de *status* socioeconômico representam desigualdades na distribuição de bens materiais e culturais, o que reflete em diferenças sociolinguísticas, sendo um fator relevante, considerando que o Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo.

1.4.2.3 A variável gênero do falante

Considerando a hipótese de que homens e mulheres não falam da mesma forma, tanto pelas diferenças de ritmo, tom de voz e outras particularidades, essas diferenças entre gênero e linguagem têm sido investigadas pela Sociolinguística. Coelho (2015), introduz que alguns estudos como os de Labov (2008[1972]), por exemplo, mostram que as mulheres são mais conservadoras do que os homens. Ao falarem elas preferem usar as variantes valorizadas socialmente, é como se fossem mais receptivas à atuação normatizadora da escola.

Outra característica atribuída ao falar feminino, como justifica Bortoni-Ricardo (2004), é o uso de expressões no diminutivo como ‘gracinha’, ‘fofinho’, ‘criancinha’ e o uso frequente dos marcadores conversacionais como ‘né?’, ‘tá?’, ‘tá bom?’ que por sua vez cumprem funções diversas na conversação e na interação linguística.

Já os homens falam mais palavrões e utilizam uma linguagem mais informal. Essa variação linguística ligada ao gênero, segundo Naro (2010) está relacionada aos papéis sociais que ambos exercem na sociedade, uma vez que homem e mulher são socialmente diferentes e a sociedade lhes confere papéis distintos e espera que utilizem padrões e comportamentos linguísticos também distintos. Monteiro (2000, p.76), afirma que:

As diferenças linguísticas devidas ao fator sexo surgem, pois, porque a língua como fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais. Os indivíduos são socialmente diversificados em função dos vários papéis sociais que a sociedade lhes impõe e das expectativas de padrões de comportamento que são criadas para cada um deles.

Assim, compreende-se que os fatores de ordem sociocultural são refletidos na língua enquanto sistema semiótico, cuja “língua é vista como um espelho cultural que estabelece as representações simbólicas” (MONTEIRO 2000, p. 76) da cultura e da arte daquele povo que a usa como meio de interação/comunicação nas variadas circunstâncias de uso da linguagem.

1.4.2.4 A variável faixa etária do falante

Outro elemento estudado pelos estudiosos da língua é a chamada tipologia etária em que numa análise variacionista, a idade está veiculada à existência ou à escassez de determinados fenômenos linguísticos. A mudança na língua ocorre mediante observação do comportamento linguístico dos falantes de diferentes faixas etárias, em que pode-se identificar diferenças marcantes entre a linguagem dos idosos e a dos adolescentes, por meio das quais é possível diagnosticar se uma dada variação ocorre em um desses períodos de vida do indivíduo, Votre (2010). A questão da relação entre variação linguística e idade do falante tem suscitado reflexões entre os sociolinguistas no Brasil e no mundo, uma vez que a variação e as mudanças linguísticas também estão relacionadas à faixa etária do falante.

A variação ocorrida pelo fator faixa etária corresponde ao uso da língua por pessoas de diferentes idades, por exemplo, uma criança apresenta um linguajar diferente do de um jovem ou de um adulto, até mesmo por não conseguir articular bem os fonemas ou por generalizar a aplicação de um dado padrão morfossintático da língua, além de apresentar vocabulário bastante restrito, principalmente se a criança ainda não se encontrar no período do ensino aprendizagem da língua, motivado pela escola. Todavia, ao longo da vida, as pessoas vão alternando diferentes modos de falar conforme passam de uma faixa etária para outra. Um claro exemplo desta construção é a utilização de gírias mais comuns entre os jovens, sotaque referente à região onde viveu um período de tempo, a profissão escolhida, entre outros fatores importantes para se testar a influência dessa variável sobre o fenômeno linguístico estudado.

1.4.3 Variação estilística ou diafásica

De acordo com Camacho (1998), um mesmo falante pode usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra. Basta pensar que a maneira como falamos em casa, com nossa família, não é a mesma como falamos no trabalho, com o chefe. O que está em análise são os diferentes “papeis sociais” que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes “domínios sociais”: na escola, na igreja, no trabalho, em casa, com os amigos etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando em conformidade com as situações comunicativas em que nos encontramos (entre professor e aluno, patrão e empregado, pais e filhos, irmãos,

etc.). Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana”, Bortoni-Ricardo (2004, p. 23).

Os papéis representam tipos de relações que ocorrem entre o locutor e seu interlocutor, o contexto ou domínio social e até mesmo o assunto sobre o qual se conversa. Esses são fatores que determinam a variação estilística — uma questão de adequação ao contexto em que ocorre a comunicação. Certamente, em situações mais formais usamos uma linguagem mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção à forma como falamos, enquanto que em situações mais informais usamos uma fala mais coloquial. Segundo Camacho (1998), essas duas linguagens são chamadas, respectivamente, de registro formal e registro informal.

A variação estilística, situacional ou de contexto social ocorre quando uma pessoa modifica a sua fala, por exemplo, se este é mais velho ou hierarquicamente superior, ou ainda, segundo o lugar em que se encontra: como num bar ou em um congresso. Todo falante varia sua fala segundo a situação em que se encontra. Cada grupo social estabelece um contínuo de situações cujos polos extremos e opostos são representados pela formalidade e pela informalidade (CAMACHO, 1998).

1.4.4 Variação diacrônica ou histórica

Faraco (2005) salienta que a língua não se diversifica apenas no espaço social, pessoal ou interpessoal; ela se transforma também no tempo e no espaço. Uma variante divulgada por um grupo social, em determinada época, pode ser abandonada no transcorrer do tempo, ficando sua marca apenas nos registros escritos. Tornando-se esquecida (arcaica) e sem uso; essas expressões ou neologismos (ou construções) ficam marcadas pelo momento histórico por grupos sociais de prestígio e acabam se juntando à língua como variantes aceitas e reconhecidas, porém vale destacar que este é um processo lento e gradual, às vezes, o falante nem percebe que a língua mudou, mas não tem como, nem por que ignorar essas mudanças, pois elas são inerentes ao sistema linguístico da língua, (BUENO, 2008).

A língua carrega transformações ocorridas ao longo do tempo. Muitas palavras e construções sofrem mudanças de som, de forma e até mesmo de significação. O léxico e os modos de dizer também se modificam constantemente, um exemplo disso é a mudança ocorrida com o pronome de tratamento “Vossa mercê”, hoje substituído por “Você” ou

somente “cê” na linguagem oral, e na linguagem digital “vc”. Outro fator referenciado deve-se ao avanço tecnológico em que as palavras vão sendo assimiladas, como os termos específicos da informática e outras vão adquirindo novos significados, para facilitar a comunicação diária entre os membros de uma comunidade de fala.

1.5 Dialeto¹/variação no português falado no Brasil

Falantes de uma mesma língua apresentam diferenças no modo de falar, de acordo com o lugar onde se encontram (variação diatópica), com a situação de fala ou registro (variação diafásica) ou, ainda, de acordo com o nível socioeconômico do indivíduo (variação diastrática).

Conforme Lyons (1987, p. 249), “aquilo que é um dialeto uniforme em sua essência, tanto do ponto de vista da gramática como do vocabulário, pode ser associado a vários sistemas fonológicos mais ou menos diferentes”. E esta é a situação do português falado nas diferentes regiões do Brasil. O português brasileiro e o português europeu são considerados dialetos do português, porém na escrita são bastante semelhantes. Mas um brasileiro que não está acostumado a ouvir o português europeu pode enfrentar dificuldades de compreensão, devido ao léxico, à pronúncia, e a algumas construções sintáticas que diferem um do outro.

Cunha e Cintra (1985, p. 04), definem dialeto como um sistema de sinais separados de uma “língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem”. Afirmando ser o dialeto um falar quase paralelo à língua comum, parecido, aproximado, mas não igual à língua em estudo/análise.

Para a sociolinguística, dialeto quer dizer, simplesmente, variação regional. Mas, mesmo com essa definição técnica, para a sociolinguística, é difícil definir exatamente o que é um dialeto, pois precisaríamos de termos específicos para defini-lo e identificá-lo, como por exemplo, qual é o grau de diferença que um "falar" de alguma região precisa ter para ser considerado um "dialeto"? Qualquer diferença de pronúncia marca um dialeto diferente? Essas perguntas não têm respostas simples. Os linguistas podem apresentar

¹ Câmara JR (1972) define dialeto, do ponto de vista puramente linguístico, como línguas regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais e a este conceito linguístico costuma acrescentar um conceito extralinguístico de ordem psíquica, social ou política.

opiniões diferentes sobre se um "falar" diferente deve ser considerado um "dialeto" ou não.

1.6 A norma padrão prescrita pela gramática normativa e sua importância no ensino de língua

Uma das grandes discussões ao longo do tempo, entre linguistas e gramáticos, é focada no que tange à norma padrão da língua, a maioria das discussões articulam sobre a artificialidade da norma padrão em detrimento das outras variações da língua. O que gera, principalmente dentro da língua portuguesa, um abismo em que de um lado consta a norma padrão classificada como variedade de prestígio, pertencente a um pequeno grupo considerado culto, e na outra extremidade deste abismo, pode-se encontrar um imenso grupo de falantes de uma das muitas variedades linguísticas da língua portuguesa desconhecedor ou não falante da norma considerada como padrão, ensinada na escola, prescrita pelas gramáticas normativas e utilizada pelos principais meios de comunicação.

O fato é que o ensino da gramática sempre recebeu um grande destaque no âmbito escolar e, com relação ao ensino da língua portuguesa, os professores, muitas vezes não possuem uma formação concreta sobre o ensino e a valorização das variedades populares, implicando em obrigar seu alunado a apreender e substituir sua variedade linguística, adquirida no seio familiar, por uma variedade classificada como referência e modelo: a norma padrão. Como se o emprego desta, nas inúmeras situações diárias garantisse, a qualquer cidadão, seus principais direitos, como saneamento básico, melhores oportunidades de ensino, moradia, segurança, educação integral no tangente à ética, à moral, entre outros, (BAGNO, 1999).

Do ponto de vista linguístico, Bagno (1999) afirma que todas as variedades de uma mesma língua possuem o mesmo valor, não existindo assim uma variedade melhor e mais bonita que outra. Todas são empregadas com o mesmo objetivo e função, no caso, garantir a comunicação. Infelizmente do ponto de vista político e social, não se consegue fazer a mesma distinção, neste caso específico hierarquicamente existe uma variedade mais bonita e melhor do que outra: a variedade padrão. O fato é que a confusão pode ser identificada na própria classificação, pois, norma padrão é mais uma das variedades linguísticas, porém é considerada como uma variedade de referência, modelo para as demais variedades.

McCleary (2007) menciona que, o que determina e classifica uma variedade padrão é a importância econômica, política e cultural do local onde ela é usada. Este processo pode acontecer de forma natural, por meio da influência que o centro do poder econômico tem sobre as outras regiões, ou pode contar com uma ação política específica ou com uma produção cultural gerada pelo centro do poder.

A variedade padrão não é restrita a uma única região, a um grupo específico, ela por sua vez representa todo um país. As pessoas que vivem nas várias regiões de um país podem fazer uso de um dialeto ou uma variedade específica da sua região, mas quando ouvem a variedade padrão, elas compreendem e percebem que aquela variedade também lhes pertence, também está associada a sua vida, a sua cultura, apenas está vinculada a uma língua modelo. Segundo Araujo (2008) num país como o Brasil, que apresenta um multidialetalismo de diversas ordens (social, geográfico, histórico, situacional) a norma padrão cumpre um efeito unificador, neutralizando a variação, propiciando uma maior possibilidade de comunicação entre usuários tão diversos de uma mesma língua.

A norma padrão é mais aplicada à escrita, pois dentro desta modalidade da língua, ao contrário da fala, há uma ausência de interlocutores, de elementos extralinguísticos e situacionais como expressões faciais, em que a norma padrão recebe um papel de homogeneizar algo naturalmente heterogêneo, oportunizando uma comunicação facilitada, e ajudando a língua a cumprir sua função que é a comunicação, por meio da socialização. Assim a norma padrão se restringe quase que exclusivamente à modalidade escrita, salvo algumas situações em que seu uso faz-se necessário na forma oral, já que a norma padrão é um modelo ideal de língua que deve ser usado pelas autoridades, pelos órgãos oficiais, pelos jornalistas, escritores, professores e outros.

1.7 Prestígio, estigma e “erro” linguístico

A norma padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas, trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um modelo, uma referência, uma medida e até mesmo um critério de avaliação da língua que possa ser compreendido por todo o país, unificando e permitindo uma comunicação e compreendida pela maioria dos falantes de uma mesma língua, não importando sua localidade dentro do território nacional onde a língua é utilizada como meio de interação social. O problema é que essa norma acaba sendo considerada, por boa parte das pessoas,

como uma variante de maior prestígio — não porque inclua em si algo de especial, mas por ser a norma que, em geral, os grupos de maior poder aquisitivo dominam e utilizam na interação linguística.

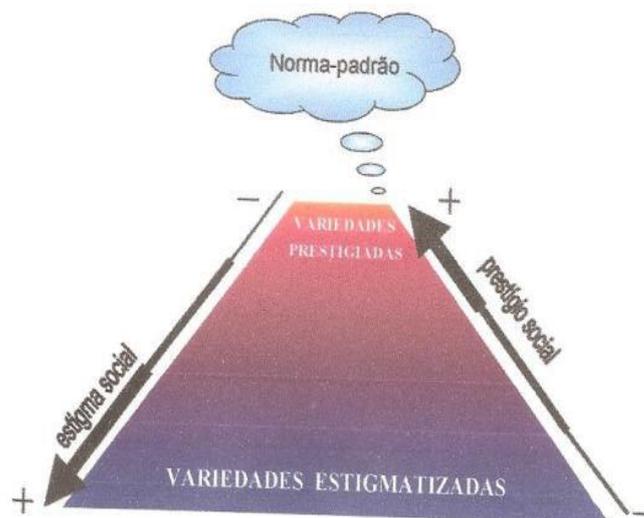
A norma serve de referência para que não ocorram desvios que possam descaracterizar a língua, mas isso não significa que deva ser seguida à risca, até mesmo porque ninguém obedece rigidamente a todas aquelas regras prescritas pelas gramáticas normativas, nem mesmo o falante mais culto, mais escolarizado, mais preocupado em controlar sua fala ou sua escrita, (BAGNO, 2007). Esse falante pode até conseguir respeitar parte das regras padronizadas, mas não conseguirá respeitar todas elas ao mesmo tempo e em todas as situações corriqueiras de uso da língua em situações de interação linguística.

A padronização de um dialeto se dá muito mais por razões sociais do que propriamente linguísticas. No âmbito social, estão envolvidas as atitudes em relação às variedades dialetais, isto ocorre porque o que está sendo avaliado não é o dialeto, mas o falante daquele dialeto, a sua origem, a sua classe social, a sua escolaridade, etc. Portanto, tanto o prestígio, como o estigma de um dialeto são feitos com base nas características sociais dos seus usuários (BAGNO, 2007).

Padrão é um uso regulamentado por instituições que priorizam e regulam seu ensino e sua prática no dia a dia. Um modelo artificial, arbitrário, construído segundo critérios vinculados a uma classe social. Quando se fala em prestígio, afirma-se tratar de uma condição de superioridade, de influência pessoal, aceita pela maioria. No caso da língua, uma variedade classificada como variedade de prestígio ou variedade prestigiada é uma espécie de construção ideológica de determinados grupos sociais que assumiram o poder, influenciam e passam a ser considerados dentro do grupo como portadores de prestígio (PRETI, 2000).

Estigma, por sua vez, do ponto de vista sociológico, apresenta um julgamento negativo lançado pelos grupos sociais dominantes sobre os grupos dominados. Com relação à língua portuguesa, as variedades correspondentes a esta denominação seriam as variedades estigmatizadas, que coincidentemente corresponde ao falar da maior parte dos falantes brasileiros.

Figura 1 – Norma padrão e suas implicações Bagno (2001), Revista Veredas



Na figura 1 é possível notar que tanto o prestígio, como o estigma estão associados a lados opostos indicados pelo formato das setas onde um é ascendente (prestígio) enquanto o outro (estigma) é considerado descendente. As variedades empregadas e dispostas no interior da figura estão representando oposições, em que as variedades estigmatizadas indicam sentido contrário com relação às variedades prestigiadas.

Considerando que às variedades estigmatizadas, correspondem a maior parcela da população brasileira, e à variedade prestigiada, localizada na parte superior, refere-se a uma pequena parcela da sociedade, que por sua vez, está mais próxima do ideal da norma padrão, talvez por estar mais presente em seu âmbito familiar, educacional, social e profissional, a figura ilustra também o reflexo da desigualdade social presente no país, onde poucos são detentores de muito, e muitos são detentores de quase nada, (BAGNO, 2001).

Quanto à norma padrão disposta no alto da figura simbolizando o modelo a ser seguido, mais próxima das variedades prestigiadas, do grupo com melhores oportunidades, das camadas sociais privilegiadas, conhecedoras de seus direitos, por sua vez permanece distante da maior parcela da sociedade brasileira, usuária das variedades estigmatizadas que sofre com a desigualdade social presente em sua comunidade, pela falta de oportunidades, e pelos mais variados tipos de preconceitos sociais, além de inúmeras formas de discriminação.

Uma variante é prestigiada quando seus usuários têm *status* considerado superior a outros grupos, e desta forma, passa a ser reproduzida por outros usuários. Para Gnerre:

Uma variedade linguística vale o que valem na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos internos quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos externos pelo prestígio das línguas no plano internacional (GNERRE, 1998, p.6-7).

Segundo Gnerre (1998) o julgamento positivo de uma determinada variedade dialetal surge do pensamento desta variedade, bem como tudo o que pertence a sua camada social como detentora de maior poder político, econômico e cultural. Por ser considerada a mais bonita, correta, mais lógica e regular deve ser superior às outras variedades, além de ser imposta às demais classes menos favorecidas socialmente.

No paralelo elaborado por Bagno (2007), o autor equipara as variedades prestigiadas à norma culta ou norma padrão, pertencente às classes detentoras de maior prestígio e, considera as variedades estigmatizadas que são utilizadas, em sua grande maioria, por falantes de estratos sociais menos privilegiados, corresponde à norma popular ou à conhecida norma não padrão. O desvio tanto na oralidade como na escrita da norma padrão é classificado, por muitas pessoas, como “erro” dos falantes das normas populares que, por sua vez, são até mesmo condenados por ignorância ou falta de cultura.

De acordo com Bagno (1999), ninguém comete erros ao falar sua língua materna. O que muitos consideram erro é o desvio da gramática tradicional. Do ponto de vista linguístico não existe erro de português, nem existem língua melhor nem pior, uma vez que todas expressam a cultura dos falantes que a utilizam como meio de interação social, pois todo falante nativo é um falante competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente um enunciado, isto é, se ele obedece ou não às regras de funcionamento da sua língua.

Para os tradicionalistas tudo que está em desacordo com a gramática normativa ou não representa a norma padrão da língua é considerado “erro”, pois não corresponde às regras estabelecidas e priorizadas pela elite social. Os estudos linguísticos modernos têm demonstrado que a noção de “erro” não existe (BAGNO, 2007). O que está comprovado é que existem diferenças em se falar uma mesma coisa, (TARALLO, 1997), e que estas diferenças são o reflexo de uma diversidade cultural abrangente e ao mesmo tempo refere-se à tamanha desigualdade social existente no país e no mundo. Considerando à língua, o que se classifica como “erro” devem ser construções que, por algum motivo, comprometam a comunicação entre os interlocutores, dificultando a compreensão da mensagem, sendo assim, um desvio ortográfico não pode ser considerado

“erro”, uma vez que a ortografia de uma língua é criada e determinada por meio de uma decisão política, de uma lei, ou de um decreto, e esta pode claramente sofrer mudanças, caso seja comprovada uma necessidade.

Um falante escolhe sua variedade linguística de acordo com os fatores extralinguísticos aos quais esteja exposto, ou seja, receptor e assunto a ser falado, desta forma o falante intuitivamente analisa qual a variedade mais oportuna para cada situação de comunicação. Segundo Gnerre (1998), a norma padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma dada comunidade de fala. Sendo assim, existe uma classe privilegiada que oprime parte dos grupos pertencentes a outras classes que, em muitos dos casos, são vítimas de uma grande desigualdade inerente a sua realidade social.

O julgamento baseado nas características linguísticas de uma variedade, nem sempre está voltado para as questões estruturais e funcionais do dialeto em si, mas da pessoa que utiliza este dialeto ou variação, condenado por uma sociedade que julga seus perfis classificando-os de forma pejorativa, como o fato de ser pobre, por exemplo, não ter escolaridade ou apresentar um grau baixo de escolaridade, cujas origens serem rurais, de periferia, ou regiões subdesenvolvidas, por pertencer a culturas diferentes entre outros aspectos que constroem o preconceito acarretado na língua e na sociedade em geral.

Uma série de fatores interfere de maneira a agregar valor e prestígio social a uma determinada variedade da língua e diferentes culturas como as motivações históricas, econômicas e políticas, enquanto outras variedades são cada vez mais marginalizadas por se afastarem deste “ciclo de poder”, refletido um preconceito linguístico incutido a um preconceito ainda maior: o social, presente em classes mais oprimidas, vinculadas a uma avaliação social por parte das classes dominantes.

Tanto o prestígio e o estigma das variedades linguísticas estão ligados aos valores atribuídos pela sociedade aos seus respectivos membros, falantes destas variações, de acordo com seu *status* social, e não pelos traços linguísticos destas variações. As características presentes na fala de pessoas de classes sociais menos prestigiadas são, em sua maioria, estigmatizadas e desvalorizadas, pois muitas pessoas julgam que ao se falar uma variedade diferente da variedade padrão é um “erro”, que representa uma manifestação de inferioridade por parte do falante. Quando se aponta o “erro” da fala de alguém, acaba-se reforçando este pensamento de menosprezo, por meio do estereótipo ou da exclusão.

Vale ressaltar que ao nos referir à questão de “erro” é necessário lembrar a língua considerando a sua variação, seu uso e até seu percurso histórico, uma vez que ela é heterogênea, dinâmica, viva e sofre mudanças ao longo do tempo. O que hoje, para muitos pode ser considerado errado, pode ter sido considerado correto ou adequado em outro momento histórico, ou ainda pode ser considerado apropriado num futuro próximo (BAGNO, 2007).

É importante lembrar que a expressão “erro” na fala não pode ser equiparada a erro gramatical, pois para a gramática normativa, considerada padrão, o que não está estabelecido dentro de suas normas não pode ser considerado apropriado à língua. O erro refletido na língua falada deve ser entendido como uma inadequação, um desvio linguístico. O erro gramatical só pode ser identificado em construções textuais onde para tal atividade somos norteados a seguir regras impostas pela gramática. Não falamos exatamente como escrevemos, salvo situações de extrema formalidade em que a fala exige alta monitoração e planejamento, pois tanto a fala como a escrita possuem usos diferentes na sociedade, cada uma tem a sua norma específica de uso.

Bortoni-Ricardo (2006) considerando a expressão “erro”, na modalidade oral ou escrita, afirma que o que a sociedade classifica como “erro” na fala das pessoas, a Sociolinguística considera uma questão de inadequação da forma utilizada às expectativas do ouvinte. Tais expectativas correspondem às imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, dos papéis sociais que ocupam e desempenham na sociedade. O “erro” na língua falada não é uma transgressão de algum sistema de regras, mas uma variedade que ocorre em relação à outra, uma adequação da fala ao contexto de comunicação.

A autora salienta que com relação à língua escrita, o “erro” representa a transgressão de um código convencional e prescrito pelas regras ortográficas fixadas ao longo dos anos, que não prevê variação, em que existe um julgamento social empírico que o “erro” gráfico é avaliado da mesma forma que uma variedade linguística.

1.8 Registro e estilo

Ninguém fala ou escreve do mesmo jeito, cada um tem seu estilo próprio, (TARALLO, 1997). Na escola somos moldados a escrever na modalidade cursiva, alguns fizeram anos de caligrafia para garantir a “perfeição” da letra incutida neste estilo, porém, com o tempo, cada um desenvolve sua própria letra, sua própria identidade. O mesmo acontece com a fala, passamos anos expostos a inúmeras variedades linguísticas, mas adotamos um estilo próprio que pode ser influenciado pelo local de trabalho, pelo local

de residência, pelos grupos sociais ao qual pertencemos e pelos vários ambientes que frequentamos.

Para que a interação verbal atinja seu principal objetivo — comunicação — uma série de fatores são considerados no ato da enunciação, Koch (1997) como o locutor, seu receptor, a mensagem transmitida, o código utilizado neste processo além do contexto social que faz referência ao enunciado e a significação que este atribui ao que está sendo dito.

Toda língua é repleta de recursos que permitem que os falantes sejam mais formais ou informais no momento de se expressar de forma oral. Dentre estes recursos pode-se citar: o vocabulário, estruturas gramaticais, morfologia, a pronúncia, a entonação, o volume/timbre de voz utilizado e até mesmo a velocidade da fala ou da sinalização. Independente de um falante ser homem ou mulher, jovem ou idoso, pertencente à classe trabalhadora ou à empresarial, ele sempre poderá adequar sua fala à formalidade ou à informalidade da situação vivenciada e exigida no momento da enunciação.

Um claro exemplo disso seria uma pessoa, numa conversa com seu melhor amigo. Neste processo, o falante adota certa informalidade durante seu discurso, com poucas restrições, utilizando-se de expressões e vocabulários comuns às duas pessoas envolvidas no discurso, com ou sem nenhuma cobrança gramatical, até mesmo por se tratar de uma situação em que se imagina o uso da fala de forma mais espontânea e dinâmica. Já quando uma pessoa, dirige-se a um superior, como ao seu chefe, por exemplo, logo terá um cuidado maior com o grau de formalidade empregado e escolhido para tal conversa, pois não gostaria de demonstrar, por meio da fala, uma impressão negativa ou contrária a sua capacidade intelectual e profissional.

O registro da informalidade ou da formalidade a ser empregado depende da situação, e esta escolha cabe ao falante que já está habituado a tais escolhas ao longo de sua vida. Aprender a usar o registro adequado a cada situação é saber empregar a língua e suas variedades linguísticas, e saber empregar cada variedade em sua devida situação, (LEMLE, 1978).

Com relação ao ensino aprendizagem de língua, quando uma criança chega à escola, traz consigo os registros informais utilizados no meio familiar, pois até o presente momento ela esteve exposta apenas a este tipo de registro. No ambiente escolar, essa criança é exposta a um registro mais formal, necessitando expandir seu domínio e conhecimento de língua para utilizar outras palavras, outras expressões e até mesmo outras construções gramaticais aprendidas na escola. O maior problema nesta fase é que

a escola deve acrescentar novos registros aos alunos, sem desencorajá-los e/ou induzi-los a utilizar apenas o registro aprendido no âmbito escolar, no caso a norma padrão, além de enfatizar que o registro utilizado por eles até então é um registro informal e inapropriado para algumas situações, pois cabe à escola ensinar a norma padrão sem menosprezar a variedade linguística que o aluno traz do seu meio social (LEMLE, 1978) e ensiná-lo a usar uma ou outra conforme as circunstâncias comunicativas.

Registro, conforme a definição de Ferguson (1985) (*apud* TANNEN E WALLAT, p. 194): é a “variação condicionada pelo uso”. Trata-se das escolhas lexicais e sintáticas consideradas apropriadas à ocasião. Cabe ao falante fazer a escolha adequada para cada registro. Por exemplo, um médico, ao comunicar-se com colegas de profissão, no processo de diagnóstico de um paciente, utiliza termos comuns à área da medicina, porém ao se reportar à família do paciente, faz uma adaptação de seu registro, e utiliza outro registro linguístico, para que a família entenda o diagnóstico, sem usar termos técnicos de forma que a família não tenha nenhuma dúvida com relação ao diagnóstico e ao tratamento a ser realizado.

O registro linguístico designa os diversos estilos que um falante pode utilizar em consonância com a situação à qual esteja inserido, por exemplo, em um barzinho com os amigos, ou até mesmo em um jogo de futebol, o falante utilizará um registro diferente do que, provavelmente, usa com sua família, e no seu trabalho. Existem diferentes modos de expressão que se referem aos registros e estilos, convém ressaltar que não existe falante de estilo único. Todo falante exibe alternâncias de variáveis linguísticas, (MONTEIRO, 2000), principalmente quando altera o contexto social e a temática da interação. A noção de estilo está relacionada a uma individualidade ou a um traço particular que distingue um indivíduo de outro, em vários aspectos, seja para falar, pensar, escrever, vestir, agir, entre outros.

Por meio do estilo o falante combina distintos modos de fala – variáveis linguísticas – e constrói sua identidade social, materializada de maneira consciente ou inconsciente. Para a pesquisa com livros didáticos, considera-se, portanto, variedades de registro e/ou variedades de estilo como um conjunto de variedades linguísticas manifestadas de acordo com seus interlocutores, com o propósito comunicativo, e que são distribuídas dentro em um paralelo dispostas do mais formal ao mais informal. É o que averiguaremos no decorrer desse estudo.

1.9 Variação linguística e ensino de língua portuguesa

Um dos maiores problemas ocorridos em torno do ensino de língua materna é o método adotado pelo professor para ensinar aos alunos a sua própria língua. É sabido que o ensino de Língua Portuguesa se restringe quase que exclusivamente ao uso da gramática normativa, que delimita o que é certo ou errado em termos de língua, e que não leva em consideração o processo de variação ocorrido em todos os níveis da língua a partir de fatores geográficos, *status* socioeconômicos, grau de escolarização e idade, por exemplo.

Em virtude desse tipo tradicionalista de ensino, o processo de normatização retira da língua a sua realidade social, complexa e dinâmica, tornando-a um objeto externo a essa realidade, criando o estereótipo de que a Língua Portuguesa é de difícil aprendizado, (BAGNO, 2007). Por outro lado, o professor continua com o mesmo estudo inadequado das nomenclaturas e classificações gramaticais. Os alunos não são convidados a aprender a sua própria língua, e os professores não são convidados a pesquisar como ela se constrói. O ensino escolar disseminou por muito tempo a ideia que o “certo” é pronunciar como se escreve, como se a escrita tivesse primazia sobre a pronúncia. Diante disso, o papel da escola como responsável pela formação de cidadãos conscientes, é desmistificar essa ideologia calcada na mente de muitos brasileiros, (SOARES, 2000).

A escola é orientada a ensinar e praticar a língua da classe dominante, mesmo que a Sociolinguística tenha despertado fundamentos importantes para os estudos linguísticos como o fato de a língua ser heterogênea. Por outro lado muitas escolas não romperam ainda, com o ensino da gramática normativa no método tradicional, e tudo o que é considerado diferente desta, deve ser banido ou repellido da sociedade, pois equivale a características pejorativas que indicam que uma parcela da sociedade, por sinal a maior parcela, não tem prestígio, apresenta pouca cultura e é inferior, não podendo ser considerada pertencente aos grupos de pessoas mais cultas, que fazem parte e utilizam a variedade padrão da língua portuguesa.

A gramática normativa é regida por um padrão equivalente e idealizado de língua correta que, por sua vez, deve ser considerado modelo perante as outras variedades do português. O professor precisa ter consciência de que seus alunos, ao chegarem à escola, já trazem consigo uma língua apreendida no âmbito familiar, no seio cultural do alunado, e esta não pode ser desprezada e nem menosprezada no convívio escolar. Assim cabe ao professor mostrar aos alunos os dois lados da moeda, as duas vertentes de uma mesma história, que existe duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa, (TARALLO, 1997),

e que não há uma variedade mais bonita do que outra, apenas existem lugares adequados para cada uma ser empregada.

É dever da escola ensinar a norma padrão, (POSSENTI, 1996), não exigindo que o aluno substitua uma variedade por outra, mas no sentido de orientá-lo e repassar subsídios sustentáveis capazes de fazê-lo dominar outra variedade, para que possa adequar seu repertório linguístico às mais variadas situações e empregar a norma padrão em situações comunicativas formais, em suas produções escritas, nas modalidades que exigem o emprego da norma padrão da língua portuguesa.

As línguas evoluem com o tempo, se transformam e se modificam no espaço geográfico. As palavras, por exemplo, ganham ou perdem fonemas, adquirem novas significações, além do surgimento de novas palavras conforme necessidade de seus falantes, assim acontece com as línguas, elas adquirem novos valores sociolinguísticos, (FARACO, 2005). A língua deve ser considerada como um desafio entre gerações e comunidades distintas, principalmente entre classes sociais diferentes. As pessoas julgam a língua falada tendo como referência a língua escrita, conseqüentemente, as pessoas que leem pouco, ou apresentam pouco contato ou até mesmo, nenhum contato com a língua escrita, ao cometerem algum desvio linguístico perante a gramática normativa são rotuladas de ignorantes e incultas.

Por meio de uma pedagogia mais cultural, valorizando o conhecimento prévio do aluno e respeitando sua língua materna, Bortoni-Ricardo (2004), afirma que diante de uma não realização da norma padrão, a estratégia do professor deve incluir dois componentes, um definido como identificação e o outro como a conscientização, em que a identificação refere-se à atenção ao observar o desvio ou ao modo de emprego de determinada regra utilizada pelo aluno, o que pode passar despercebido por alguns professores em eventos orais informais. Já a conscientização, diz respeito ao ato de conscientizar o aluno quanto às diferenças de emprego da língua, possibilitando a monitoração de seu próprio estilo sem prejudicar o processo de ensino e aprendizagem por meio das interrupções.

Quanto ao processo de conscientização é importante que o professor haja de maneira natural e, às vezes, como afirma Bortoni-Ricardo (2004), é necessário adiar uma interrupção, para garantir que uma ideia ou raciocínio não seja fragmentado, respeitando as características culturais e psicológicas do aluno, deve-se, neste sentido, atentar para que no momento da intervenção esta não venha a coibir o aluno, gerando insegurança, desinteresse e, no pior dos casos, revolta ou trauma com relação ao aprendizado.

O português falado no Brasil apresenta uma gama de variedades linguísticas oriundas das diferenças sociais materializadas na língua, por meio da sua extensão territorial e pelo seu processo histórico-político. Ao reportar-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa que dizem que:

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997, p. 26).

É possível comprovar por meio das informações dos PCN (1997) que a diversidade linguística do Brasil é rica e trata-se de um reflexo cultural e geográfico, que acarreta o que se conhece por preconceito advindo do valor social atribuído às formas variantes da língua, especialmente àquelas formas linguísticas usadas por falantes que não gozam de prestígio social na comunidade onde vivem. As manifestações de preconceito são oriundas de pessoas que se situam nos pontos elevados na pirâmide social, que pertencem a um nível socioeconômico mais alto e, por sua vez, dominam a variedade padrão da língua.

Quando se menciona a questão do aprendizado de língua, deve se levar em consideração, que o ensino da língua falada é anterior ao da língua escrita, pois a língua falada é aprendida e interiorizada no seio familiar por meio da oralidade, com os estímulos da repetição. Já a língua escrita é adquirida no ambiente escolar, e sistematizada por meio de exercícios de memorização e treinamentos contínuos.

Uma pessoa mesmo não tendo contato com sua língua na versão escrita é um falante competente da sua língua, e para que não seja alvo de preconceito e sofra com a discriminação e com os pensamentos errôneos e estilizados, o falante precisa desenvolver um conhecimento prévio e adequar-se aos usos da língua em suas mais variadas situações, uma vez que são inúmeras as práticas de ensino, mas nenhuma pode menosprezar a língua aprendida no ambiente familiar, adquirida na infância de maneira natural e espontânea (LEMLE, 1978).

O ensino de língua deve ser priorizado em sua essência, abordando seu funcionalismo, seu sistema de uso e suas propriedades, e como esta é e deve ser abordada pela sociedade e pelos indivíduos que a constituem, suas variedades e os empregos nas variadas situações, assim cabe ao professor o trabalho de mediar o conhecimento e a

aplicabilidade da língua e da linguagem no universo pertencente ao aluno, pois como a língua evolui, é necessário que os profissionais envolvidos neste processo também evoluam e as práticas de atualizar-se e aperfeiçoar-se devem ser contínuas, no sentido de acompanhar a evolução do ser humano e da sociedade.

O papel da escola é fundamental, pois propicia ao aluno oportunidades de aprender, reaprender, descobrir, investigar, questionar, indagar, ler, escrever, reescrever, (POSSENTI, 1996) entre outros ensinamentos essenciais para que ele possa desenvolver-se intelectual e socialmente, aperfeiçoando sua criticidade. O problema é que muitas escolas não valorizam tais ensinamentos, apesar das novas políticas públicas promoverem novas reformulações no processo de ensino aprendizagem de línguas.

Nunca é demais frisar que o papel da escola é proporcionar conhecimentos e aprendizagens, colaborando com a formação integral do ser humano e visando propiciar um ensino de qualidade a todos, respeitando os conhecimentos que cada um traz consigo e ampliando esses conhecimentos nas mais variadas situações, Soares (2000). Com relação ao ensino de línguas, a escola, junto com seu corpo docente, deve valorizar não só a língua padrão, mas empregar e construir valor às outras variedades linguísticas existentes, de modo especial, a variedade trazida pelo aluno para o ambiente escolar, fazendo com que a sala de aula seja um espaço de descobertas, de comunicação e de interação social, onde todos possam expressar seus conhecimentos, suas dúvidas.

1.10 Variação linguística e livro didático de língua portuguesa

No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com base em pressupostos da Sociolinguística, propõem a participação crítica do aluno diante das variedades linguísticas inerentes a qualquer idioma. Acompanhando este movimento, muitas editoras têm produzido materiais didáticos que abordam a discussão sobre a variação linguística, com vistas a auxiliar os professores a introduzir o tema no ensino da língua portuguesa.

Os livros didáticos, que ora analisamos, a saber: Língua Portuguesa: Linguagem e Interação da editora Ática; o livro Novas Palavras da editora FTD; e o livro Ser Protagonista Língua Portuguesa da editora SM, apresentam informações sobre as variações linguísticas que devem ser exploradas pelo professor durante as aulas de língua portuguesa, esclarecendo e introduzindo novos conceitos oriundos das diversidades

linguísticas existentes no país, dos fatores que interferem neste processo e a questão do preconceito linguístico inculcado nesta manifestação.

Cabe à escola esclarecer que o fenômeno da variação linguística é comum e pertencente a todas as línguas do mundo, Labov (2008[1972]). Dentro desta vertente existe a necessidade de identificar a riqueza do vernáculo presente e construído por meio da cultura regional, seja na sua diferença de fonemas como na sua aplicabilidade quanto ao léxico, e às regras de concordância. Cabe ao professor exemplificar que não há certo ou errado dentro deste processo, porém existem lugares próprios e específicos para cada construção linguística, (MONTEIRO, 2000).

Embora uma série de livros didáticos aborde a questão da variação linguística como reflexo cultural, alguns livros, desenvolvem atividades relacionadas às variantes estigmatizadas sem, contudo, levar em conta a competição entre as formas linguísticas, bem como os seus contextos estruturais e sociais em que são realizadas e produzidas, não considerando, desta forma, a variação como parte da competência linguística do falante.

A abordagem sistêmica da variação linguística restringe-se à necessidade de levar o aluno a conhecer e a respeitar os diferentes registros sociais, situacionais, históricos e regionais no que diz respeito à língua. A impressão que se tem, por meio dos livros didáticos adotados, é a de que só ocorre variação linguística na fala de pessoas de regiões interioranas ou de indivíduos com baixo grau de letramento, o que pode, de certa forma, gerar preconceitos com relação à fala, tendo em vista que todos os falantes fazem uso das variáveis linguísticas independente do gênero, idade, nível de escolaridade ou do seu local de origem.

1.11 Preconceito linguístico

O pensamento ensaiado há vários anos sobre o Brasil ser um país monolíngue ainda é veiculado, pela escola, pelas instituições sociais, políticas, religiosas, e pela mídia. A afirmação, negligenciada, de um Brasil monolíngue gera um sério problema, o que muitos estudiosos denominam hoje de preconceito linguístico. A crença de que há uma variante linguística “certa” ou “melhor” é tão equivocada em termos estritamente linguísticos como a ideia difundida de que existem línguas superiores e línguas inferiores, (BAGNO, 1999). Embora, obviamente, haja diferenças estruturais, sintáticas, fonológicas e semânticas entre as variedades linguísticas pertencentes a uma mesma língua, não há como afirmar que uma língua é mais desenvolvida ou mais completa que outra.

Todas as línguas do mundo apresentam uma gramática que permite que seus falantes a utilizem com diferentes finalidades e de modos distintos, satisfazendo suas necessidades psicológicas e sociais de forma efetiva, conforme Bagno (1999). Se uma língua ou uma de suas variedades linguísticas torna-se mais “prestigiada” por uma comunidade do que por outra, isso não é resultado de diferenças entre suas propriedades gramaticais, mas sim de fatores políticos, econômicos e sociais. Assim, a afirmação de que há uma variedade prestigiosa sobre uma variedade estigmatizada em uma língua é equivocada e revela, a ignorância e o preconceito de quem a afirma e acredita ser esta uma verdade absoluta.

Nesta vertente, acredita-se ser a língua considerada culta um caminho para ascensão social, e quem não a domina é marginalizado e ridicularizado, principalmente no momento de preencher uma vaga no mercado de trabalho, ou utilizá-la em uma situação que exige um maior grau de formalidade, como em um vestibular, ou entrevista de emprego. Essa variante padrão, no entanto, é considerada por algumas pessoas como representante de uma parte da população brasileira, uma pequena parcela da população, onde estão concentrados os poderes econômico e político.

Muito fácil de equipar que o modo de “falar bem” ou “falar correto” pertence à classe dominante da sociedade, a elite propriamente dita, e a expressão “falar mal” ou “falar errado” corresponde à classe menos prestigiada socialmente, a classe marginalizada da população. Conforme Bagno (1999) há no Brasil uma “mitologia” do preconceito linguístico, que prejudica a educação e a formação do cidadão. O autor supracitado enumera e desmitifica oito mitos referentes ao tema e ao uso da língua nas diferentes situações de interação.

O preconceito linguístico é em sua essência, um preconceito social, Bagno (2001), afirma que uma pessoa ou um grupo é inferior porque fala de uma forma e não de outra. E que pessoas que se qualificam melhor do que outras, julgam o grupo social diferente daquele a que pertencem. Discriminando sem fundamentos, os falantes dos grupos menos favorecidos. Para que este problema de causa social seja amenizado, é necessário um maior conhecimento dos fatores condicionantes de uma variedade e quais as suas implicações para toda a sociedade, “pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los” (BORTONI-RICARDO, 1984, p. 9).

Pesquisas já constataram que não existe uma língua melhor do que outra, e que o uso ou a escolha de uma variedade em detrimento a outras não tem relação com a

capacidade cognitiva do falante. Pior do que julgar uma variedade é fazer o julgamento do falante desta, associando um argumento negativo e pejorativo em que se considera que ao utilizar uma expressão “errada” o falante possui pouca capacidade intelectual, chegando, às vezes, até ser considerado deficiente linguístico, (SOARES, 2000).

Bagno (2007, p.39) afirma que a persistência do preconceito linguístico, objetiva a conservação da ideologia e do poder das classes dominantes. Acrescenta que a ânsia de “preservar” a língua, em sua pureza, faz parte de um planejamento social em que as academias de língua, instituídas como autoridades únicas e absolutas, desempenham um papel importante. Cabe ressaltar a importância da escola como referência, pois esta pode criar condições para que haja a quebra deste preconceito ou pode simplesmente sustentar esta ideia, formando outros milhões de pessoas com pensamento e ideias cristalizadas, pejorativas e negligenciadas, colaborando com esta sina da língua portuguesa que já dura séculos.

Um dos fatores que corrobora para a construção e disseminação do preconceito linguístico é associar a gramática normativa como modelo padrão ideal de uma língua. Acredita-se que o domínio da gramática normativa garante leitores/escritores críticos e ativos, falantes cultos, com maiores chances de conseguir poder e prestígio dentro da sociedade. Essa noção desequilibrada é difundida, nas escolas, nos manuais gramaticais e nas mais variadas formas de veiculação.

Gnerre (1998, p.25) diz que “a gramática normativa escrita é um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explícitas ou declaradamente autoritárias ou centralizadas”. Para Perini (1997, p.48) “gramática é a matéria que ninguém aprende”, aqui o autor ressalta a dificuldade do ensino e aprendizagem quando considerado a grande quantidade de regras e exceções inclusas na gramática, o que faz com que muitos considerem o português como uma língua muito difícil de ser aprendida, mas neste caso estamos considerando uma parte da língua, pois a gramática não pode ser considerada como língua, ela faz parte da língua, mas não pode representá-la como um todo.

Para Gnerre (1998), assim como Bagno (2007, p.37) a gramática tradicional está presa ao passado:

Uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras – entre as quais incluo a GT – privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de des-historicização desse discurso, que passa a ser, assim, uma “grande verdade” atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à

situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram.

Pode-se dizer que a língua padrão, nas concepções da gramática, está desvinculada da realidade. Um exemplo é o uso da mesóclise, cujo não uso é considerado erro pela gramática tradicional. Mas ninguém faz uso desta regra em suas falas cotidianas. Vale ressaltar que neste trabalho não se afirma que é desnecessário o ensino da norma padrão, mas as outras variedades da língua não devem ser analisadas numa perspectiva pejorativa da língua.

O preconceito linguístico em si acaba sendo mais uma forma da classe detentora do poder político e econômico, persuadir as menos favorecidas, por meio da marginalização linguística, refletida nos contratos, diagnósticos clínicos e até mesmo na própria Constituição Federal, que pode, às vezes, privar o cidadão de requerer seus direitos constitucionais.

CAPÍTULO 2 - BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL E APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO UTILIZADO NA PESQUISA

2.1 Programas de institucionalização do livro didático

Neste capítulo faremos um breve histórico das principais políticas públicas com relação ao livro didático no país, desde o primeiro programa instituído em 1937, pelo Instituto Nacional do Livro (INL), perpassando pelo Programa Nacional do Livro didático, em 1985, e os últimos programas como o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em 2003, e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) de 2007.

Refletir sobre a história do livro didático no Brasil é refletir sobre a construção do espaço escolar no país. Pode-se dizer que o papel que os livros didáticos exerceram ao longo da institucionalização do ensino reflete-se nas transformações políticas educacionais e na forma como alunos e professores lidaram e lidam com essa ferramenta tão importante para o fazer pedagógico do dia a dia do professor em sala de aula.

2.1.1 Instituto Nacional do Livro (INL)

Segundo o histórico do PNLD, disponível no *site* do FNDE, em dezembro de 1937, o Estado Novo cria um órgão específico para formular políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e auxiliar a sua produção. Estavam previstas, como atribuições do Instituto Nacional do Livro, a edição de obras literárias com ênfase na formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional, além da expansão de bibliotecas públicas que contribuiriam para a construção da própria identidade do país.

2.1.2 Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)

Segundo o *site* do FNDE, por meio do Decreto-Lei n. 1.006, de 30/12/1938, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. A iniciativa avaliava tanto os aspectos ideológicos como as questões técnicas e pedagógicas com o objetivo de propagar uma leitura de mundo ampla e homogênea de acordo com os interesses estatais.

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) era composta por sete membros, designados pelo Presidente da República, dois membros deveriam ser especializados em “metodologia das línguas”, três especializados em “metodologia das ciências” e os dois últimos especializados em “metodologia das técnicas”. De acordo com o Decreto-Lei n° 1.006, de 30/12/38, a CNLD tinha por objetivo analisar os livros julgando-os apto ou não ao uso em escolas de todo o país.

Conforme o art. 5° do Decreto-Lei n. 8.460, de 26/12/1945, os poderes públicos não poderiam determinar a obrigatoriedade da “adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino”, nem poderiam “estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado”, cabendo aos diretores a escolha de livros “nas escolas pré-primárias e primárias”. Os professores eram responsáveis pela escolha dos livros, para uso dos alunos, com base na relação oficial de obras a serem usadas “nas escolas normais, profissionais e secundárias”.

Naquele período, entre os requisitos que tornavam um livro favorável ou não era, segundo o Decreto-Lei n. 8.460, de 26/12/1945, art. 26°, se o mesmo atentasse, “de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional”; contivesse implícito ou explícito, “pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação”; e envolvesse “ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais”. Portanto, os três primeiros critérios para definir a autorização de um determinado livro, era que este não se mostrasse contra o regime político autoritário atuante na época.

Dentre os critérios estabelecidos, havia tópicos dispostos no Decreto-Lei n. 8.460, de 26/12/1945, art. 26°, que especificavam a igualdade de povos e raças e combatiam, de forma direta, o preconceito racial e social, em que não se permitia, por exemplo, inspirar “o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões”; ou que incitasse o “ódio contra as raças e as nações

estrangeiras” e que despertasse ou alimentasse “a oposição e a luta entre as classes sociais”.

Quanto à língua portuguesa, especificada como “língua nacional” no documento, havia critérios que se moviam na contra mão dos critérios que defendiam a igualdade entre povos e raças e os que cobatiam manifestações preconceituosas. O Decreto-Lei N° 1.006, de 30 de dezembro de 1938, em seu artigo 21, negava a autorização de uso do livro didático que estivesse “escrito em linguagem defeituosa”, definindo por “linguagem defeituosa” a presença de “incorreção gramatical”, “pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria” e “pela obscuridade do estilo”.

Segundo este mesmo Decreto, também seria negada a autorização de uso para livros que apresentasse “o assunto com erros da natureza científica ou técnica”, e que fosse “redigido de maneira inadequada”, violando os “preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância às normas didáticas oficialmente adotadas” e que apresentasse um “impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão”.

Diante dos critérios estabelecidos pelo referido Decreto, é evidente observar a influência do poder político em ascensão: a ditadura. Um importante período da história do país caracterizado pela falta de democracia, pela supressão de direitos constitucionais, pela censura, perseguição política e pela repressão aos que eram contra o regime militar. Onde podemos notar como são intitulados alguns pontos dentro do documento como “linguagem defeituosa”, “incorreção gramatical” e “inconveniente/abusivo emprego de expressões regionais ou gírias”. Estes termos não valorizavam a diversidade sociocultural do país e não permitiam espaços para discussões ou apresentações de opiniões para desconstruir o preconceito linguístico já presente naquele momento político e que vem se arrastando por anos a fora.

Fica evidente a valorização da gramática normativa uma vez que não há espaços para discussões e manifestações orais no que se refere à língua portuguesa, em que não são consideradas, sequer mencionadas as expressões regionais — variação diatópica — e as gírias — variação diastrática — expressões que devem ser consideradas, assim como outras, no estudo da evolução da língua portuguesa.

Neste sentido, a língua portuguesa ou “língua nacional”, como menciona o Decreto supracitado, não era compreendida como um processo constante de mudanças e de significativas transformações que enriquecem e tornam toda e qualquer língua, em seu

aspecto funcional e social, mais interessante e atraente aos olhos de qualquer falante ou estudante.

Em 1945, pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 é consolidada a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. A partir deste momento, a escolha dos livros didáticos — autorizados — passa a ser restrita ao professor em todos os níveis da educação, “é livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado” (Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, Art. 5º). A partir desse momento, a escolha do professor passa a ser considerada no processo de ensino aprendizagem, não só nas “escolas normais, profissionais e secundárias”.

2.1.3 Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted)

No ano de 1966, por meio de um acordo firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) criou-se a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), cujo objetivo era coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, já que interessava “aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País”, (Decreto-Lei nº 59.355, de 04 de outubro de 1966).

O seguinte documento afirmava, entre outros, que “deve o Estado, participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza” além de “orientar e incentivar a livre concorrência” com o objetivo de “intensificar a produção e melhorar a qualidade do livro técnico e do livro didático”, e desta maneira garantir a redução dos custos e da venda, assegurando a distribuição do material em todo o território nacional, (Decreto-Lei nº 59.355, de 04 de outubro de 1966).

O acordo firmado assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita, dos livros, por um período de três anos. O programa adquiriu continuidade, ao garantir o financiamento do governo, a partir de verbas públicas, para a produção e a distribuição dos livros a todas as escolas públicas do país.

2.1.4 Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)

A Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) foi instituída em 1967, e tinha por finalidade a “produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (Lei Nº 5.327, de 2/10/67, Art. 3º). A Fename não visava fins lucrativos, e o “material por ela produzido” seria distribuído pelo preço de custo de produção, “facultada à distribuição gratuita, estabelecida em convênio com entidades públicas e privadas que proporcionem recursos para essa finalidade” (Lei Nº 5.327, de 2/10/67, Art. 3º.). A Fundação Nacional de Material Escolar tinha por finalidade, “definir as diretrizes quanto à produção e distribuição de material didático, **inclusive livros**, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (grifo nosso).

Segundo o *site* do FNDE , em 1970, por meio da Portaria nº 35, de 11 de março de 1970, do Ministério da Educação, é implementado o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).

2.1.5 Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef)

De acordo com o *site* do FNDE, no ano 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, até então a cargo da Colted. A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/Usaid, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático. Segundo Silva (2015) a partir de 1972, o Instituto Nacional do Livro (INL), assumiu a responsabilidade de promover e agilizar o programa de coedição de obras didáticas.

Até 1975, o Instituto Nacional do Livro (INL) teve a responsabilidade de promover, juntamente com as editoras, o programa de coedição de livros. Em 1976, com o Decreto n. 77.107 de 04 de fevereiro de 1976, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuí-los às escolas e às unidades federadas. Após a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do Programa do Livro Didático (Plid). O *site* do FNDE ressalta que os recursos

provinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública neste período, a maioria das escolas municipais foi excluída do programa.

2.1.6 Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)

No ano de 1983, por meio da Lei n. 7.091 de 18 de abril de 1983, o governo substituiu a Fename, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, que incorpora o Plidef. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe, segundo o *site* do FNDE, a participação de professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.

A FAE era responsável por assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º Graus, além de outros objetivos como a “melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo”, (Lei Nº 7.091, de 18/04/83, Art. 3º), cujo objetivo é reduzir a evasão escolar.

O quadro a seguir tem por objetivo apresentar um resumo das principais políticas para o livro didático, elaboradas e perpassadas por diferentes regimes políticos e governos. Os três últimos itens do quadro dão sequência aos programas e às políticas elaboradas no Brasil para o livro didático, identificadas como políticas atuais: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 1985, o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) de 2003 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Quadro 01 - Políticas Públicas para o Livro Didático (LD)

Ano	Presidente	Política para o Livro didático
1937	Getúlio Vargas	Instituto Nacional do Livro Didático - INL
1938	Getúlio Vargas	Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD
1966	Castelo-Branco	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – Colted
1967	Costa e Silva	Fundação Nacional do Material Escolar - Fename
1971	Emilio Médici	Programa do Livro Didático – Plid
1983	João Figueiredo	Fundação de Assistência ao Estudante - FAE
1985	José Sarney	Programa Nacional do Livro Didático - PNLD
2003	Lula	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM
2007	Lula	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA)

Fonte: Produção Própria

2.1.7 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Em 1985, segundo o *site* do FNDE, em substituição ao Plidef, surge o Programa nacional do Livro Didático (PNLD) que trouxe mudanças significativas como, a indicação de livros didáticos pelos professores; a reutilização do livro, abolindo o livro descartável e melhorando o aperfeiçoamento das especificações técnicas para a sua produção, contribuindo para uma maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; ofertar — livros didáticos — aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; e a extinção da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

O PNLD tem por finalidade, como consta no Decreto n. 91.542 de 19 de agosto 1985, Art. 1º., “distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau”, com a “participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados”, (Decreto n. 91.542 de 19/08/85, Art. 2º). A seleção dos livros didáticos “far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País” (Art. 2º, § 1º).

A execução do Programa Nacional do Livro Didático cabia ao Ministério da Educação, por meio da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, em conjunto com as “Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias” (Decreto n. 91.542 de 19/08/85, Art. 4º).

De acordo com o *site* do FNDE, em 1992 a distribuição dos livros didáticos é comprometida pelas limitações orçamentárias e há um recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento à 4ª série do ensino fundamental. Já no ano de 1993 a Resolução CD FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos financeiros para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático. Entre 1993 e 1994 a FAE, o MEC e a UNESCO definem critérios para avaliação dos livros didáticos, o que ocasionou a publicação de “Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO. Em 1995, por meio da distribuição do livro didático no ensino fundamental, são contempladas as disciplinas de matemática e língua portuguesa. Em 1996, insere-se a de ciências e em 1997 as de geografia e história.

Ainda no ano de 1996, segundo o *site* do FNDE, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado, na ocasião, o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos e estabelecidos, dentre os quais, os que apresentassem “erros conceituais”, “indução a erros”, “desatualização”, “preconceito ou discriminação de qualquer tipo” eram excluídos do Guia do Livro Didático. Esse procedimento foi aperfeiçoado e é aplicado até os dias atuais.

O *site* do FNDE menciona que, com a extinção, em fevereiro de 1997, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD foi transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa precisou ser ampliado e o Ministério da Educação passou a adquirir livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos da 1ª a 8ª série do ensino fundamental público.

Em 2000, ainda de acordo com o *site* do FNDE, foi inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso entre alunos de 1ª a 4ª série. No ano de 2001 e, pela primeira vez na história do programa, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo de sua utilização. O PNLD amplia, em 2001, de

forma gradativa, o atendimento aos alunos com deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braile. Atualmente, esses alunos são atendidos também com livros em libras, caractere ampliado e na versão MecDaisy (um conjunto de programas que permite transformar qualquer formato de texto disponível no computador em texto digital falado, uma ferramenta disponível gratuitamente no portal do MEC).

No PNLD de 2002, segundo o *site* do FNDE, é feita a primeira reposição e complementação dos anos iniciais e distribuição integral nos anos finais do ensino fundamental. Em 2002, com o intuito de atingir em 2004, a meta de que todos os alunos matriculados no ensino fundamental possuam um dicionário de Língua portuguesa para uso escolar, o PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série.

No PNLD 2003, como menciona o *site* do FNDE, é feita a segunda reposição e complementação nos anos iniciais e a primeira reposição nos anos finais do ensino fundamental. Além da distribuição de dicionários de língua portuguesa aos 7ª e 8ª série, alcançando o objetivo de contemplar todos os estudantes do ensino fundamental com um material pedagógico que os auxiliariam em todas as suas atividades escolares. Também é feita a distribuição de Atlas Geográficos para as escolas que possuem, EJA e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular.

O PNLD continuou atendendo os estudantes do ensino fundamental, nos anos subsequentes. Este processo histórico mostra a evolução e o aprimoramento do PNLD com relação aos critérios comuns e específicos de avaliação e o comprometimento das políticas públicas em melhorar e aperfeiçoar os programas com relação à aquisição e distribuição de livros didáticos.

2.1.8 Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM)

Em 2003, de acordo com o *site* do FNDE criou-se o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), implantado por meio da Resolução n. 38, de 15 de outubro de 2003. O programa garantia a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio preconizado no Art. 208, Inciso II, da Constituição Federal e emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo a Resolução nº 38, de 15/10/03, o documento ressalta a importância do livro no ensino aprendizagem “considerando ser o livro didático um recurso básico para o aluno, no processo de ensino aprendizagem” e menciona a “importância da participação do professor na escolha do livro a ser utilizado em sala de aula” pelos alunos.

O PNLEM garante às escolas do ensino médio da rede estadual, do Distrito Federal e municipal “livros didáticos de qualidade”, que serão utilizados por alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática (Resolução nº 38, de 15/10/03, Art. 4º). O atendimento do Ensino Médio foi instituído progressivamente. Em 2004, segundo o *site* do FNDE, seu primeiro ano de execução, foram adquiridos livros de matemática e português e foram entregues mais de 38,9 milhões de dicionários aos estudantes. Além disso, 2004 foi o ano de criação e de implantação de uma ferramenta importante para a execução do PNLD, o Siscort, sistema direcionado a registrar e controlar o remanejamento de livros e a distribuição da Reserva Técnica.

Em 2005, de acordo com o *site* do FNDE com caráter de reposição e complementação, foram distribuídos livros didáticos de todos os componentes curriculares para os alunos do ensino fundamental. No âmbito do PNLEM, houve distribuição de livros de português e matemática para todos os anos e regiões do país. Com a publicação da resolução CD FNDE 18, de 24 de abril de 2007, é regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), para distribuição de obras didáticas às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade acima de 15 anos.

Com relação ao PNLD as atividades de distribuição e reposição continuaram sendo sequenciadas conforme a política específica do programa. Em 2010, foi publicado o Decreto 7.084 de 27 de janeiro de 2010, que regulamentou a avaliação e distribuição de materiais didáticos para toda a educação básica, garantindo a regularidade da distribuição. De acordo com o artigo 6º, o atendimento pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) será feito alternadamente:

§ 2º O processo de avaliação, escolha e aquisição das obras dar-se-á de forma periódica, de modo a garantir ciclos regulares trienais alternados, intercalando o atendimento aos seguintes níveis de ensino:

I - 1º ao 5º ano do ensino fundamental;

II - 6º ao 9º ano do ensino fundamental; e

III - ensino médio. (Decreto 7.084 de 27 de janeiro de 2010, artigo 6º)

No PNLD de 2012, de acordo com o Guia de livros didáticos 2015, o PNLEM é incorporado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado pelo FNDE e pela Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC). Nesta edição foram distribuídos livros didáticos para o ensino médio: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Biologia, Física e Química. No PNLD 2015, além de manter os componentes curriculares do PNLD 2012, foi incluindo o livro de Arte. Sendo a primeira vez que Arte participa do PNLD, um ganho significativo para as escolas de Ensino Médio.

2.2 Processo de avaliação do livro didático do Ensino Médio

De acordo com o Guia de livros didáticos 2015, a Secretaria de Educação Básica do MEC elabora e divulga as especificações das obras, bem como os critérios de avaliação em edital, além de dar suporte ao processo de avaliação e de revisão do resultado. As universidades federais, a convite do MEC, executam as avaliações nas diversas áreas. A avaliação é coordenada por uma equipe que envolve um consultor técnico, representante da disciplina na Comissão Técnica do PNLD, que acompanha e supervisiona todo o processo além de um coordenador de área, responsável pela avaliação.

A avaliação das obras do PNLD 2015 ocorreu no ano de 2013. Após a avaliação das obras ocorre a divulgação do Guia elaborado pela Comissão Técnica que é enviado às escolas com o objetivo de auxiliar na escolha do livro pelo professor, uma vez que este é responsável pela escolha da obra que julgar adequada ao perfil e às especificidades da escola, e dos alunos.

2.2.1 Critérios de avaliação do livro didático do Ensino Médio

A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LCT) é organizada pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física, onde no PNLD cada disciplina é representada com uma coleção ou por um livro específico, com exceção da disciplina de Educação Física. Para a escolha deve-se analisar a perspectiva da interdisciplinaridade, dialogando com as quatro subáreas e as demais áreas do currículo.

Dentro de uma dimensão tão abrangente o que justifica a permanência de uma disciplina escolar como Língua Portuguesa (LP), numa área como a de LCT, segundo o Guia de Livros Didáticos (2015, p.89), “é o papel central da língua, tanto nas práticas sociais das mais diversas esferas e níveis de atividade humana, como na aquisição pessoal de conhecimentos especializados”, por esta razão, os objetivos no que tange ao ensino aprendizagem para LP, devem ser compatíveis com tal perspectiva, em especial respeitando “a dupla condição do ensino médio: etapa final da educação básica e preparação para os estudos superiores” (2015, p.89).

Segundo o Guia de Livros Didáticos (2015), é necessário além do aprofundamento do processo de apropriação da leitura e escrita, a mudança de práticas como o letramento escolar, valorizando o ensino médio. Com base nos termos mencionados fica claro que as atividades como leitura, produção de texto e exercício da oralidade, em situações reais de uso, devem ser abordadas como questões prioritárias no ensino aprendizagem da língua.

No âmbito da oralidade, as coleções didáticas de Língua Portuguesa para o ensino médio devem considerar, assim como no ensino fundamental, as demandas dessa etapa de ensino e, com relação ao seu público alvo, deve considerar o perfil do alunado dentro deste processo, valorizando sua bagagem de vida, sua cultura, sua comunidade entre outras características que trazem o sentimento de pertencimento ao aluno.

No que diz respeito à reflexão sobre a língua e a linguagem, assim como a (re) construção de conhecimentos linguísticos, as atividades do livro didático precisam levar em consideração alguns objetivos básicos como:

- as relações entre a linguagem verbal e outras linguagens, no processo de construção dos sentidos de um texto;
- o desenvolvimento da proficiência oral e escrita do português brasileiro;
- não restringir o estudo da língua às perspectivas gramaticais;
- abordar fatores socioculturais e políticos na difusão de ideias e padrões linguísticos;
- considerar a língua padrão no contexto da variação linguística, sem estigmatizar as demais variedades. (Guia de Livros Didáticos 2015, p.91)

Segundo Coracini (1999), nos últimos anos com a valorização e o incentivo, ainda que recíproco, da pesquisa no setor educacional, surgem novos avanços significativos e fundamentais para a nova geração de professores e alunos, que assim como os programas, também passam por constantes mudanças, em que há necessidade de se adaptar ao novo ser humano que surge. As novas pesquisas acadêmicas contribuíram significativamente

de forma direta às novas políticas públicas refletidas na produção de livros didáticos e em todo o sistema educacional.

2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Em função da LDB 9.394/96, o Ministério da Educação e Desporto elabora uma série de documentos orientativos das práticas pedagógicas do professor em sala de aula, tendo em vista a grande extensão território nacional, as diferenças de formação do corpo docente, além de suas dificuldades de acesso aos conteúdos pedagógicos atualizados. Surgem, assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997).

Os PCN (2000, p.89) deixam claro que “graves são os problemas oriundos do domínio básico e instrumental”, principalmente quanto à língua escrita, que o aluno, por sua vez, deveria ter adquirido no ensino fundamental. O documento menciona um diagnóstico e por meio deste, o professor seguirá um caminho norteador, para suas práticas pedagógicas em sala de aula. Os PCN enfatizam que as finalidades desta prática “devem visar a um saber linguístico amplo, tendo a comunicação como base das ações”, (2000, p.17).

O documento salienta que a comunicação deve ser entendida como um processo de construção de significados, usando a língua como um instrumento que é capaz de caracterizar e definir o cidadão. Assim, a língua deve ser entendida como linguagem que constrói e desconstrói significados sociais, cujo ensino de língua portuguesa deve adquirir significado para o aluno, ou seja, esta deve ser estudada no âmbito das relações sociais, e não fragmentada e desassociada do contexto real de interação social.

O artigo 22 da LDB aponta a finalidade da educação básica, com vistas a “desenvolver o educando, assegurar-lhe formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir nos trabalhos e em estudos superiores”. Este objetivo deve ser questionado, de que forma o ensino de língua portuguesa pode assegurar tais princípios ao educando? Tal finalidade implica em responsabilidade além dos olhares didáticos dos professores, mas um dos paços a serem tomados para garantir ao educando tais direitos seria o estudo interdisciplinar, valorizando os contextos sociais distintos e a aplicabilidade da língua muito além da sua concepção escrita, e chegando à sua manifestação oral.

O artigo 26, no parágrafo 1, da LDB, ao falar da obrigatoriedade do estudo da Língua Portuguesa, menciona que o aluno, estudante do ensino médio, já domina, em

diferentes graus, o uso social da língua. Por meio da língua materna ele deve receber uma formação ética, estética e política na e pela língua, que deve ser vista como formadora de valores sociais e culturais. Os PCN (2000) mencionam que os conteúdos tradicionais de ensino de língua, como a nomenclatura gramatical e a história da literatura, devem ser deslocados para um segundo plano, em que o estudo da gramática deve ser visto como estratégia para compreensão/interação entre produção de textos e a literatura deve integrar-se à área de leitura.

Por meio da interação, a linguagem é vista como um processo comunicativo norteador para os professores de língua portuguesa. Os PCN (2000) deixam claro que os conteúdos tradicionais como eram ensinados na escola, fragmentados, a literatura, separada da gramática, que por sua vez estava separada da produção de texto, precisam ser incorporados por uma perspectiva maior, que é a linguagem. Esta, por sua vez, deve ser entendida como um “espaço dialógico, em que os locutores se comunicam”, (PCN, 2000, p. 23). Desta forma, “todo o conteúdo tem seu espaço de estudo”, e precisa “colaborar para a objetivação das competências em questão”, valorizando a socialização das reais formas de pensar, agir, interagir e sentir, ou seja, a linguagem precisa ser compreendida “como parte do conhecimento de si próprio e da cultura” (PCN, 2000, p. 23).

É notório que a língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais, classificadas e divididas com relação aos grupos sociais, regionais, com relação ao gênero, situacionalidade, idade, escolaridade entre outras especificidades, (CAMACHO, 1998). Neste sentido, é comum rotular as pessoas simplesmente ao observar a forma como elas falam. A partir desta observação, é possível saber qual o seu local de origem, seu nível social, profissão, nível de escolaridade, e até mesmo identificar algumas características, como idade, grupos de amigos entre outras, (MOLLICA E BRAGA, 2010).

Atrelados a tais características há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar. É comum, por exemplo, considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas, o que, por sua vez, dissemina ainda mais o preconceito linguístico na sociedade com relação às falas dialetais, (BAGNO, 2007). Segundo os PCN Fundamental (1997, p.26), este preconceito “deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito às diferenças”.

Neste sentido, o documento afirma ser fundamental a escola livrar-se de mitos, como “o de que existe uma única forma “certa” de falar”, (PCN, 1997, p.26) — a que se parece com a escrita, como se esta fosse o suficiente para representar a língua portuguesa em sua essência, e justificasse o modo de falar de quase 240 milhões de brasileiros — “e o de que a escrita é o espelho da fala”, (PCN, 1997, p.26) — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Mas antes de tudo, o que é erro? O desvio da gramática? Da ortografia? Ou seriam problemas estruturais capazes de gerar incompreensão do que se pretende dizer?, (BAGNO, 2007) e (BORTONI – RICARDO, 2004).

Com base nos PCN (1997), essas duas crenças, “produziram uma prática de mutilação cultural”, (PCN, 1997, p.26) que, desvalorizam a forma de falar do aluno, estigmatizando também sua comunidade como se estes fossem incapazes, ou ainda como se estes apresentassem alguma deficiência cognitiva que os impeçam de pronunciar e escrever a língua materna de forma correta, (MONTEIRO, 2000). O documento também menciona que atitudes como estas, denotam o desconhecimento de que a escrita de uma língua não é capaz de corresponder, suficientemente, a sua totalidade, ou a de que algum de seus dialetos, por mais prestígio que tenha em um dado momento histórico, é capaz de representar toda a língua portuguesa.

Não existe o falar “certo” o falar “errado”, é preciso identificar e saber empregar cada variedade linguística, em cada contexto social comunicativo. O que todos queremos é ser bem compreendidos, em qualquer situação enunciativa, esse é o nosso objetivo crucial. Para atingir êxito nesta questão é necessário que saibamos empregar o registro de fala, a diferentes situações, considerando as características do contexto de comunicação, (LEMLE, 1978). Neste sentido, é necessário entender que não falamos em correção, mas sim em adequação. A fala deve ser direcionada ao ouvinte, respeitando suas características e suas circunstâncias de uso, ou seja, o falante deve adequar sua fala às diferentes situações de uso da língua, (LEMLE, 1978).

Os PCN (1997) salientam ser papel da escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral em suas diversas situações comunicativas, sejam estas informais ou formais. Para isto é necessário propor aos estudantes diversas situações didáticas nas quais esta atividade possa ser exemplificada. O professor pode orientar seu alunado por meio de textos, debates, discursos, dramatizações, demonstrando como o emprego destas variedades podem ser empregadas em diferentes contextos e em diversas situações enunciativas, (PCN, 1997).

2.4 Referencial Curricular do Estado do Mato Grosso do Sul

O Referencial Curricular do Estado do Mato Grosso do Sul (2012), assim como os PCN (1997), menciona que a linguagem é uma forma de interação humana além de ser vista como um lugar de constituição de relações sociais, estando presente em nosso cotidiano. O documento salienta a classificação das linguagens sobre duas esferas, a linguagem verbal, transmitida por meio de palavras e a linguagem não verbal, transmitida pelas imagens, gestos, expressões fisionômicas, sons, sinais, cores, símbolos de sentenças matemáticas e notas musicais e tantas outras manifestações. Neste trabalho, em particular, damos ênfase à linguagem verbal, ao signo linguístico, (SAUSSURE, 1989).

O referencial curricular atesta que a linguagem permite ao aluno o entendimento e a importância de diferentes códigos linguísticos, das manifestações culturais e de sua compreensão no campo educacional, considerando-a um fator de “integração e expressão do aluno, respeitando sua origem”. Assim, o documento, ressalta que:

a competência discursiva/textual, portanto, é adquirida pelo aluno na e pela atividade de linguagem, em contextos de leitura e de produção de textos, inseridas em situações linguisticamente significativas, nas quais são postas em foco as três dimensões da linguagem: gramatical, semântica e discursiva ou pragmática (Referencial Curricular do Estado do Mato Grosso do Sul, 2012, p. 46).

Nesta citação é possível observar que o documento segue a mesma linha de raciocínio dos PCN, que mencionam a importância de analisar e empregar variadas situações linguísticas significativas. Desta forma é possível que o aluno, orientado pelo professor, compreenda a diversidade linguística existente em seu país, e saiba, sobretudo, adequar diferentes manifestações em diferentes contextos de interação social.

O Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul (2012) afirma que um dos principais desafios colocados ao educador é o fato de pensar na constituição da linguagem como uma ação social. O documento ainda infere que “o que deve valer na escola é o direito de todo estudante/cidadão atuar melhor na sociedade em que está inserido” (p. 61), e para isto, é necessário que domine as diferentes linguagens existentes.

Para o ensino de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, o Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul (2012) menciona que o professor, por meio de uma escolha consciente de atividades e conteúdos significativos deve buscar atingir as competências e habilidades registradas, para integrar e promover ações adequadas às

necessidades da comunidade, permitindo ao alunado tomar gosto pelo conhecimento, aprender a aprender, contextualizar as diferentes formas de linguagens e seus recursos expressivos como os elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.

Desta forma o estudante pode desenvolver competências linguísticas capazes de ouvir, ler, compreender, adequar e expressar-se nas variadas formas e/ou registros de linguagens, pertinentes e adequados às diferentes situações comunicativas, uma vez que uma aprendizagem, por competência, favorece a noção de que o desenvolvimento cognitivo do aluno é decorrente de um processo dinâmico, mediado pela interação do sujeito com o mundo, ou seja, da interação com as novas exigências contemporâneas.

No quadro a seguir foram reproduzidas as competência e habilidades registradas no Referencial Curricular do Estado do Mato Grosso do Sul (2012), que fazem menção a valorização e a diversidade linguística da língua portuguesa:

Quadro 02 – Habilidades e Competências Linguísticas

Habilidades e Competências	
L Í N G U A P O R T U G U E S A	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integrada à organização do mundo e à própria identidade. ➤ Reconhecer a necessidade de dominar a norma padrão, que representa a variedade, socialmente prestigiada, sem menosprezar as demais variantes. ➤ Reconhecer a língua como um conjunto heterogêneo de variedades linguísticas. ➤ Perceber o preconceito linguístico existente em relação aos seus usuários. ➤ Confrontar pontos de vista sobre as manifestações da linguagem verbal. ➤ Utilizar a linguagem oral em situações que exijam preparação prévia, maior grau de formalidade, manutenção do ponto de vista ao longo da fala, procedimentos de negociação de acordos. ➤ Analisar recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores, participantes da criação das ideias e escolhas, tecnologias). ➤ Expressar-se oralmente preocupando-se com o interlocutor e com o maior ou menor nível de formalidade nas diferentes formas de expressão. ➤ Compreender as variações linguísticas.

Fonte: Produção Própria

Com base nas habilidades e competências verifica-se a preocupação das políticas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul quanto ao ensino de Língua Portuguesa no ensino médio, valorizando a diversidade linguística, combatendo o preconceito linguístico inerente à população, o reconhecimento da língua portuguesa como um fenômeno heterogêneo, passível de mudanças e transformações, com vistas a considerar suas inúmeras variações linguísticas.

Nota-se também uma atenção especial com relação à norma padrão da língua portuguesa, quanto à utilização, grau de formalismo, que deve ser tão valorizada como às demais manifestações linguísticas em qualquer contexto sócio histórico e cultural de enunciação. O documento também menciona preocupação quanto à expressão oral do interlocutor, salientando que este, por sua vez, deve considerar o nível de formalidade, maior ou menor, nas diferentes formas de expressão.

2.5 Livro didático: “nossa ferramenta de cada dia”

O livro didático, sem sombras de dúvidas, é uma ferramenta de valor inestimável ao processo de ensino aprendizagem em sala de aula. Um dos recursos mais acessível ao professor, embora na prática, é sabido que este recurso não existe em abundância a todos os estudantes em número e disponibilidade em tempo acessível compatível com o ano letivo. Na maioria dos lares brasileiros, é o primeiro e talvez o único livro capaz de transmitir conhecimento e incentivar a leitura e o gosto pela aprendizagem.

Ao longo dos tempos, desde os primeiros livros produzidos até os livros mais atuais, acompanhados de um aparato digital, capaz de tornar as aulas mais atrativas, significativas e dinâmicas, prendendo a atenção da nova geração de alunos que frequentam a escola, que por sua vez, em relação às novas tecnologias digitais, estão anos luz a frente dos educadores e da própria escola, o livro didático tem se tornado uma ferramenta fundamental na prática de ensino.

Em todo o cenário educacional do país, o livro didático é um importante instrumento de apoio ao trabalho do professor e referência na formação de nossos alunos em escolas das redes públicas e privadas. O Brasil tem desenvolvido e aprimorado os programas de aquisição de livros didáticos, que asseguram a distribuição gratuita à rede pública de ensino, inclusive já há programas voltados às especificidades de determinados grupos como a educação do campo, por exemplo.

Com o passar dos tempos e com as novas mudanças que acontecem, tanto com relação aos programas estudantis, as revisões das diretrizes curriculares, metas e desafios de aprendizagem, interferem de forma constante na produção do livro didático, que deve acompanhar todo este processo de transformação da educação nacional. Mas todo o esforço só será válido se o livro didático for um parceiro do fazer pedagógico do professor em sala de aula.

O livro didático faz parte da história de vida de muitas pessoas, afinal, quem, durante sua formação escolar, não esteve debruçado sobre as páginas de um livro didático? Quem nunca ouviu o professor dizer: “abra o livro na página...”. Hoje esta ferramenta de trabalho é muito significativa, contribuindo com leituras, exemplos, ilustrações que sistematizam o processo de ensino aprendizagem.

O professor não dispõe, às vezes, de tempo e dinheiro para preparar atividades de ensino, uma vez que muitos profissionais extrapolam sua carga horária, trabalhando, de manhã, à tarde e à noite, e considerando que as escolas de forma geral, não possuem recursos financeiros suficientes para que o professor tenha a liberdade de confeccionar um material de apoio. Neste sentido, o livro didático é a alternativa ideal a ser utilizada pelo professor.

As primeiras discussões acerca do livro didático no Brasil, iniciam-se em 1930, quando surge a necessidade de uma política de nacionalização e abertura de um maior número de escolas, para garantir educação a todos. Neste impasse, com o aumento de unidades escolares, surge a falta de professores habilitados, fazendo com que o livro didático se tornasse uma ferramenta de grande importância dentro deste processo educativo.

Neste mesmo período, surgem os primeiros cursos de formação de professores de Língua Portuguesa, para suprir as necessidades da área, uma vez que, quem lecionava aulas de Português eram pessoas autodidatas, literatos, pessoas que conheciam “bem” a língua. Com o aumento significativo de alunos e escolas houve necessidade de mais profissionais para atender o público estudantil, tão diferenciado.

Houve muitas mudanças da década de 30 aos dias atuais, a língua portuguesa, por exemplo, passou a ser vista de forma heterogênea e suas manifestações linguísticas passaram a ser consideradas registros socioculturais do grupo que a utiliza e não mais como uma deficiência cognitiva ou estrutural, embora ainda exista muito preconceito com relação a esta característica.

O PNLD passou a ser um dos programas mais abrangentes com grandes investimentos, e sérias responsabilidades, desde a escolha das obras até a sua distribuição e reposição. Contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade do ensino no país em todos os níveis educacionais. Uma das falhas com relação ao programa é que os livros não seguem, na íntegra, o referencial curricular, o que faz com que muitos dos professores aproveitem pouco o livro didático. Além de alguns conteúdos serem abordados de norma superficial, o que gera um desapontamento por parte do professor e do aluno.

Em síntese, acredita-se que se os livros didáticos fossem fieis ao Referencial Curricular, todo este investimento poderia ser melhor desfrutado de forma a melhorar ainda mais a qualidade do ensino ministrado em nossas escolas.

2.6 Metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa

O presente subcapítulo objetiva explicitar o *corpus* analisado e os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. A proposta metodológica adotada baseia-se na descrição de dados, com o propósito de alcançar os objetivos propostos e as hipóteses levantadas. Para analisar o tratamento dado às variações linguísticas nos livros didáticos de Língua Portuguesa — Ensino Médio, aprovados pelo programa PNLD 2015, foi organizado um roteiro base de estudos, composto de doze questões que envolvem o material textual, imagens, atividades, exploração de vocabulário e os aspectos gramaticais dos livros didáticos.

Para o PNLD 2015 foram avaliadas, no componente curricular Língua Portuguesa, um total de 17 obras, destas, 10 obras foram aprovadas pela comissão Nacional do Livro Didático. Para o *corpus* adotado nesta pesquisa foram escolhidas três obras, de um total de dez aprovadas pela comissão, que são utilizadas pelos professores de língua portuguesa na rede estadual do município de Sidrolândia.

2.6.1 Etapas da realização da pesquisa

A presente pesquisa norteia-se nas cinco etapas distintas enumeradas a seguir:

- I. Definição do nível escolar a ser analisado;
- II. Escolha dos livros didáticos a serem analisados;
- III. Elaboração do roteiro de análise dos livros didáticos;
- IV. Análise dos livros didáticos escolhidos, segundo o roteiro de análise;
- V. Descrição da análise.

2.6.2 Justificativa

O presente trabalho surge a partir da constatação da relação entre o ensino e abordagem das variações linguísticas por parte de professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Onde muitos profissionais se quer ministram tal conteúdo, o que pode estar associado à insegurança por parte dos docentes em trabalhar o conteúdo ou a “insignificância” a ele associada, uma vez que consideram a gramática normativa o único parâmetro e modelo capaz de contemplar a diversidade linguística do português falado no Brasil.

Sendo o livro didático uma das principais ferramentas utilizadas pelo professor do planejamento à execução de suas aulas, este deve ser fomentado como material de apoio e suporte ao professor. Neste sentido, julgamos que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão em torno de como o ensino de língua portuguesa, com enfoque nos estudos da variação linguística, vem sendo disseminado por um dos principais aliados do professor: o livro didático. E assim, por meio deste trabalho, acreditamos contribuir para incentivar e orientar outros professores em como escolher e avaliar os livros didáticos indicados pelo MEC, além de sugerir um leque de apontamentos importantes de adequação de material que viabilizem as práticas de ensino em sala de aula.

Destaca-se a importância dos subsídios oriundos desta pesquisa na materialização com a atual prática docente, vinculada às preocupações com relação ao processo de ensino aprendizagem de língua materna, uma vez que esta precisa ser entendida como o todo e que a gramática deve ser compreendida como algo contido na língua portuguesa e não como a totalidade desta. Desta forma, julga-se que este trabalho contribua de maneira significativa na desmistificação do português como língua única e homogênea, erradicando desta maneira, práticas preconceituosas oriundas de premissas insustentáveis, (BAGNO, 2007) e contribuindo para que a língua seja trabalhada a partir de sua principal função: a interação social.

2.6.3 Roteiro de análise dos livros didáticos

Para elaboração do roteiro de análise dos livros didáticos elaborado para esta pesquisa, foi utilizado e adaptado um modelo de análise proposto por Bagno (2007) em seu livro “Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística” onde o autor analisa e exemplifica dez tópicos fundamentais para que o professor selecione um material que vise auxiliá-lo na explanação do conteúdo da variação linguística, em sala de aula.

Também foi utilizado um modelo proposto por González (2012) em uma de suas pesquisas com relação à abordagem da variação linguística em livros didáticos intitulada: “A abordagem explícita da variação linguística e da concordância verbal em um livro didático”. O autor organiza sua pesquisa por meio de perguntas norteadoras, em que analisa três elos significativos: a língua, norma culta e as variedades linguísticas populares. A partir das leituras dos dois trabalhos mencionados foi organizado o roteiro de análise dos livros didáticos, da seguinte forma:

Quadro 03 - Roteiro de análise dos livros didáticos selecionados para esse estudo

1 - Como os livros didáticos abordam a terminologia “língua”?
2 - O livro faz menção aos estudos linguísticos?
3 - Como os livros didáticos lidam com a variação entre fala e escrita. Apresentando um amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou as separam rigidamente?
4 - Como os livros didáticos empregam a terminologia relacionada à variação linguística?
5 - Há distinção nas definições de norma-padrão e variedades cultas (variedades de prestígio)?
6 - O livro explica a importância de conhecer a norma culta?
7 - O livro didático apresenta variantes características (exemplos) das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?
8 - Como os livros didáticos se referem (ou não) à pluralidade de línguas existentes no Brasil?
9 - O tratamento da variação no livro fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?
10 - O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?
11 - O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?
12 - O livro menciona o desprestígio das variedades linguísticas populares atentando para a questão do preconceito linguístico?

Fonte: Produção Própria

Pretende-se analisar, por meio deste roteiro, as três obras selecionadas para esta pesquisa, observando como elas abordam cada item mensurado e, a partir do resultado levantado, propor um novo olhar sobre o livro didático e como este deve se adequar às novas propostas de ensino, cuja língua não pode ser fragmentada, e estudada como uma linha divisória entre dois mundos, um primeiro que domina todas as suas funções — classe com maior prestígio, e um segundo grupo, que não costuma utilizar a norma culta o tempo todo, por isso, deve ser classificado como um grupo de menor prestígio que, por sua vez, também estará associado à classe que sofre o preconceito linguístico.

2.6.4 Objetivo geral da pesquisa

Analisar como os livros didáticos, do componente curricular de Língua Portuguesa do Ensino Médio no PNL 2015, tratam a questão da variação linguística.

2.6.4.1 Objetivos específicos da pesquisa

- Investigar como os livros didáticos exploram a variação linguística nos textos, nos enunciados, nas atividades de leitura/reflexão, na exploração do vocabulário e na contextualização gramatical;
- Investigar como os livros didáticos abordam a terminologia “Língua” e os estudos linguísticos;
- Identificar como é tratada a questão da “fala” e da “escrita” pelo livro didático;
- Verificar como os livros didáticos abordam a questão da mudança linguística;
- Observar se os livros didáticos fazem menção à diversidade linguística existente no português falado no Brasil;
- Expor como os livros didáticos abordam a questão do preconceito linguístico;
- Relatar como os livros didáticos abordam a questão da norma culta e variedade padrão.

2.6.5 Hipóteses levantadas para a pesquisa

Espera-se, por meio da presente pesquisa, observar como os livros didáticos se referem à língua portuguesa e em especial como abordam os conteúdos referentes à variação linguística. Durante a pesquisa anseia-se por identificar como é o tratamento dado à terminologia “variação linguística”, se é possível observar que os livros didáticos mencionam a pluralidade linguística presente no Brasil, com relação às outras línguas faladas no país e se mencionam a heterogeneidade comum a todas as línguas por todo o mundo.

Com relação ao tratamento dado à variação linguística espera-se que os livros didáticos exemplifiquem o fenômeno da variação linguística, destacando quais são os tipos de variações linguísticas — variação regional ou diatópica, variação social ou diastrática, variação estilística ou diafásica, variação histórica ou diacrônica — existentes e cite exemplos dos mesmos — textos ou fragmentos textuais — para sanar as possíveis dúvidas e curiosidades dos alunos. E não abordem apenas a questão do léxico ou os sotaques que mais se destacam no Brasil como o mineiro, gaúcho, nordestino, baiano, carioca. Em um segundo plano, espera-se que os livros didáticos não abordem o “falar caipira” exemplificando-o como única “variação linguística” presente no país, nem que esta seja menosprezada e estilizada perante outras variações existentes.

Também pretende-se encontrar referências aos estudos linguísticos e seus precursores mesmo que de forma resumida, sabendo que trata-se de um material elaborado para estudantes de ensino médio, cuja média de faixa etária fica entorno de 15 a 17 anos. Outro ponto importante que esperamos encontrar nos livros analisados é a distinção entre “fala” e “escrita”, apontando que a fala é mais informal, dinâmica, fragmentada, em alguns contextos — na grande maioria, os contextos informais —, e a “escrita”, por sua vez, caracteriza-se por ser mais elaborada, planejada e apresentar traços de maior formalidade em sua organização, quando utilizada em gêneros que exigem uma maior formalidade.

Por último, mas não menos importante, esperamos encontrar a terminologia do preconceito linguístico, exemplificada mesmo que de forma resumida, pois acreditamos ser importante destacar e expor ao público, ao qual se dirige estas obras — alunos e professores —, a importância de conhecer o preconceito, de saber identificá-lo e, assim, poder desmistificá-lo perante a sociedade.

2.6.6 Obras analisadas

Para esta pesquisa foram analisadas as seguintes obras distribuídas pelas respectivas editoras, adotadas nas escolas estaduais do município de Sidrolândia – Mato Grosso do Sul, no ano de 2014 para escolha do PNLD 2015.

Quadro 04 - Livros didáticos analisados

Título	Editora	Autor (es)
Língua Portuguesa: Linguagem e interação	Ática	Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior
Novas Palavras	FTD	Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio
Ser Protagonista Língua Portuguesa	SM	Rogério de Araújo Ramos (editor responsável)

Fonte: Produção Própria

No capítulo a seguir, serão apresentadas as análises linguísticas das três obras selecionadas para o presente estudo, no que se refere à temática da variação linguística e sua importância no livro didático de língua portuguesa, para o ensino de língua.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS PARA A PRESENTE PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos as análises dos três livros didáticos — Língua Portuguesa: Linguagem e interação (Ática); Novas palavras (FTD); e Ser Protagonista Língua Portuguesa (SM) — selecionados para a presente pesquisa. As análises organizam-se em ordem alfabética, após o título de cada obra. Como ponto inicial apresenta-se uma descrição da estrutura e organização do livro didático destinado a alunos e professores das escolas públicas de Sidrolândia - MS. Na sequência examina-se o manual do professor, com vistas a verificar as propostas metodológicas sobre o tema norteador da pesquisa. Vale lembrar que as análises concentram-se no capítulo destinado ao tema variação linguística em que utilizamos como parâmetro, o roteiro de análise de livros didáticos elaborado para este estudo com base nos roteiros de Bagno (2007) e de González (2012). Outros capítulos dos livros didáticos serão analisados apenas se houver conteúdos que façam menção ao tópico principal da nossa pesquisa, que é o tratamento da variação linguística.

3.1 Língua Portuguesa: Linguagem e interação - 1ª obra selecionada para este estudo

A seguir apresentamos, para cada obra analisada, doze questões que fazem parte do roteiro de análise, exposto na metodologia da pesquisa, seguido de uma breve conclusão para cada uma das obras.

I - Descrição da estrutura e organização da obra selecionada

O livro didático *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* (2014) organizado por Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior, da editora Ática, é composto de quatro unidades, sendo estas estruturadas em três capítulos. No início da obra há um capítulo introdutório em que são apresentados os temas e alguns conceitos de língua e linguagem, texto, gêneros textuais e literários, Literatura e intertextualidade.

Para a análise deste livro o foco foi direcionado à primeira parte introdutória do livro, da página nove a dezenove, em que foi possível observar que o livro faz menção à variação linguística, assunto tratado na presente pesquisa.

II - Manual do professor

O manual do professor encontra-se no final do livro didático e disponibiliza, além das respostas dos exercícios propostos, uma série de orientações ao professor sobre os conteúdos abordados e leituras complementares. O manual do professor é dividido em duas partes. A primeira, destina-se aos três volumes da coleção e de maneira geral, explica a funcionalidade do livro exemplificando todas as suas seções, os princípios de sustentação teórico-metodológicos aplicados no livro. A segunda parte é específica de cada volume, onde o professor pode encontrar propostas de atividades complementares, sugestões de leituras e trabalhos interdisciplinares.

A- Roteiro de análise de livro didático

A. I - Concepções de língua de acordo como o livro didático de língua portuguesa

Os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), iniciam a discussão apresentando uma tirinha com a personagem Mônica, da turma da Mônica, de Maurício de Souza, cujo texto faz uma intertextualidade com o conto de fadas “A Branca de neve e os sete anões”, seguida de um provérbio popular “Quem cala, consente”.

Figura 02 - Turma da Mônica



Fonte: Livro Língua Portuguesa: linguagem e interação, página 09.

O uso da tirinha é um ponto de partida para exposição os conteúdos que serão explanados mais a diante. Como forma de interação os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), propõem um roteiro de questões sobre a tirinha e a intertextualidade presente na obra de Maurício de Souza. Logo após à tira há um quadro intitulado “Língua e

Linguagens” por meio do qual os autores iniciam a explanação dos conteúdos, afirmando que é por meio da interação que conseguimos nos comunicar utilizando a linguagem (p.10).

Os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), definem linguagem como “um conjunto de meios e processos que possibilitam aos indivíduos interagir e comunicar-se” (p.10). Explicam, na sequência, que há vários tipos de linguagem que as pessoas podem utilizar ao longo do dia, mesmo que não percebam. E retornam à tira para exemplificar os tipos de linguagem: verbal, não verbal, gestual e a linguagem digital. Afirmam ainda que “[...] a língua é uma linguagem. Devido à sua importância na comunicação humana, ela acaba sendo a linguagem empregada em grande parte das interações entre seres humanos, e até nos ajuda a compreender outras” linguagens (p. 10).

A língua é compreendida como a principal forma de comunicação e interação utilizada pelo ser humano, podendo ser empregada em suas diversas manifestações, a depender do contexto em que está sendo empregada (LEMLE, 1978), do ambiente, dos interlocutores e do canal utilizado para tais fins. É por meio da língua que se atinge o principal objetivo da linguagem, que é a comunicação.

Os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), mencionam que todas as linguagens precisam de “meios materiais para serem transmitidas” (p.10). Citam, que no caso da língua, são necessários “sons ou símbolos visuais para veicular sentidos” (p.10), os chamados códigos linguísticos o significante e o significado (SAUSSURE, 1989), é por meio destes que a linguagem é concebida, os sons e/ou símbolos visuais (imagem, escrita) são apenas a materialização da língua. De uma maneira simples e resumida, o livro aborda a terminologia língua em sua essência. Identificando que a língua em si, é uma das ferramentas primordiais no processo de comunicação. E que, por meio deste código linguístico, podemos interagir com a sociedade em geral, empregando qualquer uma das suas formas de manifestações linguísticas, seja ela falada ou escrita.

A. II - O livro faz menção aos estudos linguísticos?

Embora os autores façam menção aos estudos de José Luiz Fiorin, no manual do professor, na página 395, e até proponham um texto elaborado por este estudioso na seção “textos para leitura e reflexão” base para uma reflexão sobre a linguagem oral e escrita e seu ensino, em nenhuma outra seção do livro foi possível observar textos que se refiram aos estudos linguísticos, como a Linguística a Sociolinguística ou até mesmos os precursores de tais ciências: Ferdinand de Saussure, Noam Chomsky, e Willian Labov,

cujos estudos foram fundamentais, tanto para a compreensão como para o funcionalismo da língua na atualidade. É importante repassar ao aluno, mesmo que de forma simples, não necessitando um aprofundamento teórico, toda a trajetória, ou parte desta, referente aos estudos linguísticos, sociolinguísticos e de linguagem, para que o aluno compreenda que assim como no campo da ciência, da astrologia, medicina, engenharia, entre outras áreas, existem cientistas que estudam e pesquisam suas áreas, o mesmo acontece com a Língua, também há uma série de especialistas capazes de desenvolver pesquisas para compreender o funcionalismo, as transformações e a aplicação da língua na sociedade.

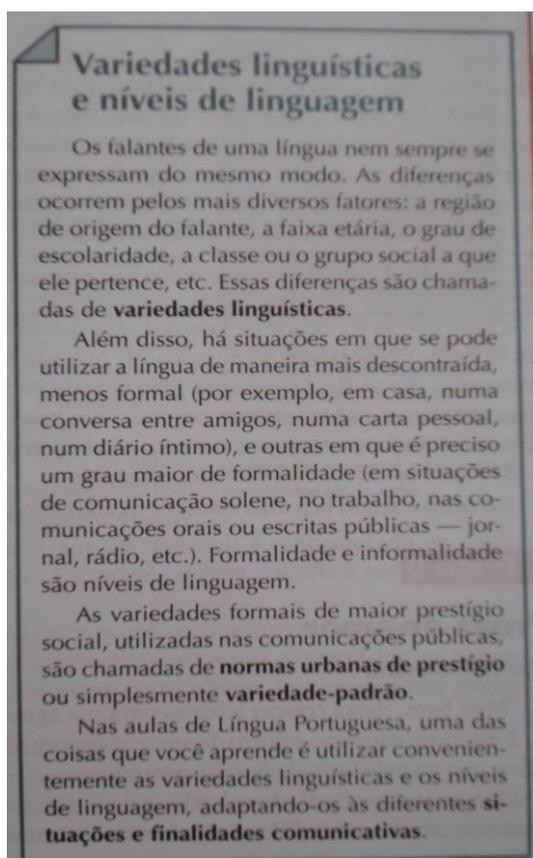
A. III - Como o livro didático lida com a variação entre fala e escrita. Apresentando um amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou as separam?

O livro didático, em análise, não dá ênfase à terminologia fala e escrita. Menciona questões referentes aos níveis de formalidade e informalidades, nas exposições orais e nas comunicações escritas. Ressalta que numa situação mais informal as pessoas podem se comunicar de maneira mais descontraída, como durante uma conversa com os amigos, ou até mesmo no ambiente domiciliar. Mas em ambientes que, direta ou indiretamente, exijam um grau maior de formalidade, devem comunicar-se de forma diferente como: no trabalho, em comunicações orais e escritas públicas, no jornal ou na rádio, (p.17).

A. IV - Como o livro didático emprega a terminologia relacionada à variação linguística?

Em um quadro que resume os “gêneros textuais”, os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), mencionam que ao longo do tempo, o ser humano foi criando e aperfeiçoando formas para se comunicar em diversas situações, “levando em consideração, outros fatores como: a finalidade comunicativa, a situação e o contexto de produção. Essas formas são chamadas de gêneros textuais”, (p.17). Aproveitando a adequação de gêneros textuais às diversas situações comunicativas, como por exemplo, a situação e o contexto de produção, a finalidade da comunicação, entre outros, os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), incluem no quadro, um subquadro intitulado “Variedades linguísticas e níveis de linguagem”, composto por quatro pequenos parágrafos, o qual apresentamos a seguir.

Figura 03 – Variedades linguísticas



Fonte: Livro Língua Portuguesa: linguagem e interação, página 17.

Com relação à variação linguística, o livro didático menciona que nem todos os falantes de uma mesma língua se manifestam oralmente da mesma maneira. E que as diferenças são oriundas de uma série de fatores externos à língua como: local de origem do falante, grau de escolaridade, classe ou grupo social a que pertence o falante, faixa etária, gênero entre outros fatores (p.17). Porém, neste caso, seria conveniente apresentar textos que ilustrassem a influência de tais fatores durante uma conversação.

Para tanto, é necessário que o professor busque outros materiais complementares, que possam auxiliar na explanação e exemplificação do conteúdo referente à variação linguística. O ideal seria, se o livro trouxesse uma exemplificação das variações linguísticas existentes no português falado no Brasil.

A. V - Distinção entre as definições de norma padrão e variedades cultas (variedades de prestígio)

Na página 17, após os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), mencionarem a questão da formalidade e da informalidade presentes na fala cotidiana de qualquer pessoa,

a depender das inúmeras situações comunicativas que possam interagir, os autores supracitados afirmam que: “[...] as variedades formais de maior prestígio social, utilizadas nas comunicações públicas, são chamadas de **normas urbanas de prestígio** ou simplesmente **variedade padrão [...]**”. (p.17, grifo dos autores).

Aqui, os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), utilizam o termo variedade padrão como equivalência à norma padrão. Segundo Bagno (2007), em seu livro *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, os termos variedade padrão, dialeto padrão e língua padrão, embora sejam empregados em textos específicos sobre estudos linguísticos, causam algumas dúvidas.

Bagno (2007), afirma que é necessário “que exista um conjunto de pessoas que realmente falem essa variedade, esse dialeto, essa língua” (p. 95). O autor, ainda menciona que nenhum falante fala, efetivamente, o padrão, nem mesmos as pessoas com maior nível de escolarização, em situações de interação verbal extremamente formais (2007, p. 95). Para Bagno, o termo padrão indica um modelo de língua, uma construção artificial, que segundo ele, é baseada em algumas variedades regionais de prestígio, ou até mesmo em algumas construções literárias mais consagradas, como é o caso da própria gramática.

Segundo o autor, a terminologia norma padrão seria a mais adequada (BAGNO 2007, p.96) em relação às demais terminologias utilizadas. Bagno afirma, ainda, que a norma padrão é uma construção sociocultural, que tem hora e local para ser empregada, e que, por sua vez, puni severamente quem dela não faça uso quando a sociedade lhe exige, como Bagno menciona, é uma espécie de “lei linguística” (2007, p. 98). Tal lei linguística é na verdade uma grande ilusão para a sociedade, que acredita ser por meio desta a garantia enfatizada e segura de sucesso, prestígio, poder, influência social, política e econômica, por esta razão, a escola em contrapartida, tem a função de ensiná-la, em detrimento as outras variedades da língua portuguesa. É bom lembrar que o papel da escola é ensinar a empregar a variedade mais adequada a depender do contexto sócio comunicativo, seja ela norma padrão ou qualquer outra variedade. Sobre tal afirmação Possenti (1996), ressalta que a função da escola é ensinar a norma padrão.

O livro didático em questão poderia ser mais claro e mencionar a construção sociocultural aliada à norma-padrão. E quais valores sociais estão entrelaçados a esta modalidade da língua, e em oposição às variedades não padrão consideradas de menor prestígio perante a sociedade. O que gera principalmente dentro da língua portuguesa um abismo, pois de um lado há a norma padrão classificada como variedade de prestígio,

pertencente a um pequeno grupo considerado culto, e na outra extremidade deste abismo encontra-se um imenso grupo de falantes de uma das muitas variedades linguísticas da língua portuguesa “contrárias” à norma dita como padrão, ensinada na escola e utilizada pelos meios de comunicação.

A. VI - O livro explica a importância de conhecer a norma culta?

Os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), citam que durante o ensino de Língua Portuguesa, os estudantes aprenderão como empregar “as variedades linguísticas e os níveis de linguagem adaptando-os às mais diferentes situações e finalidades comunicativas”, (p.17). Mas infelizmente não citam a importância de aprender/conhecer/empregar a norma culta. Não mencionam o quão é importante que num país como o Brasil, plurilíngue devido à sua imensa extensão territorial, a sua miscigenação cultural oriunda da mistura de muitas raças, muitos povos, muitos costumes, o ensino e a aprendizagem da norma culta é primordial até mesmo para se garantir uma unidade linguística.

A. VII - O livro didático apresenta variantes características (exemplos) das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

O livro didático em análise não apresenta nenhum texto que faça menção a qualquer variação linguística existente no país. A falta de textos ou de manifestações linguísticas, mesmo que breves, sobre a variação existente no país reforça o mito do Brasil ser um país monolíngue. Uma das razões para essa ausência pode estar associada ao prestígio social conferido à fala de cidadãos urbanos mais letrados, pois a eles é atribuída a ilusão de que se comportam linguisticamente como a gramática determina, Bagno (2007):

Mostrar que ocorre variação em todas as camadas sociais ajuda a gerar a consciência de que a língua é essencialmente heterogênea, variável e mutante, e que não existe nenhum grupo social que fale mais “certo” ou mais “errado” do que outro e que, principalmente, a gramática normativa não encerra a verdade eterna, última e absoluta sobre a língua (p. 130).

Toda língua varia, este é um fenômeno natural, e com as variedades urbanas não é diferente, assim como as demais variações também passam por este processo de transformação. Transforma-se, modifica-se a depender da comunidade de fala onde está inserida e dos diversos fatores externos à própria língua. É importante mostrar ao aluno que o fenômeno da variação ocorre gradativamente em todas as variedades linguísticas,

inclusive na norma padrão, que mesmo sendo engessada também está suscetível a mudanças, mesmo que estas sejam em menor número, ou em menor intensidade, como nas demais variações linguísticas existentes.

A. VIII - Como o livro didático se refere (ou não) à pluralidade de línguas existentes no Brasil?

Os autores do livro didático, Faraco, Moura e Júnior (2014), em análise não fazem menção às diversas línguas existentes no país. Assim como não citam exemplos de variações existentes, também não mencionam as outras línguas existentes no Brasil.

Atualmente, coexistem no Brasil aproximadamente 210 línguas diferentes, em contato com o português brasileiro. Deste total, 190 são línguas indígenas, muitas delas já existiam antes mesmo do país ser colonizado por Portugal. Sem mencionar outras tantas línguas indígenas que se perderam no tempo, por não possuírem mais falantes nem registro escrito. Além das línguas indígenas, existe cerca de 20 línguas de origem europeia e asiática convivendo com o português brasileiro. Tais línguas foram trazidas pelos imigrantes no início do século XIX. Algumas destas, como é o caso do pomerano, já não existem mais no seu país de origem, sendo a região do Espírito Santo e algumas outras localidades na região Sul, o único lugar onde ainda é possível ouvir o dialeto, (BAGNO, 2007, p. 127).

Outro dado importante com relação à pluralidade das línguas existentes no país é o contato linguístico que temos com os países limítrofes, nos quase 16.000 quilômetros de fronteiras terrestres cuja maioria desses países têm o espanhol como língua materna. Em algumas regiões como no alto do Rio Negro, estado do Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, onde 90% da população é de origem indígena, é muito comum o contato e a presença de outras línguas, além do português brasileiro, (BAGNO, 2007, p. 128).

Bagno (2007) afirma que o plurilinguismo existente no nosso país, sempre foi silenciado, por diversas fontes opressoras como proibições formais, massacres de povos indígenas, legislações que condenavam à prisão quem falasse outras línguas. Tudo isso contribuiu e, inconscientemente ainda contribui, para o apagamento de toda esta cultura, de sua história que também faz parte da nossa história. Faz parte da criação e da construção da nossa identidade nacional.

Acima de tudo, o livro didático é organizado em nível nacional, e deve, mesmo que não consiga em sua plenitude, alcançar o seu maior público alvo. O livro didático

organizado para o PNLD não pode ser destinado a uma única região, ou a um grupo específico, mas contemplar toda a nação brasileira. Salvo casos específicos, onde são organizados materiais mais detalhados para atender estas particularidades, como a educação do campo (rural), comunidades ribeirinhas, quilombolas, pantaneiras, entre outras.

A. IX - O tratamento da variação no livro fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais importantes para o processo de ensino?

Não foram identificados no livro didático analisado, textos com menção direta ao tratamento da variação linguística com ênfase no léxico, nem no sotaque e tão pouco com relação aos fenômenos gramaticais. A obra didática analisada apresenta apenas uma nota básica para que o professor possa mediar tal informação com seu alunado.

No capítulo 1, na página 22, os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), ao introduzirem o gênero textual conto, expõem um texto do jornalista e escritor moçambicano Mia Couto, intitulado como “O menino que escrevia versos”, ao final do conto, encontra-se uma nota explicativa “A linguagem do texto”, onde é mencionado que durante a leitura do texto é possível observar palavras e expressões como “miúdo”, “Está a ver, doutor?” e “Dói-te alguma coisa?”, que por sua vez não são comuns à língua portuguesa falada no Brasil, pertence à língua portuguesa falada em Moçambique, o país africano onde nasceu o escritor e autor do texto (2014, p. 23).

Em um quadro complementar na página 24, os autores, Faraco, Moura e Júnior (2014), mencionam que assim como o Brasil, Moçambique também foi um país colonizado por Portugal e umas das heranças culturais herdadas pelo país colonizador, foi a língua portuguesa. Com relação à língua portuguesa, os autores até mencionam que “Embora não seja a única língua falada em Moçambique, esse é o idioma oficial, usado no ensino, na imprensa e na administração”, (2014, p.24). Neste item observa-se que foi mencionado introdutoriamente a questão da pluralidade linguística de um país, Moçambique, assim como o Brasil, colonizado por Portugal, que possui uma língua oficial, mas também possui outras línguas.

O livro analisado poderia lançar mão de outros exemplos com referência à língua portuguesa falada no Brasil, abrindo uma ponte significativa para que o aluno juntamente com seu professor explorasse a questão do léxico e da pluralidade linguística inerente à língua portuguesa. Sendo assim, é preciso que o professor busque outras fontes para complementar os estudos destinados à variação linguística.

A. X - O livro didático mostra coerência entre o que diz no(s) capítulo(s) dedicado(s) a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

O livro didático não aborda um capítulo específico dedicado à variação linguística. Apenas faz uso de notas introdutórias que mencionam, e citam exemplos vagos com relação ao tema analisado. Cada capítulo é independente, os demais capítulos não fazem um retorno às poucas notas mencionadas em uma seção introdutória do livro, intitulada como “Linguagens, textos e literatura”, onde é possível verificar o conteúdo variação linguística, mesmo que de forma resumida. Em nenhum momento foi observado o uso dos termos “certo” e “errado” com relação ao emprego de uma ou outra variação linguística.

A. XI - O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

Assim como já citado anteriormente, os autores do livro didático, Faraco, Moura e Júnior (2014), mencionam que durante o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa os estudantes aprenderão como empregar “as variedades linguísticas e os níveis de linguagem, adaptando-os às mais diferentes situações e finalidades comunicativas” (p.17). Mas não mencionam que consciente e inconscientemente muitos falantes passam por diversas vezes, ao longo do dia, pelo processo da variação linguística a depender do papel social que exercem.

É natural que o falante monitore sua fala em situações mais formais. Qualquer falante faz isso de uma forma muito natural, da mesma maneira que escolhe suas roupas para ir a um determinado local. De acordo com Camacho (1998), um mesmo falante pode usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra. Basta pensar que a maneira como falamos em casa, com nossa família, não é a mesma que falamos no trabalho, com um superior hierárquico.

A mudança linguística muitas vezes está associada ao papel social que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes “domínios sociais”: na escola, na igreja, na comunidade, no trabalho, em casa, com os amigos etc., (BORTONI-RICARDO, 2004). Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando em conformidade com as situações comunicativas em que nos encontramos (entre professor e aluno, patrão e empregado, pais e filhos, irmãos, etc.).

A. XII - O livro menciona o desprestígio das variedades linguísticas populares, atentando para a questão do preconceito linguístico?

O livro não faz menção às variedades consideradas de menor prestígio social, nem tão pouco menciona que aliado ao fato de termos dois mundos distintos, separados por um abismo, que parece invencível onde, de um lado encontramos a maior parcela da população, vítimas de uma desigualdade social infindável, em que há poucas oportunidades e onde as pessoas são julgadas não pelo que são, mas pelo que aparentam ser, pela sua forma de falar. Como se só isso bastasse para garantir os direitos de qualquer cidadão perante sua nação (BAGNO, 2007).

Do outro lado do abismo, encontrar-se o grupo do qual faz parte uma classe mais culta, com uma maior ascensão política e econômica, onde a língua é empregada de acordo com as normas estabelecidas pela escola e no âmbito profissional, contrárias às formas agramaticais, menos prestigiosas oriundas e pertencentes às classes menos favorecidas da sociedade. Desse lado, encontra-se o topo de uma pirâmide que parece inatingível, uma pequena parcela, que por coincidência concentra a maior parte dos bens econômicos e políticos em suas mãos.

Tal separação origina e alimenta o que conhecemos por preconceito linguístico que segundo Bagno (2007) é em sua essência, um preconceito social, que acaba tornando-se um reflexo da desigualdade social presente no país, onde poucos são detentores de muito, e muitos são detentores de quase nada. Ao afirmar que uma pessoa ou um grupo é inferior porque fala de uma forma e não de outra é mais uma das muitas formas de afirmar e perpetuar o preconceito linguístico, tão forte e enraizado na nossa cultura, como as outras formas de preconceito, entre eles, o preconceito racial, preconceito social, e preconceito de gênero e outro.

Um grupo de pessoas que se qualifica melhor do que outras e, por sua vez, julga o grupo social diferente do grupo ao qual pertence, sem fundamento ou apenas fundamentado em suas próprias premissas insustentáveis e incompatíveis com um mundo justo e sustentável, faz-se necessário, para que este problema de causa social seja amenizado, um maior conhecimento por ambas as classes sociais, dos fatores condicionantes de uma variedade e quais suas implicações para toda a sociedade, “pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los” (BORTONIRICARDO, 1984, p. 9).

A. XIII – Considerações

O livro didático *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* deixa a desejar com relação à abordagem e o ensino de variação linguística. Não apresenta a pluralidade de línguas existentes no Brasil, tema fundamental para que o aluno conheça parte de sua própria história, e entenda como é formada a sua língua materna, e assim possa compreender como alguns fenômenos contribuem para o processo de variação linguística.

Observa-se que há necessidade do livro didático, melhorar e exemplificar as variações linguísticas existentes na língua portuguesa e como se dá o processo de mudança linguística, inerente a todas as línguas vivas. Também é necessário combater o preconceito linguístico, mostrando a diversidade linguística existente no país, e como os fatores externos influenciam na construção ou formação de uma nova variedade linguística. É importante também que o livro faça menção aos estudos linguísticos (Linguística/Sociolinguística), mesmo que de forma discreta e breve, contribuindo assim para a importância dos estudos linguísticos. Outro fato importante e identificado é com relação ao emprego da terminologia norma padrão e não variedade padrão, como defende Marcos Bagno (2007).

3.2 Novas Palavras — FTD – 2ª obra selecionada para a pesquisa

I - Descrição da estrutura e organização da obra

O livro *Novas palavras*, de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio (2013), divide-se em três seções: Literatura; Gramática; e Redação e Leitura. Cada seção é subdividida em capítulos. A seção destinada à Literatura é organizada em dez capítulos, nela encontramos os conceitos básicos de literatura que são trabalhados nos dois primeiros capítulos do livro. Os outros oito subsequentes são destinados ao estudo dos estilos de épocas.

A segunda seção denominada de “Gramática” é organizada em oito capítulos, e aborda os conteúdos de: variação linguística, figuras de linguagem, noções de semântica, acentuação gráfica, e inicia-se no capítulo sexto os estudos morfológicos e as classes de palavras, que terão continuidade no outro volume da coleção destinado ao segundo ano do Ensino Médio.

A terceira e última seção do livro didático intitulada “Redação e leitura” é organizada em dez capítulos. Nesta seção os estudos são destinados aos tipos textuais (narração, descrição e dissertação), com atividades de análise e reflexão sobre leitura e propostas de produção de texto.

Para esta pesquisa foram analisados os dois primeiros capítulos da seção “Gramática”, em que foi possível observar a abordagem dos temas investigados.

II - Manual do professor

O Manual do professor disponível ao final do livro didático intitulado como “Conversa com o professor” traz considerações e orientações para cada seção do livro — Literatura, Gramática e Redação e leitura —, além de apresentar uma lista de sugestões de trabalhos interdisciplinares, orientações de leitura, explanação de conteúdo, propostas de atividades orais e escrita com textos e questões contextualizadas referentes aos conteúdos trabalhos no decorrer do livro.

O manual do professor é um dos mais bem organizados dos livros selecionados para a presente pesquisa, em termos de organização, propostas de leitura e discussões com os estudantes. No início da explanação de cada seção, o livro apresenta os objetivos pretendidos, sugestões de procedimentos e propostas de atividades complementares com domínio e qualidade. É um material que precisa ser visto, lido, relido e experimentado pelo professor que anseia por um ensino humanizado de língua portuguesa.

B - Roteiro de análise de livro didático

B. I - Como o livro didático aborda a terminologia “língua”?

No início do capítulo I, o livro faz uma conversa com o aluno indagando-o sobre seus estudos com referência à Língua Portuguesa, e sobre a terminologia Gramática. Para introduzir o conteúdo, o livro didático propõe a leitura de um pequeno texto humorístico “Especialistas...”, e parte deste texto para as considerações iniciais sobre língua, linguagem, fala e gramática. Vejamos o texto “Especialistas...”.

Quadro 05 – Especialistas...

Especialistas...

Um caboclo, vendo uma movimentação de homens e equipamentos perto de onde ele morava, foi até lá e pergunta para um deles:

— Cum licença, moço, o que oceis tá fazeno?

— Aqui vai passar uma rodovia — respondeu o homem — e nós somos os engenheiros e técnicos. Com esses equipamentos nós vamos definir por onde a estrada vai passar.

— Oia, moço, o senhor vai descurpá, mais aqui no sertão nós faiz de outro jeito. Nós pega uma mula e sorta ela. Onde ela passá... aí é o mió lugá de abri a estrada. Num tem erro!

O engenheiro, achando graça na simplicidade do capiau, diz sorrindo:

— É mesmo? Não me diga! Mas... e se vocês não tiverem uma mula?

E o caipira:

— Ué... aí nós quebra o gaio com uns engenheros...

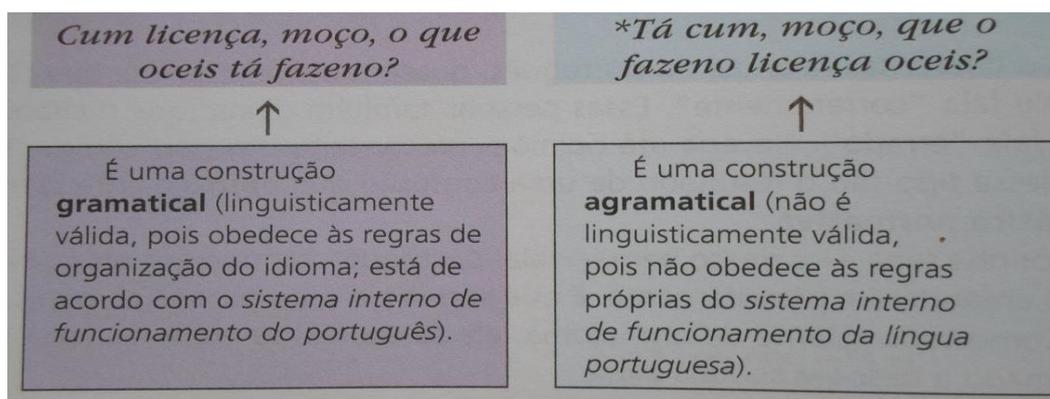
Fonte: Livro didático Novas Palavras, páginas 160 e 161, 2013.

No canto inferior do livro didático, na página 161, lado direito, há um quadro em que os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), mencionam que: “[...] **Língua ou idioma** – forma particular de linguagem utilizada por um determinado povo para se comunicar por meio da palavra falada ou escrita. Por exemplo: língua portuguesa, língua espanhola etc.[...]” (p. 161).

De forma resumida os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), definem o termo língua dentro do esperado, uma vez que este material é destinado a jovens e/ou adultos que cursam o primeiro ano do Ensino Médio. Embora a terminologia “língua” tenha em si um conceito mais amplo, do que só sinônimo de idioma. Logo após a definição de língua, há a definição de “fala” como a “maneira como cada pessoa utiliza concretamente seu idioma” (p. 161). Nessa seção há a necessidade de uma complementação da explicação, sendo a fala uma manifestação oral da língua, onde cada indivíduo apresenta uma manifestação particular de manifestá-la, que pode estar associada a fatores externos à própria língua, ou a fatores internos ligados ao funcionamento dos músculos da laringe, das cordas vocais entre outros, onde podemos concluir que o aparelho fonador é considerado um suporte importante para a emissão dos sons da língua.

Na página 162, observar-se uma preocupação por parte dos autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), em ressaltar a distinção entre língua e gramática, por meio de um quadro resumido, numa vez que utilizam falas de personagens do texto introdutório — Especialistas... — para explicar o sistema de funcionamento da língua portuguesa.

Figura 04 – construção gramatical e agramatical

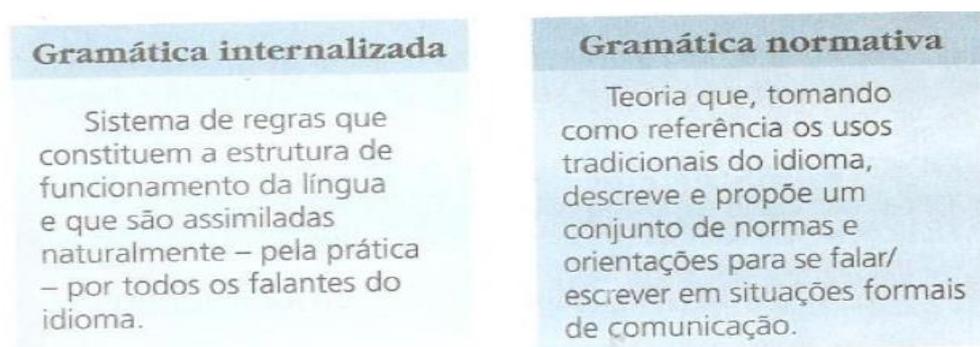


Fonte: Livro didático Novas Palavras, páginas 162, 2013.

Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), explicam que todo falante conhece as regras de funcionamento de sua língua. É por meio da prática diária de falantes e de ouvintes que somos capazes de assimilar e internalizar o conjunto de regras que regulam o funcionamento da língua, (p.162). Sendo assim devemos compreender que não há um falar “certo” ou um falar “errado”, o que existe, são falares diferentes, como afirma Bagno (2007).

Na página 163, o livro explica a diferença entre gramática internalizada e gramática normativa, por meio de dois quadros resumidos. Para complementar a informação e exemplificá-la os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), retomam uma fala da personagem do texto — Especialistas... — e explicam a diferença presente nas duas falas, sob o ponto de vista da gramática internalizada e da gramática normativa. Vejamos os exemplos a seguir.

Figura 05 – conceito de gramática



Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 163, 2013.

Fala da personagem do texto “Especialistas...”.

Quadro 06 – Fala da personagem

- | | |
|----|---|
| 1. | Cum lincença, o que oceis tá fazendo? |
| 2. | Com licença, o que vocês estão fazendo? |

Fonte: Livro didático *Novas Palavras*, página 162, 2013.

O livro menciona que ambas as frases dizem a mesma coisa e são absolutamente compreensíveis pelos falantes de Língua Portuguesa. Explica também que a diferença entre a primeira construção e a segunda, é que a construção número 2, além de ter sido organizada de acordo com a gramática da língua (sistema de funcionamento), também foi construída segundo as regras da gramática normativa, (p.162). Enquanto a primeira construção foi organizada segundo a gramática da língua, sendo considerada uma construção gramatical (linguisticamente válida), pois está em acordo com as regras de organização do idioma. Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), ainda mencionam que:

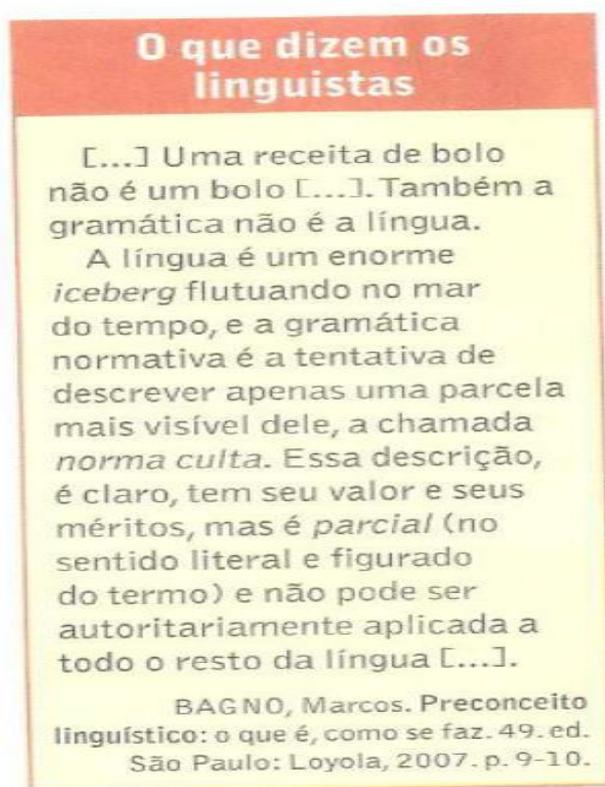
A gramática normativa é um conjunto de orientações e regras que estabelece seus critérios de “certo” e “errado” baseando-se na maneira como o idioma vem sendo empregado, ao longo do tempo, por usuários considerados, na perspectiva dessa gramática, falantes “exemplares” da língua: escritores consagrados, gramáticos tradicionais, juristas, jornalistas influentes e outros intelectuais, (p.162).

Esta preocupação em distinguir língua de gramática é pouco vista, ou quase nula, na maioria dos livros didáticos, porém o livro *Novas palavras* fez tal distinção com qualidade e coerência. A distinção entre língua e gramática normativa abordada, nesta obra, contribui para o esclarecimento de que existe na língua portuguesa muitas variações linguísticas influenciadas por fatores internos e externos ao próprio sistema linguístico e que cabe à gramática normativa delimitar um padrão de língua, denominado norma padrão, para que se possa garantir uma unidade linguística num país como o Brasil, que possui uma riquíssima diversidade linguística.

B. II - O livro faz menção aos estudos linguísticos?

Durante toda a seção “Gramática” os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), expõem quadros intitulados “O que dizem os linguistas”, estes quadros apresentam notas explicativas e complementares sobre os conteúdos e temas abordados em cada capítulo. Logo após o texto, na parte inferior do quadro, segue a referência bibliográfica, na maioria dos casos, os textos são de autores consagrados, atualmente, no meio linguístico, como Bagno (2008), Castilho (2010), Gnerre (1987), entre outros.

Quadro 07 – explicativo Marcos Bagno:



Fonte: Livro Didático Novas Palavras, página 163, 2013.

Quadro 08 - explicativo Maurizio Gnerre:

O que dizem os linguistas

A linguagem não é usada apenas para transmitir informações. Uma das outras funções da linguagem é a de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem "ouvidas", para serem respeitadas e para exercer influência no ambiente em que se realizam seus discursos (atos linguísticos).

As "regras de linguagem" levam em conta as relações sociais entre os interlocutores. Todo falante tem que agir de acordo com essas regras, isto é, tem que "saber": a) quando pode falar e quando não pode; b) que "assuntos" podem ser abordados; c) que variedade linguística é adequada à situação de comunicação.

Fonte de pesquisa: GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 3-4.

Fonte: Livro Didático *Novas Palavras*, página 169, 2013.

Não há um texto ou parágrafo do livro que faça menção direta aos estudos linguísticos, como a Linguística e a Sociolinguística e nem aos autores que iniciaram tais estudos, mas por meio dos quadros explicativos, o professor pode fazer uma ponte mencionando a importância e o surgimento dos estudos e das ciências que a bordam a língua e seu funcionamento, entre elas a Linguística, a Sociolinguística, a Pragmática, a Análise do Discurso, a Semântica e outras.

No Manual do professor, na página 69, existe um pequeno texto intitulado "Complementação teórica", *Origens dos estudos de variação linguística*, em que o professor encontra um suporte complementar com relação aos estudos linguísticos, logo em seguida há uma lista de "sugestões de bibliografia especializada", onde os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), mencionam leituras importantes sobre os conhecimentos linguísticos. De forma indireta o livro auxilia o professor com subsídios

para que este complemente seus conhecimentos e sua prática pedagógica e possa trabalhar a variação linguística com mais segurança em sala de aula.

B. III - Como o livro didático lida com a variação entre fala e escrita. Apresentando um amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou as separam rigidamente?

O livro didático em análise não separa rigidamente fala e escrita, porém procura manter uma ligação entre uma e outra. Menciona que: “[...] uma língua oferece a seus usuários diferentes formas de realização, isto é, diferentes “jeitos de falar e escrever”, e, segundo a linguística, não existe uma forma “melhor” (certa) ou “pior” (errada) de empregar uma língua [...]” (p.163).

Explica desta forma que o falante dispõe de um leque de diferentes formas de manifestação linguística, e que nenhuma destas formas pode ser considerada melhor ou pior que outra, apenas há lugares e momentos determinados para empregar cada uma das formas de que dispomos. O livro didático complementa afirmando que pela gramática normativa, existem parâmetros e regras que determinam a norma (padrões de uso) da língua portuguesa que foram estabelecidos ao longo do tempo, pela ação de instrumentos sociais como a escola, as academias de Letras e os meios de comunicação, (p. 163).

Ressalta, ainda, que até há pouco tempo, a escola era privilégio de poucos, e principalmente dos que tinham melhores condições socioeconômicas. Surgindo daí um “modelo ideal” de língua, ou seja, uma espécie de padrão, que vem sendo utilizado a partir de então (p. 163). Sendo este padrão utilizado em situações mais específicas como na escrita, nos documentos oficiais, discursos, solicitação de emprego, comunicações orais públicas, entre outras situações que exigem um nível de formalidade maior, o que, por sua vez, está totalmente correto, uma vez que se faz necessário determinar uma unidade linguística a ser seguida em todo o território nacional.

B. IV - Como o livro didático emprega a terminologia relacionada à variação linguística?

O livro menciona a questão da variação linguística reafirmando que “todos os falantes da língua conhecem as regras gerais de funcionamento do idioma”, (p.185). Mas que isso não quer dizer que todos utilizam a língua portuguesa da mesma maneira e uniformemente. O que sabemos ser impossível de acontecer, visto que no Brasil há cerca

de 200 milhões de falantes, cada um com sua história de vida, com seus conhecimentos de mundo próprios e particulares. Sem mencionar os diferentes locais de origens, as diferenças etárias, de gênero, as diferentes profissões e ocupações sociais, os variados níveis de escolaridade e os níveis socioeconômicos, entre outros fatores que influenciam o falar de todas as pessoas no mundo inteiro.

Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), explicam que as principais diferenças entre os modos de falar e de escrever a língua portuguesa, que são, em sua maioria, identificáveis, pois estão relacionados a diferentes fatores como situação comunicativa, idade, grupo social, assunto, época, etc., que muitas vezes caracterizam e podem determinar a maneira individual de cada falante (p. 185). O livro didático, em análise, trabalha de forma sucinta a questão da variação linguística, explicando que não há uma variação melhor ou pior que outra. O que existe são fatores que interferem e determinam a maneira pessoal e o estilo de cada falante ao se manifestar em uma interação comunicativa.

B. V - Há distinção nas definições de norma padrão e variedades cultas (variedades de prestígio)?

O livro não faz uso da terminologia norma padrão utiliza o termo “variedade padrão” e define este como sendo a “variedade linguística baseada no “modo de falar e escrever” dos grupos sociais de maior prestígio cultural, político e econômico”, (p.165). Cita também que podemos substituir *variedade padrão*, por *língua culta formal*, *norma urbana de prestígio* ou *língua padrão*.

Novamente vemos que há uma dificuldade em compreender os conceitos de variedade padrão, norma padrão, variedade culta, entre outras definições adotadas pelas literaturas existentes. Segundo Bagno (2007), estes termos — variedade padrão, dialeto padrão e língua padrão — causam muitas dúvidas, sobre como, onde e quando empregar um e não outro. O autor ainda menciona que não há um falante que seja usuário enfático do padrão, nem mesmo pessoas com maior nível de escolarização fazem tal uso (2007, p. 95). O autor propõe que a terminologia padrão referência de um modelo de língua artificial, baseada em variedades de prestígios ou em construções literárias consideradas consagradas. Para o autor, a terminologia norma padrão seria a mais adequada, em relação às demais terminologias utilizadas (BAGNO 2007, p. 96).

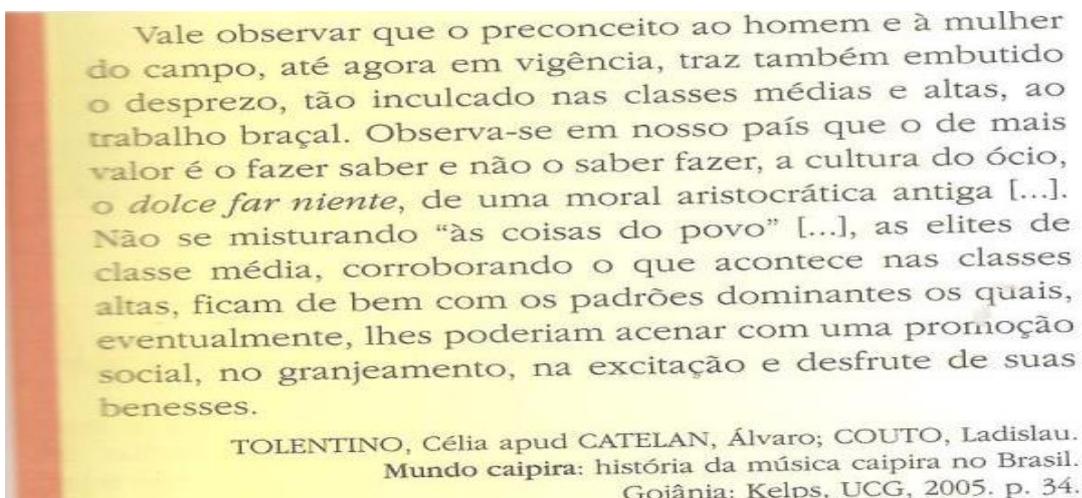
B. VI - O livro explica a importância de conhecer a norma culta?

O livro em análise não revela explicitamente a importância de conhecer a norma culta, mas afirma de onde surgiu e construiu-se tal conceito. Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), revelam que, socialmente, a norma culta exerce um papel importante perante a sociedade com relação aos papéis sociais que o falante exerce em sua comunidade. Menciona ainda que a norma culta deve ser empregada na escrita, e que ela nos será necessária a depender da situação em que o falante esteja inserido (2013, p.164). O que é totalmente verídico do ponto de vista da necessidade de manter uma unidade linguística, e dependendo do contexto de interação ao qual o falante se encontra. Neste momento é necessário fazer um parêntese uma vez que a norma culta também é utilizada em situações orais em que o nível de formalidade exija, como um discurso político, uma conferência, uma palestra, entre outras manifestações. Assim, a norma culta não se restringe apenas à escrita.

B. VII - O livro didático apresenta variantes características (exemplos) das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

Ao abordar o tema variedade padrão, o livro didático apresenta um recorte extraído de uma entrevista com uma socióloga, cujo texto exemplifica o emprego da variedade padrão.

Figura 06 – Entrevista



Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 164, 2013.

Outro ponto positivo com relação ao livro didático em análise, é que logo após o recorte da entrevista, os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), explicam que a socióloga, fez a opção de empregar frases mais longas, com ordenação pouco comum das palavras e optou por um vocabulário mais elaborado e específico, em que houve a necessidade de adequar o seu “modo de falar” à situação comunicativa, uma entrevista tratando de um tema relacionado à sua profissão, (2013, p.164).

Os autores, supracitados, mencionam que ao utilizar a variedade padrão da língua portuguesa não devemos empregar um vocabulário “difícil” com frases “complicadas”. Podemos adequar o nível de linguagem, ou seja, escrever ou falar mais informal ou mais formal, dependendo do contexto da comunicação, (2013, p.164). Por exemplo, podemos escrever um texto (bilhete) mais informal explicando à nossa mãe que fomos à padaria comprar pão, já o mesmo texto (bilhete) quando destinado ao chefe deve utilizar uma linguagem mais formal. Neste momento, o livro menciona a mudança linguística empregada, por um mesmo falante, numa mesma situação, porém com interlocutores diferentes, o que faz com que o falante, perante sua ocupação social — empregado e patrão —, dentro de seus “domínios sociais” tenha que adaptar seu falar diante do contexto social comunicativo ao qual se encontra.

B. VIII - Como o livro didático se refere (ou não) à pluralidade de línguas existentes no Brasil?

O livro didático menciona a origem da língua portuguesa, menciona os outros países que têm o português como língua oficial, influenciados pelas conquistas de Portugal, em séculos anteriores. Relata que todos os países que falam a língua portuguesa modificaram-na “incorporando novas palavras, novas expressões, novas estruturas de frases”, (2013, p.190), pois são influenciados por fatores internos de cada comunidade. Cada língua foi adaptando-se às diferentes realidades linguísticas existentes em cada macro ou micro região e que a língua portuguesa, em cada um desses países, por diferentes razões, tornou-se diferente do português falado em Portugal.

O livro cita algumas diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal, com relação ao vocabulário, pronúncia, significado de algumas palavras e estruturação sintática das frases. Mas não menciona as outras línguas que coexistem no Brasil, e nos outros países também colonizados por Portugal, onde a língua portuguesa é considerada língua oficial. Também não mencionam que as línguas coexistentes foram fundamentais para a formação da nossa língua portuguesa, e da língua portuguesa falada

em cada país. Não se considerando a importância desta pluralidade linguística para a compreensão da formação e construção da língua de cada povo, e de suas variações linguísticas.

B. IX - O tratamento da variação no livro fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?

O livro traz uma série de exercícios elaborados, contextualizados e coerentes com os conteúdos abordados. Onde é possível observar que os autores abordam tanto o sotaque, como o léxico e também fazem menção aos fenômenos gramaticais. No exercício número 1, da página 166, os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), abordam a questão comunicativa, onde é possível observar na tira em estudo, que a personagem não conseguiu atingir seu objetivo — comunicação — uma vez que o código por ele utilizado não foi compreendido por seu interlocutor — sua mãe.

Figura - 07 - Comunicação

1. Leia esta tira humorística.



Fonte de pesquisa: TRASK, R.L. Dicionário de linguagem e linguística

Comparando o conteúdo linguístico dos dois primeiros quadrinhos com o do último, é possível concluir que:

- em português, tanto na modalidade falada da língua quanto na escrita, existe total liberdade de escolha e ordenação das palavras, pois o sentido sempre será plenamente compreensível para o destinatário da mensagem.
- Benedito sabe que a língua portuguesa oferece certo grau de liberdade quanto à ordenação dos termos dos enunciados e redigiu seu bilhete fazendo uso dessa liberdade.
- Benedito é um falante que tem competência linguística para se expressar com eficiência tanto na modalidade falada quanto na escrita da língua.
- A expressão "mais legal" (último quadrinho), por ser uma gíria, é inadequada nesse contexto, tendo em vista a relação social entre o emissor (Benedito) e o destinatário da mensagem.
- É bem provável que Benedito não vá se sair bem na prova de redação.

Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 166, 2013.

No exercício mencionado é possível identificar que a comunicação não foi bem sucedida em função da personagem — Benedito — escrever de forma confusa, ou seja, não utilizou o código "escrita" de maneira eficiente, não respeitando a gramática

internalizada (estrutura de funcionamento) da língua, e a consequência disso foi a não compreensão, por parte da mãe em relação ao que estava escrito.

No exercício número 2, retirado da página 166, os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), exploram os conceitos gramaticais, dando ênfase às questões que abordam temas relevantes para o ensino de língua portuguesa.

Figura 08 – Fenômenos gramaticais

2. O trecho a seguir reproduz a fala de um operário. Leia-o e responda aos itens de a a c.

Os nossos salário, cum relação ao que nós fazemo e o lucro que os outros tem, é insignificante. Por que acontece isso? Eu tenho que trabaia trezentos e sessenta e cinco dia por ano. O outro não trabaia nem... nem cem dia, ganha muito mais. Porque eu sô a máquina que dô descanso pra ele.

RAINHO, Luís Fernando. Os peões do Grande ABC. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 199.

a) Identifique no texto as duas diferenças mais evidentes em relação ao padrão formal da língua portuguesa.

b) Suponha que alguém, depois de ler esse texto, dissesse o seguinte: "Essa pessoa não sabe falar; não sabe gramática, por isso comete muitos erros.". Você concordaria com essa opinião? Justifique.

c) O fato de o falante do texto não se expressar de acordo com as regras da gramática normativa não o impede de ter senso crítico em relação ao problema que ele analisa. Qual é esse problema e que opinião ele tem a respeito?

Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 166, 2013.

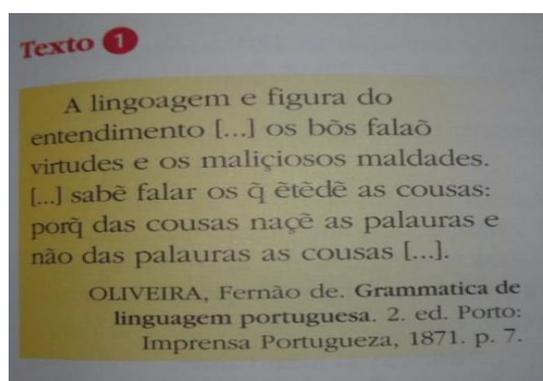
Podemos observar que o item “a” do exercício explora e questiona os fenômenos gramaticais da língua, focando no nível de formalidade. Alertando para a ausência de plural nos nomes/substantivos: nossos salário, cem dia; além de mencionar as diferenças na pronúncia/escrita de algumas palavras: cum/com; nós/nos; trabaia/trabalha; sô/sou; dô/dou.

Já no item “b”, o exercício abre uma discussão sobre a gramática internalizada (estrutura de funcionamento) e a gramática normativa (conjunto de normas gramaticais), em que o professor pode auxiliar na elaboração da resposta, orientando o aluno e explicando que o falante sabe “falar”, sabe se comunicar o que acontece, no exemplo acima, é que não domina a norma padrão da língua portuguesa, por esta razão escreve desta forma. O professor pode explicar que, do ponto de vista da linguística, não existe “erro”, mas sim desvios da norma ortográfica, inadequação com relação à gramática normativa, (BAGNO, 1999) e (BORTONI – RICARDO, 2004).

No item “c”, o professor pode fazer uma ponte em relação às classes sociais prestigiadas e as classes sociais menos prestigiadas, uma vez que o exercício abre margem a essa discussão. O professor pode mencionar a desigualdade social presente em nosso país, em que poucos são detentores de maior poder econômico, político e social e, por sua vez, estão expostos, em maior tempo, a norma padrão, por meio das leituras, dos estudos e dos meios de comunicação variados, enquanto a maior parcela da população pertencente à classe detentora de menor prestígio fica à margem da sociedade, em que lhes sobram, — por inúmeras questões, como a falta de oportunidades de acesso e permanência, por exemplo, — os trabalhos mal remunerados, insalubres e degradantes, o nível de escolaridade inferior, entre outros direitos que lhes são negados, como a moradia, o saneamento básico, a escolarização, etc.

No exercício número 2, na página 191, o livro apresenta exemplos de textos em que se empregam diferentes variedades linguísticas. O texto 1, figura 9, é um trecho extraído da primeira gramática da língua portuguesa de Fernão de Oliveira em 1871, nota-se, por exemplo, que ocorre a presença da variação histórica, observada em palavras como lingoagem/linguagem; e/é; bõs/bons; falaõ/falam; maliciosos/maliciosos; sabẽ/sabem; (~q)²/que; êtêdê/entendem; cousas/coisas; por(~q)/porque; naçẽ/nascem; palauras/palavras.

Figura 09 – Variação histórica



Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 191, 2013.

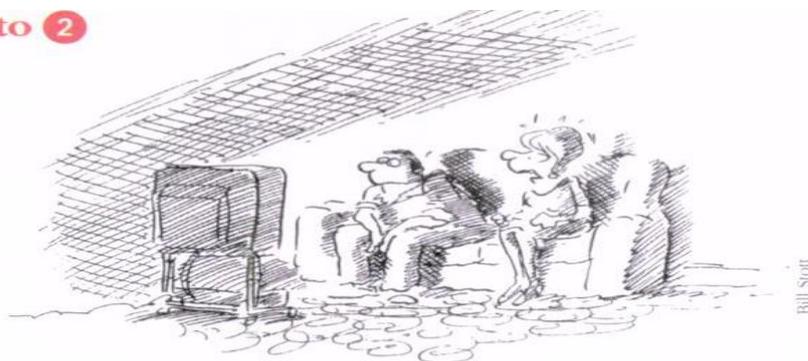
Já no texto 2, figura 10, os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), trabalham o sotaque, pois ocorre a variação geográfica (português de Portugal) nas

² No item destacado, o sinal de acentuação (~) fica sobreposto à letra q. Não foi possível fazer a demonstração correta, pois a configuração do computador não admite tal comando.

construções “estás a ouvir/está ouvindo”; “connosco/conosco”; “miúdos/crianças ou filhos”; “está a arder/está pegando fogo”.

Figura 10 – Variação geográfica

Texto 2



«Estás a ouvir! Acabei de dizer que a minha mãe vem passar um mês connosco, que os miúdos foram para a discoteca e que o teu carro está a arder!»

STOTT, Bill. O mundo louco do futebol. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 191, 2013.

No exercício número 3, da página 197, os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), fazem menção ao campo lexical.

Figura 11 – Campo lexical

3. Leia este texto:

Nessa altura do campeonato, você acha que eu vou vestir a camisa da firma? Eu não. O chefe pisou na bola: se ele tivesse pedido antes para mim ou para o Geraldo, que tem cancha, dava pra tirar de letra. Em time que ganha não se mexe! Mas não: ele deu cartão vermelho ao Geraldo e me botou pra escanteio. Agora que embolou o meio de campo, vem pedir para virar o jogo? Eu não. Vou lá só cumprir tabela... Quem não faz, toma! E o Geraldo, agora, tá com a bola toda e a concorrência, com ele, está *show* de bola...

LAUAND, Jean; PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Jogos da linguagem. Língua Portuguesa. São Paulo, ed. 79, maio 2012. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/79/jogos-da-linguagem-259326-1.asp>>. Acesso em: 4 out. 2012.

a) De que campo lexical faz parte a maioria das palavras e expressões desse texto?

b) Considerando a linguagem escolhida pelo falante e o assunto tratado no texto, responda:

- Quem poderia ser o “você”, ou seja, o interlocutor desse falante? Identifique palavras do texto que justifiquem sua hipótese.
- Nessa situação de comunicação, o falante foi linguisticamente competente, ou seja, conseguiu se expressar de forma eficiente? Justifique.

Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 197, 2013.

Observamos que tanto o item “a” como o item “b”, fazem menção a campos lexicais. No item “a” o campo lexical refere-se ao futebol exemplificado por palavras como campeonato, bola, time, jogo, cartão vermelho, escanteio, meio de campo, entre outras expressões; e o item “b”, diz respeito ao campo lexical das relações de trabalho em uma empresa comercial/industrial, incluídas neste campo as palavras firma, chefe, concorrência.

Ainda abordando o léxico, outro exemplo utilizado pelo livro didático está na página 188, ao abordar o tema variação geográfica, o livro traz exemplos do emprego de palavras diferentes que mudam de um lugar para outro, mas que possuem o mesmo significado, citando um brinquedo, como por exemplo, as palavras “pipa”, “pandorga”, “papagaio”, “tapioca”, “maranhão”, “arraia” ou “quadrado”, todas são empregadas com o mesmo sentido. O mesmo acontece com a palavra mandioca, que em alguns estados é conhecida como “macaxeira” ou “aipim”.

B. X - O livro didático mostra coerência entre o que diz no(s) capítulo(s) dedicado(s) a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

Em nenhum momento o livro didático revela que há uma maneira correta ou errada com relação ao falar ou ao escrever. Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), revelam que durante a escrita há a predominância da variedade padrão da língua portuguesa, a depender do contexto da enunciação. E que o falante apresenta características diferentes ao falar, devido a fatores externos à língua, como a posição social, grupo social, situação comunicativa, idade, assunto, época etc., (p. 185). E nenhuma destas características é melhor ou mais bonita que outra, apenas são diferentes.

B. XI - O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

O livro aborda a questão da mudança linguística mencionando que esta deve estar de acordo com a situação comunicativa do falante. Os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), mencionam que ao se comunicar com outra pessoa, para que a comunicação seja efetiva, é necessário que o falante seja capaz de adequar a sua linguagem à situação comunicativa. Para exemplificar, esta afirmação os autores, supracitados, fazem uso de uma tira humorística, na página 168.

Figura 12 - Humor



Fonte: Livro didático *Novas Palavras*, página 168, 2013.

Com relação à tira exposta, o livro explica que a comunicação pretendida não foi efetivada, pois o falante utilizou palavras que o ouvinte não conhecia, ou seja, não houve uma adequação por parte do falante para que ele fosse compreendido pelo ouvinte. Sendo assim, a comunicação não foi possível. Neste contexto, o livro menciona que surgem duas hipóteses para explicar a inadequação. A primeira hipótese é que o falante não teve habilidade linguística para perceber que, ao fazer a pergunta para o cozinheiro, ele deveria ter falado de uma forma mais simples, utilizando-se de palavras mais comuns, como por exemplo, “quem foi o indivíduo nocivo/danoso que preparou essa massa podre e nojenta?”, (2013, p.169).

A segunda hipótese é que o falante não satisfeito com a qualidade da comida, mas, para evitar uma confusão, construiu uma frase de modo que seu receptor — no caso o cozinheiro — não fosse capaz de compreender. Assim ele teria utilizado a frase apenas para extravasar sua insatisfação, (2013, p.169).

O livro vai ainda mais além, ao explicar o tema variação situacional, na página 187, em que os autores, Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), utilizando-se de figuras ilustrativas, revelam como uma mesma pessoa pode utilizar diferentes formas para se comunicar a depender do contexto de interação. No exemplo a seguir é possível observar que o mesmo falante, em situações distintas de comunicação, empregou vocabulário, expressões e construções consideradas adequadas a cada contexto, embora ambas tenham o mesmo objetivo linguístico e o mesmo significado.

Figura 13 – Registro formal



Fonte: Fonte: Livro Didático Novas Palavras, página 187, 2013.

Figura 14 – Registro informal



Fonte: Fonte: Livro Didático Novas Palavras, página 187, 2013.

Na figura 13 temos um advogado, que durante seu trabalho em um tribunal, ao falar a respeito de uma testemunha, se expressou usando um registro adequado, ao contexto, utilizando o padrão formal de linguagem em uma situação formal de comunicação (p.187). Já na figura 14, o mesmo advogado adequou seu vocabulário, agora em uma situação informal, já que está na presença de seus amigos, num lugar descontraído, provavelmente um bar ou uma lanchonete.

O livro ainda complementa definindo registro como:

Conjunto de características da linguagem escolhida pelo falante para se comunicar em uma situação específica. Essas características referem-se, por exemplo, à seleção lexical (escolha das palavras e expressões), à estrutura das frases, ao tom de voz que o falante emprega, à relação

social que ele tem com o interlocutor, ao conhecimento que este tem sobre o assunto etc., (p.187).

É o que acontece na figura 14, o mesmo advogado, em uma conversa com seus amigos a respeito do mesmo assunto, só que agora em uma situação totalmente informal, utiliza outro registro, característico da variedade popular da língua portuguesa, (p.187). As diferentes formas de uso da língua, por um mesmo falante, são moldadas conforme as diferentes situações comunicativas em que uma mesma pessoa insere-se ao longo do seu dia a dia.

O livro ao explicar variação sociocultural, menciona que fatores sociais importantes como o nível de escolaridade, idade, gênero, profissão, grupo social, etc., podem influenciar o linguajar dos usuários de uma dada língua. Esses fatores estão vinculados a aspectos sociais e culturais, por isso, as variações geradas por eles denominam-se variações socioculturais, (p. 186). Para exemplificar tal informação, o livro faz uso do texto “Só os óio”, página 186.

Quadro 09 – Variação sociocultural

<p>Só os óio Ao regressar de Mineiros, em Goiás, [...] perdemos a hora de atravessar o Rio dos Bois. Não houve rogos nem promessas que demovessem o balseiro de sua resolução. Eram mais de seis horas e não daria passagem. Tocamos rastos atrás cinco léguas e fomos pedir pouso em casa de um sertanejo pobre, casa de pau a pique [...] Estávamos em julho e o frio era intenso. Ao pedir pouso o caipira me perguntou: — Você trôxe rede? — Não. — Churchuádo? — Também não. — E cuberta? — Também não trouxe. — Aãã... Intãoce vacê, de durmi, só trôxe os óio? PIRES, Cornélio. Patacoadas: anedotas: simplicidade e astúcia de caipiras. Itu: Ottoni, 2002. P.71. (conversa caipira).</p>

Fonte: Livro didático Novas Palavras, página 186, 2013.

O livro parte do texto para explicar que se faz presente os modos diferentes de falar do sertanejo e do narrador personagem. Explica que o linguajar sertanejo é característico de pessoas que fazem parte da parcela da sociedade economicamente mais pobre, e residente em áreas distantes de centros urbanos, que por ventura, não puderam

frequentar a escola ou receberam uma educação modesta, o que contribui para formação de seu linguajar característico. Já o narrador personagem apresenta um modo de falar distinto do sertanejo, ele emprega uma variedade mais culta da língua, o que permite concluir que tenha frequentado a escola e teve acesso aos meios de comunicação, que utiliza a variedade da qual faz uso e/ou provavelmente conviveu com pessoas de nível cultural mais elevado, (2013, p. 86).

B. XII - O livro menciona o desprestígio das variedades linguísticas populares atentando para a questão do preconceito linguístico?

No início do segundo capítulo os autores Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013), mencionam que:

Ter consciência de que a língua apresenta variações possibilita que você se comunique de maneira mais adequada e eficiente ao falar/ouvir ou ao escrever/ler; também contribui para que você deixe de lado possíveis preconceitos linguísticos e, assim, passe a respeitar a “maneira de falar” dos demais usuários do idioma, principalmente quando tal maneira não é a mesma que você comumente emprega para se comunicar (p.185).

Os autores, supracitados (2013), revelam que a partir do momento em que a sociedade entender e compreender que as diferentes formas de falar servem para que possamos nos adequar às mais variadas situações comunicativas, e que tais variações são o reflexo de fatores externos à língua que, por sua vez, contribuem para a criação da nossa própria identidade, estaremos caminhando para a construção de um mundo melhor, livre de preconceitos referentes ao falar de cada pessoa. Pois, um indivíduo não deve ser avaliado e julgado apenas por sua maneira de falar. Não basta conhecer a língua padrão para garantir todos os seus direitos como cidadão, é necessário uma série de outros conhecimentos referentes à sua própria cidadania.

B. XIII – Considerações

Em síntese, podemos dizer que o livro *Novas palavras*, dos autores, Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, da editora FTD é muito bem organizado e faz uma abordagem dentro do esperado com relação ao conteúdo da variação linguística, com o auxílio de textos e notas explicativas, que abordam o conteúdo e o exemplificam. O material também é enriquecendo com textos ilustrativos, e exercícios contextualizados, que exploram a variação linguística em múltiplas facetas.

Outro ponto positivo é o fato da obra mencionar os estudos linguísticos, trazendo notas explicativas de autores e estudiosos consagrados no meio acadêmico. No entanto, a obra deixa a desejar no que diz respeito à pluralidade de línguas existentes no Brasil, uma vez que não menciona a coexistência de outras línguas no país, que influenciam nas transformações e mudanças pelas quais tem passado a língua portuguesa nos últimos anos. Outro ponto importante destacado na pesquisa é com relação ao emprego da terminologia “variedade padrão” utilizada no livro no lugar de “norma padrão”, como considera o autor e pesquisador Marcos Bagno (2007).

3.3 Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM – 3ª obra selecionada para pesquisa

I - Descrição da estrutura e organização da obra

O livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, organizado pelas edições SM, tendo como editor responsável Rogério de Araujo Ramos (2013), é dividido em três seções: Literatura, Linguagem e Produção de Texto. Cada seção é organizada em unidades subdivididas em capítulos. Na parte correspondente aos estudos literários, os dois primeiros capítulos, são destinados aos conteúdos gerais, como definição de literatura e gêneros literários, os outros treze capítulos são destinados às escolas literárias.

Na segunda seção do livro intitulada “Linguagem”, os capítulos referem-se aos estudos da linguagem, em que são abordados conteúdos como linguagem, variação linguística, semântica, fonema e letra, figuras de linguagem entre outros. Na última seção, Produção de texto, são trabalhadas algumas tipologias textuais como a notícia, reportagem, dissertação e carta de reclamação, além de leitura e interpretação de texto.

Para esta pesquisa, foram analisados o capítulo 16 “Linguagens, linguagem verbal e língua”, o capítulo 17 “Uma língua, muitas línguas” e o capítulo 19 “Da fala para a escrita, da escrita para a fala”, sendo os capítulos 16 e 17 mais aprofundados com relação ao tema da pesquisa: variação linguística, já o capítulo 19 aborda mais precisamente a fala e a escrita.

II - Manual do professor

O manual do professor é dividido em três partes: “Parte 1”, aborda os aspectos gerais da coleção, cita eixos norteadores e textos complementares, referente ao ensino de língua portuguesa e literatura. Na “Parte 2”, é apresentada ao professor uma lista de sugestões didáticas e ampliação de repertório do volume, leituras complementares, formação continuada e propostas de atividades interdisciplinares. A “Parte 3” é destinada ao gabarito das atividades desenvolvidas no decorrer do livro.

C - Roteiro de análise de livro didático

C. I - Como o livro didático aborda a terminologia “língua”?

O livro, *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM (2013)*, explica que “no dia a dia, as expressões língua e linguagem são usadas com sentidos próximos”, (2013, p.189). “A língua é a maneira particular como a linguagem verbal se realiza nas interações de um grupo social específico”, (2013, p.189). Na parte introdutória do livro consta que:

A língua é um bem público. Ela está viva, e são os seus usuários quem a transformam ao longo do tempo. Sob esse ponto de vista, não existe certo ou errado, mas situações de interação, que exigem o uso da língua em suas diversas formas — por isso é essencial conhecê-las, apropriar-se delas, (p.185).

O livro é coerente ao mencionar que a língua é um bem público. Ela não pertence a um único indivíduo, e nem este consegue, sozinho, modificá-la, (BUENO, 2008). A língua está em constante movimento, transformando-se ao longo do tempo para atender às necessidades de seus próprios usuários. E assim não existe o certo ou o errado em termos de língua, apenas existem contextos diferentes para enunciações diferentes, (LEMLE, 1978).

C. II - O livro faz menção aos estudos linguísticos?

O livro faz menção aos estudos linguísticos, ao abordar questões como signo linguístico (unidade de representação de uma linguagem), significante (suporte material) e significado (conceito), menciona o surgimento da Linguística, e cita Ferdinand de Saussure como o linguista, que no século XX, iniciou os estudos sobre a linguagem, com enfoque estrutural. Afirma que novas tendências surgiram com o tempo, principalmente

após a segunda metade do século XX, originando novos estudos em torno da linguagem. O livro permite introduzir os estudos linguísticos, valorizando desta forma, os pesquisadores da área e abordando a língua como ciência, que assim como outros campos também precisa ser estudada.

C. III - Como o livro didático lida com a variação entre fala e escrita. Apresentando um amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou as separam rigidamente?

No capítulo 19, o livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM (2013)*, dá ênfase a relação entre fala e escrita, o que se vê claramente, uma vez que dedica um capítulo para exemplificar tal relação. No início do texto, o livro relata que agimos e nos relacionamos por meio da língua falada ou escrita, mas que raramente pensamos na relação entre estas duas modalidades da língua. O livro ainda indaga que não nos damos conta dos recursos expressivos de cada uma; nem do papel e do prestígio da fala e da escrita em nossa sociedade (p.226).

Ao explicar linguagem verbal o livro menciona que esta se manifesta por dois meios: o sonoro e o gráfico. Tais meios nos remetem a duas modalidades de uso da língua: a **fala** e a **escrita** (p. 226). O livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM (2013)*, ainda complementa dizendo não se saber ao certo quando o ser humano adquiriu a capacidade de vocalizar, ou seja, de emitir sons por meio da voz. Alguns especialistas, segundo a obra em análise, supõem que o surgimento da fala tenha ocorrido há cerca de cem mil anos (2013, p.226).

No que tange à escrita, sabemos que ela está associada à capacidade de ler, de interpretar signos, e esta relação foi iniciada por nossos ancestrais o que, provavelmente, garantiu a sua sobrevivência, como por exemplo, ao reconhecer pegadas de animais que poderiam servir de alimento, esta percepção humana de “ler os sinais da natureza” (p.226), inspirou a criação de seus próprios signos gráficos, o que ocorreu entre os anos de 3400 e 3200 a.C., ou seja, segundo as informações citadas pelo livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM (2013)*, quase cem mil anos separam o surgimento da fala do nascimento da escrita (p.226).

O livro menciona que a “língua falada é aquela que a criança aprende, de maneira espontânea, em suas primeiras relações sociais” (2013, p.227). Complementa afirmando

que por meio da fala, “expressamos e construímos a nossa identidade, como sujeitos e como membros de determinados grupos sociais” (2013, p. 227). Na língua falada podemos utilizar diversos recursos expressivos, como a entonação, a modulação de voz e o ritmo da fala. Ainda podemos associar a ela as expressões faciais e gestuais que contribuem e enriquecem a construção de sentidos do texto oral.

Já a escrita, por sua vez, não é aprendida espontaneamente, é preciso estudo, dedicação, técnicas de repetição, além de aperfeiçoamento entre outros métodos que auxiliam na assimilação da mesma. Na escrita também dispomos de recursos expressivos como, por exemplo, a pontuação, os parágrafos como forma de organização, os destaques em negrito, itálico ou sublinhado que dão ênfase, assim como a cor, a forma e o tamanho da letra que também auxilia a comunicação, (2013, p.226).

Na página 228, o livro didático apresenta dois textos. O texto 1, quadro 10, é um trecho de uma entrevista com o cantor, compositor e escritor Chico Buarque, publicada em uma revista impressa, em meio gráfico. O texto 2, trata-se de uma transcrição de um trecho de reportagem de um telejornal, que foi veiculado em meio sonoro. O livro menciona que no texto 1, o resultado final da entrevista vai muito além da transposição do meio sonoro para o meio gráfico. Sendo assim, o texto sofreu o apagamento de repetições, hesitações, reformulações, sobreposição das vozes do entrevistador e do entrevistado, pode ser possível que as respostas tenham sido agrupadas, que palavras tenham sido trocadas e que algumas informações tenham sido apresentadas em ordem diferentes (2013, p. 228).

Quadro 10 – Entrevista Chico Buarque

Revista – Qual é o seu método de trabalho? É sistemático? Tem horários, disciplina? Trabalha todos os dias? Recolhe-se? Viaja para ter sossego?

Chico – Quando escrevo um livro, trabalho sem parar, até dormindo. Às vezes, viajo para ter sossego, às vezes, fico por aqui mesmo, mas mando dizer que estou na fazenda, embora não tenha fazenda.

Revista – Alguns autores começam a escrever e não sabem o que vai acontecer depois. [Dizem] Que a história se conduz sozinha. Era o que dizia Georges Simenon. Como é no seu caso?

Chico – Quando começo a escrever sei exatamente o que vai acontecer depois. Só que depois acontece outra coisa.

Revista – Rascunha, desenvolve a ideia primeiro na mente ou faz um esboço escrito? Ou escreve diretamente ao computador, sem escalas?

Chico – Escrevo rascunhos, esboços, ideias esparsas, no computador ou em qualquer papel ao alcance da mão. Quando o livro já está encaminhado, escrevo no computador, imprimo, leio, risco, rasuro, anoto, volto ao computador, imprimo, leio e assim sucessivamente. Reescrevo tudo inúmeras vezes.

[...]

A dupla vida de Chico. Revista Língua Portuguesa. São Paulo, Segmento, n. 8, jun. 2006.

Fonte: Livro didático Ser Protagonista Língua Portuguesa, p. 228, 2013.

Quadro11 – Reportagem do Jornal Nacional

Cientistas de três universidades americanas desenvolveram um tipo de dispositivo eletrônico ultrafino, um chip que se dissolve depois de instalado. [...] O processador usa camadas extremamente finas de condutores feitos de substâncias como silício e magnésio. Mas, em vez de as camadas serem revestidas de materiais difíceis de serem reciclados, estão envolvidas em um material que é resistente, mas biodegradável: a seda. Isso permite que o chip se dissolva em água ou nos fluidos do corpo. Dependendo da composição, ela pode se dissolver em dias, semanas ou até em anos. Nos testes em laboratório, o chip inserido em ratos cumpriu com sucesso o objetivo de controlar a aplicação de antibióticos e, dias depois, se dissolveu no organismo dos animais. A descoberta abre novas possibilidades em muitas áreas. Na medicina, por exemplo, chips poderão ser implantados para obter diagnósticos ou controlar a absorção de drogas e depois se dissolverão no corpo. Na natureza, esses processadores temporários poderão medir o impacto de desastres ambientais, como vazamentos de petróleo. Na área tecnológica, telefones e computadores se tornarão mais fáceis de reciclar já que, dentro deles, os chips serão biodegradáveis.

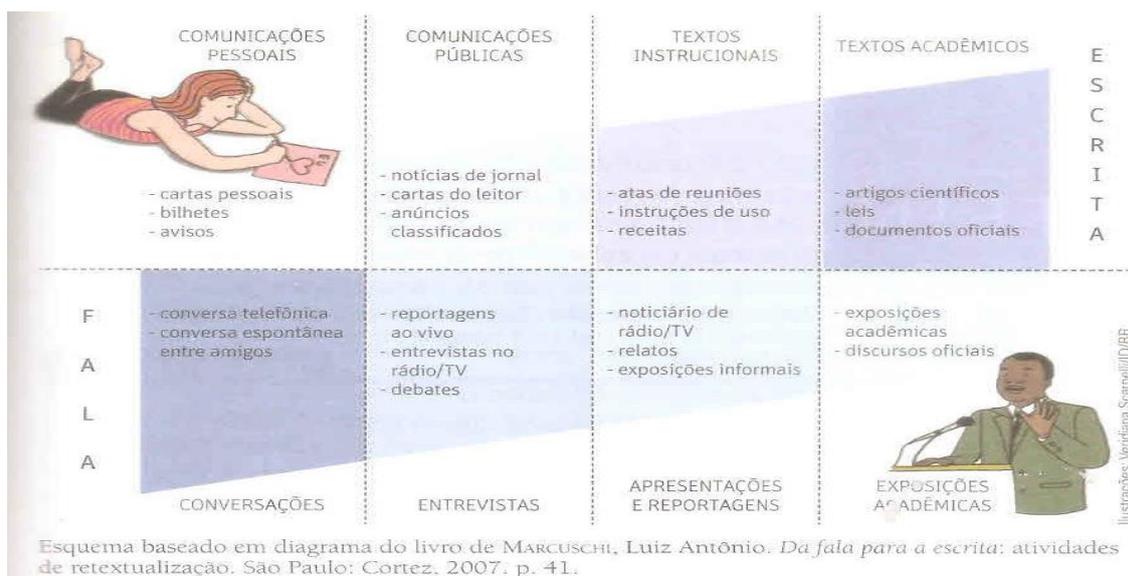
Reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo, veiculada em 27 set. 2012. Transcrição feita para esta edição.

Fonte: Livro didático *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, p. 228, 2013.

No texto 2, quadro 11, também não é possível encontrar marcas de oralidade, mesmo que o texto tenha sido veiculado de forma sonora, ele foi concebido de forma escrita. Mesmo que o texto apresente características típicas da oralidade como o prolongamento de vogais e consoantes, as pausas, o aumento do volume de voz, entre outras, ele não apresenta outras características dos textos orais como o truncamento, hesitações e reformulações (2013, p. 228).

Ambos os exemplos indicam que não há oposição entre língua falada ou escrita. Nas práticas cotidianas elas se alternam, se sobrepõem, apresentando condições de produção e estratégias semelhantes (2013, p.228). O livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM* (2013), afirma que durante muito tempo acreditou-se que a fala e a escrita eram dois sistemas distintos. Mas atualmente advindo dos estudos e ampliação do “entendimento de língua como prática social de interação entre sujeitos” (2013, p. 229), considera-se fala e escrita como duas modalidades que não se excluem e nem se opõem. Tomando os gêneros textuais em um *continuum*, uma gradação, que apresenta aproximação entre eles (2013, p. 229), como mostra o esquema a seguir:

Figura 15 – Esquema escrita e fala



Fonte: Livro didático Ser Protagonista Língua Portuguesa, p. 228, 2013.

Disposto na parte superior do esquema é possível encontrar gêneros produzidos em meio gráfico, já na parte inferior identificamos os gêneros veiculados em meio sonoro. Em cada coluna, os gêneros alocados apresentam algumas semelhanças. O livro complementa que ao pensar nos gêneros orais e escritos em um *continuum* quebra-se a premissa de associar a fala à informalidade e a escrita a formalidade. Uma vez que há gêneros orais que requerem um grau de formalidade maior e capaz de transmitir credibilidade ao ouvinte, e os gêneros do meio gráfico como, por exemplo, um bilhete ao amigo que pode ser regado de informalidade. Ainda é possível encontrar no dia a dia um terceiro, onde pode se utilizar a formalidade e a informalidade como meio de persuadir o leitor, como em um cartaz publicitário (2013, p. 229), por exemplo.

Em síntese, além das semelhanças e das diferenças entre fala e escrita, é preciso considerar que o leitor/autor saiba selecionar os recursos oferecidos pela linguagem para produzir textos adequados aos seus propósitos. “Um falante competente sabe o momento certo de ser formal ou informal, seja na língua falada, seja na língua escrita” (2013, p. 229). Além de transitar entre um gênero oral ou escrito, ao longo do seu dia a dia. Sem sombras de dúvidas o livro trata com maestria, considerando o público ao qual se destina o *continuum* entre fala e escrita, destruindo premissas e reformulando conceitos sobre gêneros e seus veículos e o grau de formalidade e informalidade presente nestes. Além de

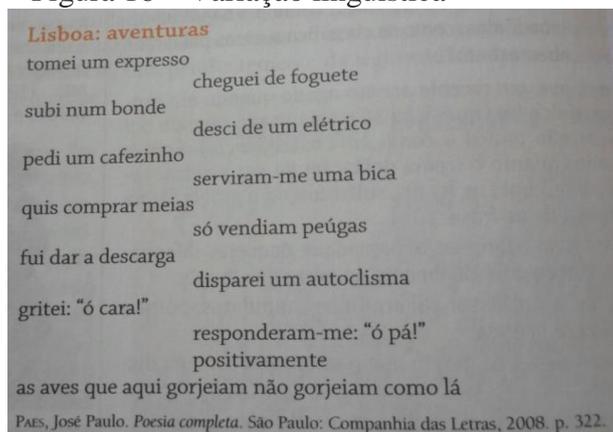
exemplificar, durante os exercícios, por meio de representações textuais que contribuem para os conteúdos aqui abordados.

C. IV - Como o livro didático emprega a terminologia relacionada à variação linguística?

O livro inicia o capítulo 17, discorrendo que ao pensar na diversidade dos grupos humanos e na constante transformação pela qual eles passam, é fácil perceber que a língua reflete e colabora nesta transformação. Tal percepção é possível, segundo o livro, “não apenas em relação a línguas diferentes, mas também no interior de uma mesma língua”, que se manifesta por meio da variação linguística, (2013, p. 198). Fica claro que o livro menciona que a língua não é algo pronto e acabado, ela está em processo contínuo de transformações e mudanças no tempo e no espaço para facilitar a comunicação.

Para introduzir o conteúdo variação linguística, o livro utiliza-se do poema “Lisboa: aventuras”, página 198.

Figura 16 – Variação linguística



Fonte: Livro didático *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, p. 198, 2013.

O poema chama a atenção para as diferenças do vocabulário do português falado em Portugal e do português falado no Brasil. Menciona que tanto nestes dois países como nos demais países de fala portuguesa existem variações na pronúncia e nas construções sintáticas e que “todas as línguas do mundo variam, e cada uma apresenta diversas variedades linguísticas”, (2013, p. 198). O livro define variação linguística como:

Fenômeno comum às línguas de apresentar variações em função da época, região, situação de uso e das particularidades dos falantes. A língua usada por um grupo social específico, com características próprias, constitui uma variedade linguística, (p. 198).

O livro explica, de forma resumida e sensata, o que é variação linguística e, mais adiante, exemplifica os tipos de variação, segmentando-os em: variação regional (variação diatópica), variação social (variação diastrática), variação situacional (variação diafásica), variação histórica (variação diacrônica) e norma-padrão.

O livro ressalta que a variação histórica ocorre quando o léxico e os modos de dizer modificam-se de forma constante. As palavras e construções sofrem mudanças de som, de forma e de significado, ao longo do tempo. A variação regional diz respeito às diferenças que uma língua apresenta nas diversas regiões em que é falada. O livro menciona os países que falam a língua portuguesa, os países lusófonos, e cita que em diversas comunidades falantes do português do Brasil, também apresentam inúmeras particularidades, (2013, p. 199).

Ao abordar variação social, o livro menciona que esta variação se dá por diferentes fatores, entre eles, a diferença de gênero (mulheres e homens), de idades, classes socioeconômicas, níveis de escolarização e atividades profissionais. Todos estes fatores influenciam a maneira de se expressar, ou seja, de falar, construindo as identidades dos sujeitos e dos grupos de falantes de uma mesma variedade. A variação situacional é exemplificada pelo fato de não se usar as mesmas expressões em uma entrevista de emprego, em uma situação de paquera ou para falar com uma criança pequena, sendo assim, o mesmo falante adéqua a sua variação linguística de acordo com a situação de uso da língua (2013, p. 199).

C. V - Há distinção nas definições de norma-padrão e variedades cultas (variedades de prestígio)?

Ao definir norma padrão, o livro (2013, p. 199) explica que, historicamente, os escritores literários clássicos foram tomados como referência de uso da língua. No ensino tradicional, “os manuais de gramática procuravam descrever este modelo (vamos chamá-lo de norma-padrão) e elevá-lo à categoria de “português correto””. Os estudos linguísticos procuram demonstrar que a norma padrão era uma idealização, pois sequer correspondia “aos usos linguísticos registrados nas obras literárias consagradas, ao menos não de maneira uniforme”, (2013, p. 199).

O livro menciona que há iniciativas de descrição dos usos linguísticos dos falantes considerados “cultos”. Tal descrição é determinada, segundo critérios definidos por

pesquisadores como, por exemplo, o nível de escolaridade, hábitos culturais, etc., “esses usos correspondem à efetiva “norma culta” da língua”, (2013, p. 199). Porém não são suficientes para representar um bloco uniforme, em que “é mais adequado referir-se a eles no plural, como variedades urbanas de prestígio”, (2013, p. 199).

Neste caso é possível observar que o livro didático define com exatidão, os termos norma padrão, norma culta e variedades urbanas de prestígio, segundo o autor Bagno (2007), que menciona que a norma padrão é um modelo a ser seguido, que na prática não é possível encontrar falantes deste ideal, nem mesmo nas construções literárias mais consagradas. Mesmo que um falante procure empregar a norma padrão o tempo todo, em algum momento ele terá que se adequar ao grupo com o qual interage, caso contrário sofrerá certa exclusão.

E neste sentido, a língua não funcionaria como interação, mas sim como exclusão. Um caso menos comum, uma vez que se sabe que os grupos de falantes costumam “excluir”, julgar, menosprezar, falantes de variedades que diferem da norma padrão, e não ao contrário. Mas este em especial também sofre com o processo de “exclusão”, e assim como os demais também é julgado pela maneira de se expressar, sendo necessário adequar a sua fala ao falar do grupo com quem interage ou pretende interagir.

C. VI - O livro explica a importância de conhecer a norma culta?

Segundo o livro, empregar e adequar-se linguisticamente à variedade utilizada a cada contexto de uso, é importante, uma vez que é por meio das variedades urbanas de prestígio que se tem acesso às oportunidades profissionais e de participação na vida pública, por esta razão, é fundamental conhecê-las e se apropriar delas, (2013, p. 199).

Discordamos em parte, pois infelizmente, muitas pessoas ainda acreditam que apresentar domínio das variedades urbanas de prestígio é suficiente para conseguir um bom emprego, uma posição significativa na vida pública, entre outras questões aliadas a posições vinculadas ao prestígio e ao poder. Para que tais “benefícios” sejam conquistados é necessária uma série de outros fatores, outras oportunidades, entre outras questões, que possam garantir o direito e a ocorrência real e significativa atrelados aos “benefícios” desejáveis, caso contrário, os professores de Língua Portuguesa, como afirma Bagno (2007), ocupariam o topo da pirâmide social e a eles seriam atribuídas as principais funções políticas e os melhores salários, mas não é o que ocorre.

Apenas o domínio da norma padrão não é suficiente para garantir a ascensão social, política e econômica a nenhum indivíduo (BAGNO, 2007). Atualmente temos vários

exemplos de pessoas que foram bem sucedidas e sequer frequentaram a escola um dia. Casos como estes podem corresponder a uma exceção, mas é preciso considerá-los, uma vez que o domínio da norma culta se faz importante e capaz de garantir a unidade linguística no país. Onde ainda é utilizada como um padrão, como um modelo idealizado, símbolo da perfeição, capaz de servir como critério classificatório utilizado para excluir ou incluir diversos cidadãos brasileiros, a uma determinada vaga profissional, por exemplo. Mas os avanços na área dos estudos linguísticos vêm contribuindo gradativamente para desmistificar esse preconceito enraizado na sociedade. Por isso, é importante que o livro didático colabore com o papel do professor e da escola no combate a qualquer forma de discriminação, seja por gênero, cor, raça, cultura ou pela sua maneira de falar.

C. VII - O livro didático apresenta variantes características (exemplos) das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

Nas páginas 206 e 207 o livro propõe um debate, partindo de dois textos importantes, o primeiro do linguista Sírio Possenti, “O papel da escola é ensinar língua padrão” e o segundo do gramático Evanildo Bechara “Gramática e ensino”. O debate enfoca o que a escola deve ensinar nas aulas de português e que posição o professor deve tomar em relação às estruturas em desacordo com a norma padrão. Esta atividade é importante para a formação do aluno e para a formação continuada do professor. Tanto Possenti como Bechara mencionam que o professor deve corrigir e ensinar o que os estudantes ainda não sabem, construções como “os livro” deve ser objeto de estudo, para que eles tomem conhecimento das diferenças e semelhanças inerentes à língua.

Na página 202, por meio de exercícios de interpretação partindo da crônica “Cultura” de Luis Fernando Veríssimo, publicada no livro “As mentiras que os homens contam”, o livro explora dentro do exercício a inadequação linguística da personagem masculina, para a personagem feminina. Uma vez que a personagem masculina utiliza uma variedade de prestígio com o objetivo de impressionar a personagem feminina e conquistá-la, enquanto a personagem feminina não consegue manter uma interação com o mesmo, pois ambos utilizam uma linguagem diferenciada.

Quadro 12 – Crônica Cultura

Cultura

Ele disse: "O teu sorriso é como o primeiro suave susto de Julieta quando, das sombras perfumadas do jardim sob a janela insone, Romeu deu voz ao sublime Bardo e a própria noite aguçou seus ouvidos."

E ela disse: "Corta essa."

E ele disse: "A tua modéstia é como rubor que assoma à face de rústicas campônias acossadas num quadro de Bruegel, pai enaltecendo seu rubicundo encanto e derrotando o próprio simular de recato que a natureza, ao deflagrá-lo, quis."

E ela disse: "Cumé que é?"

E ele disse: "Eu te amo como jamais um homem amou, como o Amor mesmo, em seu auto-amor, jamais se considerou capaz de amar."

E ela: "Tô sabendo..."

"Tu és a chuva e eu sou a terra; Tu és ar e eu sou fogo; tu és estreme, eu sou raiz."

"Pô!"

"Desculpe. Esquece este último símile. Minha amada, minha vida. A inspiração é tanta que transborda e me foge, eu estou bêbado de paixão, o estilo tropeça no meio-fio, as frases caem do bolso..."

"Sei..."

"Os teus olhos são dois poços de águas claras onde brinca a luz da manhã, minha amada. A tua fronte é como o muro de alabastro do tempo de Zamaz-al-Kaad, onde os sábios iam roçar o nariz e pensar na Eternidade. A tua boca é uma tâmara partida... Não, a tua boca é como um... um... Pera só um pouquinho..."

"Tô só te cuidando."

"A tua boca, a tua boca, a tua boca... (Uma imagem, meu Deus!)"

"Que qui tem a minha boca?"

"A tua boca, a tua boca... Bom, vamos pular a boca. O teu pescoço é como o pescoço de Greta Garbo na famosa cena da nuca em Madame Walewska, com Charles Boyer, dirigido por Clarence Brown, iluminado por..."

"Escuta aqui..."

"Eu tremo! Eu desfaleço! Ela quer que eu a escute! Como se todo o meu ser não fosse uma membrana que espera a sua voz para reverberar de amor, como se o céu não fosse a campana e o Sol o badalo desta sinfonia espacial: uma palavra dela..."

"Tá ficando tarde."

"Sim, envelhecemos. O tempo, soturno cocheiro deste carro fúnebre que é a Vida. Como disse Eliot, aliás, Yeats - ou foi Lampedusa? - , o Tempo, esse surdo-mudo que nos leva às costas..."

"Vamos logo que hoje eu não posso ficar toda a noite."

[...]

"Já sei!"

"O quê? Volta aqui , pô..."

"Como um punhado de amoras na neve das estepes. A tua boca é como um punhado de amoras na neve das estepes!"

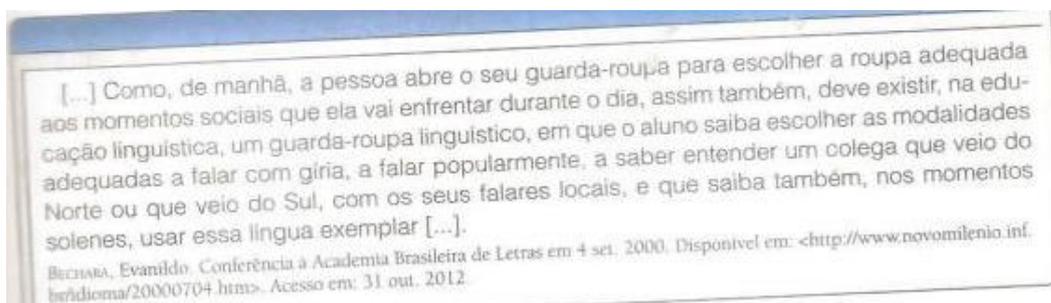
VERÍSSIMO, Luis Fernando. Cultura. In: As mentiras que os homens contam. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. P. 149-151.

Fonte: Livro didático Ser Protagonista Língua Portuguesa, p. 202, 2013.

Fechando a série de exercícios de interpretação sobre a crônica de Veríssimo, o livro propõe uma reflexão entre o texto e um fragmento de uma conferência proferida pelo gramático Evanildo Bechara, em que o mesmo ressalta que a assim como escolhemos uma roupa para uma determinada situação, o mesmo deve ser feito com a língua. Devemos escolher a “roupa adequada” dentro do nosso “Guarda-roupa linguístico”. E a

escola deve ensinar o aluno a escolher e empregar a variedade linguística mais adequada a cada contexto, a cada situação comunicativa de uso da língua.

Figura 17 – Trecho de conferência Evanildo Bechara



Fonte: Livro didático Ser Protagonista Língua Portuguesa, p. 203, 2013.

O livro menciona o quanto é importante um falante conhecer e saber empregar a variação linguística mais adequada a cada contexto enunciativo. Complementando a afirmação, cita que não existe uma variedade linguística superior a outra. Um falante competente é aquele que consegue ser “um poliglota” em sua própria língua, sabendo conhecer e empregar muitas variedades linguísticas, entre elas as “variedades urbanas de prestígio”, (2013, p. 203).

C. VIII - Como o livro didático se refere (ou não) a pluralidade de línguas existentes no Brasil?

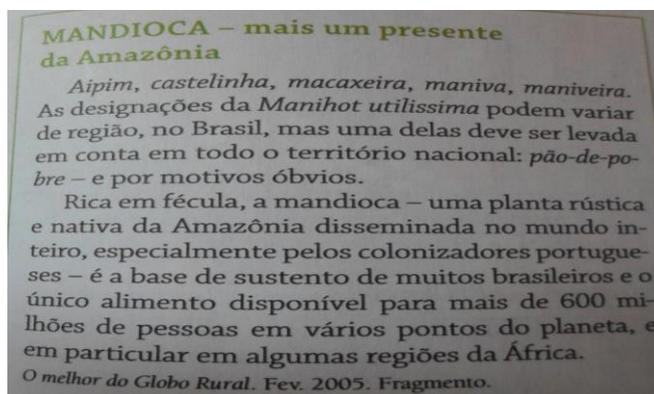
O livro didático não menciona a pluralidade linguística existente no Brasil. Sendo este um ponto negativo, uma vez que pode aparentar que no país existe apenas uma língua, e que esta apresenta variação. Mas não cita as outras línguas que coexistem com a língua portuguesa, no território nacional, e que também são responsáveis pelas transformações ocorridas ao longo do tempo na língua portuguesa falada no Brasil. Que contribuem, por sua vez, na formação e no entendimento de muitas das variedades linguísticas existentes no país.

C. IX - O tratamento da variação no livro fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?

O livro menciona, em alguns textos e exercícios, o tratamento e exemplos associados ao sotaque, aos fenômenos gramaticais e ao léxico. Como por exemplo, os textos a seguir abordam a questão do léxico e do sotaque, o primeiro, na página 209,

refere-se ao léxico, com abordagem sobre a palavra mandioca. O segundo texto diz respeito ao sotaque e ao emprego do pronome pessoal *tu*, típico de algumas regiões do Brasil. O terceiro texto diz respeito ao sotaque nordestino.

Figura 18 – Estudos do léxico

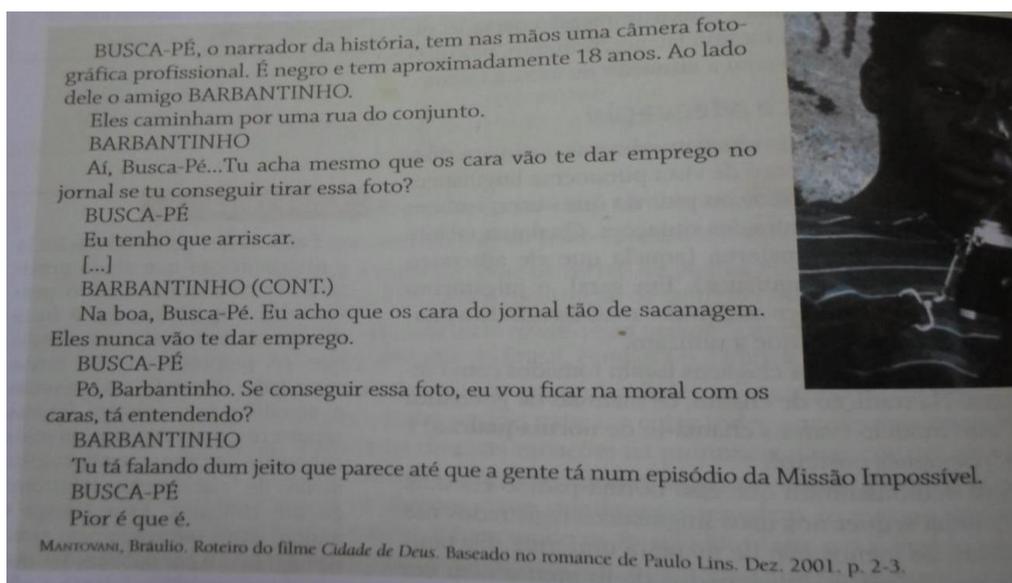


Fonte: Livro didático Ser Protagonista Língua Portuguesa, p. 209, 2013.

O texto acima explora questões relacionadas ao léxico, citando as diversas denominações dadas à palavra mandioca. Em cada região do país um mesmo objeto ou planta pode receber nomes distintos, como é o caso, por exemplo, da palavra mandioca, da abóbora, da mexerica, da fruta do conde, do pão, da pipa, entre outros nomes. O que demonstra, por sua vez, a riqueza vocabular presente em nossa língua.

Já o texto a seguir extraído, também da página 209, destaca a questão do sotaque e com ênfase ao emprego do pronome *tu* para se referir à segunda pessoa do discurso, muito utilizado em algumas regiões do país como no Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e no Maranhão, por exemplo.

Figura 19 – Trecho do roteiro do filme Cidade de Deus



Fonte: Livro didático Ser protagonista Língua Portuguesa, p. 209, 2013.

O texto mencionado aborda a questão da variação regional marcada pelo uso do pronome tu, em construções como “Tu acha”, onde é possível observar e trabalhar os fenômenos gramaticais, uma vez que pela gramática normativa, a construção adequada seria “Tu achas”, onde pela concordância verbal, o verbo deve finalizar em s, como em “tu és”, “tu sabes”, “tu cantas”.

Segundo Cardoso e Cobucci (2014), a concordância de número pode se dar entre o sujeito e o verbo de uma sentença — concordância verbal. A ausência de marca de número representada pela desinência número-pessoal s, não pode ser vista como uma exceção ou como um erro, pois assim como outras construções, também faz parte do sistema linguístico do português falado no Brasil.

Na língua portuguesa e no italiano a marcação morfológica das desinências de número e pessoa nos verbos é bastante produtiva, tanto que o falante pode optar pela realização explícita ou não do sujeito, como “eu comi muito ontem” e “comi muito ontem”. Já em línguas como o inglês e o japonês a marcação morfológica no verbo é mínima ou simplesmente não existe, sendo necessária a pronúncia/lexicalização do sujeito. De forma resumida, se os pronomes pessoais em português e em italiano forem retirados, o número e a pessoa podem ser facilmente identificados pela desinência de número e pessoa do verbo, já em japonês e inglês, isso não seria possível, (CARDOSO e COBUCCI, 2014).

O exercício também traz o uso da variação social, por meio de construções cujo plural é indicado apenas pela flexão do artigo como em “os cara” onde o substantivo permanece no singular, variação comum na fala de falantes com baixo grau de escolaridade. Aqui novamente o professor pode fazer uma ponte entre a gramática normativa e a gramática internalizada, neste caso o foco central será a concordância nominal, em que segundo a gramática normativa, “o artigo, o adjetivo, o pronome adjetivo e o numeral concordam em gênero e número com o nome a que se referem” (TERRA, 2002, p. 326). Outra construção, também identificada no texto, é a abreviação da forma verbal “está” por “tá”, muito comum em conversas informais, observada com maior frequência nas práticas de oralidade, tanto por pessoas letradas como por pessoas não letradas.

O texto, da figura 19, também explora a variação situacional, por meio do emprego de gírias, como “os cara”, “na boa”, “pô”, “na moral” identificando, por meio desta, o local de origem do falante ou seu grupo social, além de enfatizar que se trata de uma conversa informal, entre amigos. Podemos caracterizar, por meio da fala, que as personagens, possuem baixa escolaridade e que são moradores de áreas periféricas da cidade.

No texto a seguir, correspondente à figura 20, o livro faz menção aos aspectos abordando os sotaques, típicos de algumas regiões do país.

Figura 20 - Xaxado chiado

Texto para a próxima questão.

Xaxado Chiado

Gabriel O Pensador / André Gomes

Eu botei o som na caixa e testei o microfone no capricho mas o som saiu chiado

Eu tentei fazer um xote, um chorinho ou um maxixe mas não sei quem foi que disse que o que eu fiz era xaxado

Ó xente, vixe! Um xaxado diferente, de repente tá chegando pra ficar

Resolvi dar uma chegada lá no Sul pra mostrar o meu xaxado porque achei que lá embaixo iam gostar

Chinelo, chapéu, xampu

Enchi minha mochila e parti pro Sul

Encaixei um toca-fitas no chevete e achei o meu cassete do Raul

Na estrada eu nem parei na lanchonete porque eu tinha pouco *cash* e esperei até chegar

Em território gaúcho só pra recheiar o bucho de chuleta na chapa na churrasqueira de lá

Ó xente, vixe! É o xaxado é o maxixe!

Não se avexe, chefe, chega nesse *show* só de chinfra

Ó xente, vixe! É o xaxado é o maxixe!

Não se avexe, se mexe, meu chefe, chama na xinxal!

Uai, sô! Que trem doido sô! Que som doido sô! Que troço doido é esse?

Uai, sô! Que trem doido sô! Que som doido sô! Que trem bão!

[...]

Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/gabriel-pensador/96120/xaxado-chiado>>. Acesso em: 8 jun. 2010.

Fonte: Livro didático Ser protagonista Língua Portuguesa, p. 209, 2013.

O texto, da figura 20, faz referência ao sotaque nordestino com o uso de expressões como “Ó xente, vixe!”, e ao sotaque mineiro com o uso de expressões como “Uai, sô! Que trem doido sô!” e “Que trem bão!”. Aqui é necessário ressaltar que o exercício não tem a intenção de menosprezar e ridicularizar nenhum dos sotaques mencionados, o que é muito comum acontecer tanto na mídia como em leituras que se referem a estes dois sotaques em especial, culturas riquíssimas que contribuíram e ainda contribuem significativamente para a construção de um país pluricultural. Com relação a estas duas regiões, devemos valorizar a maneira de falar de seu povo, tanto de uma como de outra, e não só a sua rica culinária, as suas características geográficas, e suas culturas, o falar destas regiões também precisa ser valorizado.

Figura 21 – Exercício

3 Leia a seguir o trecho de uma notícia publicada no site do jornal *Lance*.

Em busca de vaga na Libertadores, Botafogo tenta ‘secar’ São Paulo

A classificação para a próxima Libertadores beira a realização de um milagre, este que viria recheado de tropeços do São Paulo, [...]. Porém, só secar não adianta e o Botafogo precisa fazer a parte dele neste sábado contra a Portuguesa, às 19h30, no Engenhão [...] para depois torcer contra o Tricolor Paulista diante do Grêmio, domingo. [...]

Faltam quatro rodadas para tirar oito pontos de distância. É difícil, mas a toalha não está jogada.

[...]

Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/minuto/Libertadores-Botafogo-tenta-secar-Paulo_0_807519410.html>. Acesso em: 12 dez. 2012.

a) O trecho faz uso de expressões consideradas informais. Mencione-as.

b) Considerando o gênero a que o texto pertence e o veículo em que foi publicado, é possível afirmar que ele apresenta inadequação linguística? Justifique sua resposta.

c) Substitua as marcas de informalidade mencionadas nas expressões de **a**, reescrevendo os trechos em uma formulação que atenda a esse objetivo.

d) Nessa notícia, que razão pode ser apontada para a escolha original do redator?

Fonte: Livro didático *Ser protagonista Língua Portuguesa*, p. 201, 2013.

O exercício número 3, da página 201, explora os aspectos gramaticais, mas de uma forma mecânica, orientando quanto à substituição das marcas de informalidade, por meio da reescrita pelos estudantes dos trechos que apresentem construções em desacordo à gramática normativa. Mencionando o lado mais construtivo do exercício, ele procura destacar que mesmo se tratando de uma notícia jornalística, o tema e as expressões de informalidade são aceitáveis em cadernos esportivos, por exemplo.

C. X - O livro didático mostra coerência entre o que diz no(s) capítulo(s) dedicado(s) a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

O livro didático, *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM* (2013), menciona que membros da mesma comunidade linguística, atribuem valores aos modos de falar. Afirma que, do ponto de vista puramente linguístico, não há uma forma de falar que seja melhor ou pior do que outra, embora, algumas sejam mais adequadas a determinadas situações do que outras, (2013, p. 199). Em nenhum momento, nas seções subsequentes, foi encontrado algum tratamento que fizesse referência aos termos “certo” ou “errado” com relação à variação linguística.

C. XI - O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

O livro, *Ser Protagonista Língua Portuguesa — SM (2013)*, faz menção à adequação linguística como sendo necessária e fundamental, “adequar-se linguisticamente significa empregar a variedade adequada a cada contexto de uso”, (p. 199). E complementa o assunto ao definir variação situacional:

Não se usam as mesmas palavras ou expressões em uma entrevista de emprego, em uma situação de paquera ou para falar com uma criança pequena, sob o risco de não ser entendido, causar impressão negativa ou não alcançar o objetivo pretendido. Um mesmo falante, portanto, usa diferentes variedades linguísticas de acordo com a situação de uso da língua, (2013, p.199).

O livro aborda que o falante, ao longo do seu dia a dia, pode utilizar-se de várias formas diferentes para se comunicar a depender do contexto de interação ao qual esteja inserido, ou do receptor da mensagem pretendida. Assim, o papel da escola é ensinar o aluno a identificar e empregar as diversas variedades linguísticas possíveis as mais variadas situações comunicativas, tornando o aluno um poliglota em sua própria língua (BECHARA, 2006).

C. XII - O livro menciona o desprestígio das variedades linguísticas populares atentando para a questão do preconceito linguístico?

Ao mencionar a questão do preconceito linguístico, o livro salienta que “qualquer falante é usuário competente de sua língua materna (aquela que ele aprendeu naturalmente, em sua comunidade linguística)”, (2013, p. 199). E que o julgamento sobre o valor de uma variedade linguística, em geral, está mais associado à imagem que se tem dos falantes ou dos grupos que a utilizam, (p. 199).

Ainda sobre o preconceito linguístico o livro salienta que:

Entre as formas de intolerância e discriminação que ainda precisam ser combatidas está o preconceito linguístico. Ele é fruto de uma série de mitos linguísticos que se perpetuam em nossa sociedade, levando as pessoas a acreditar que existem formas superiores, mais corretas ou mais cultivadas de falar e, por oposição, modos de falar errados, inferiores ou até ridículos. Essa crença é muitas vezes reforçada pela grande imprensa e por publicações que prometem ensinar o falante a não “errar” no uso da própria língua, (2013, p. 199).

O papel da escola é minimizar e combater qualquer forma de preconceito. O professor deve fazer esta mediação de forma eficiente, não recriminando, mas dispondo de subsídios que reforcem suas teorias. Fazendo com que seus alunos discutam e sejam críticos com relação ao tema. Apenas após uma discussão embasada em exemplos que sejam próximos da realidade de seus alunos, capazes de levá-los a uma reflexão mais profunda e sistemática, o professor conseguirá minimizar tal crença enraizada na sociedade há séculos.

Segundo o livro didático *Ser protagonista Língua Portuguesa*, o valor social atribuído às variedades urbanas de prestígio é consagrado, e inegável, mas mais do que isso, é um direito de todo o cidadão brasileiro ter acesso a elas, saber usar, saber empregá-las. Isso não pode significar que um falante deva ser discriminado, ridicularizado, rotulado por fazer uso de uma variedade, considerada não padrão, (2013, p. 199).

C. XIII – Considerações

O livro *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, organizado pelas edições SM, aborda com qualidade, dentro do esperado, os temas relacionados ao conteúdo da variação linguística. Porém, como os outros dois livros analisados, não faz menção à pluralidade de línguas coexistentes no Brasil. Uma carência que precisa ser corrigida, pois é fundamental que os estudantes saibam que em nosso país há outras línguas, e que os contatos entre estas formaram a nossa língua materna.

Outra questão pouco explorada no material são os exemplos com relação às variações linguísticas, em forma de textos. É importante mostrar ao aluno, exemplo de manifestações de variações linguísticas, mesmo que sejam em fragmentos de textos, de forma que o aluno possa conscientizar-se da diversidade linguística e de sua importância no processo de ensino aprendizagem de língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas foram às mudanças em relação ao livro didático ao longo dos tempos. E muitas outras ainda virão com a chegada da era tecnológica às escolas e, conseqüentemente às salas de aula, das novas gerações de alunos e professores, e dos diversos programas que surgem a cada dia, por meio das políticas públicas voltadas para a educação. Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais como um divisor de águas com relação ao ensino de língua portuguesa, que viabilizou os laços entre a teoria e a prática, tornando o ensino de língua mais humanizado e mais próximo da realidade do aluno, onde se passou a valorizar o conhecimento prévio e as características que este estudante já traz consigo quando adentra o ambiente escolar.

Os livros didáticos, de forma geral, não ficaram à margem das mudanças ocorridas no cenário educacional, muitos deles também aperfeiçoaram suas estruturas, suas nomenclaturas tornando-se mais interativos e atrativos aos olhos do professor e de seu alunado, uma vez que a maioria apresenta propostas de leituras complementares, projetos interdisciplinares, e continuam sendo os aliados do professor em sala de aula. Por se tratar de uma ferramenta fundamental na prática do professor, esta pesquisa procurou analisar qual é o tratamento dado pelos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio às questões referentes à variação linguística.

Para a pesquisa foram analisados três de um total de dez obras aprovadas pela Comissão técnica, que são utilizadas pelos professores de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, da rede estadual de educação, no Município de Sidrolândia-MS. A partir das análises realizadas, é possível observar que as mudanças permanecem contínuas e positivas para as reformulações e adaptações dos novos exemplares didáticos. O que se deve ao compromisso e à valorização das pesquisas e dos estudos acadêmicos nas políticas públicas com relação à educação no processo como um todo que inclui, por sua vez, linguistas, educadores e estudiosos da língua, tornando esta responsabilidade mais concreta e significativa a cada nova etapa.

Um dos pontos positivos com relação às obras analisadas é o fato de estarem de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e com o Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que os exemplares abordam a questão da variação linguística, visto que em outras obras, tal nomenclatura nem é referenciada, mesmo que de forma resumida e, às vezes, apresentando algumas inadequações quanto

às terminologias empregadas. Os três livros abordaram o conteúdo da variação linguística, objeto de nossa pesquisa.

Durante a análise do primeiro livro didático, *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* da editora Ática é possível avaliar que as hipóteses pretendidas para esta pesquisa foram parcialmente alcançadas, onde foi possível identificar que o livro em análise menciona parte dos doze tópicos analisados por meio do roteiro de análise dos livros didáticos elaborado com base em Bagno (2007) e Gonzáles (2012) para esta pesquisa, discriminado na metodologia.

O livro didático *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* da editora Ática, deixa a desejar com relação à abordagem e o ensino de variação linguística, uma vez que traz apenas notas introdutórias sobre o tema. Menciona a terminologia “Variedades linguísticas e níveis de linguagem” de forma bem resumida. Exemplifica que as variações da língua estão acometidas a fatores externos a própria língua como idade, a faixa etária, a região do falante, entre outros fatores, mas não cita exemplos destas variações, em forma de textos. Ao se referir aos “níveis de linguagem” o livro refere-se às situações mais informais e menos informais em que o falante faz adaptações ao seu modo de falar de acordo com o contexto de interação, aqui novamente o livro não traz exemplos de como o falante se portaria em cada situação.

O livro não faz menção à pluralidade de línguas existentes no Brasil, tema fundamental para que o aluno conheça parte de sua própria história, e entenda como é formada a sua língua materna, influenciada pela miscigenação cultural que a língua portuguesa sofreu e tem sofrido ao longo dos últimos quinhentos anos. O livro também não faz menção à terminologia do preconceito linguístico, não exemplifica tão pouco colabora para sua desmitificação. Na contramão das poucas informações explicitadas pela obra, o livro traz uma seção intitulada como “Questões do Enem” em que é possível verificar uma série de exercícios que requerem um conhecimento mais aprofundado daquele encontrado no decorrer do livro, sobre as variações linguísticas, onde alguns exercícios mencionam a questão do léxico e aspectos gramaticais. O que infere uma discordância entre o conteúdo apresentado e o que é necessário que o aluno saiba, uma vez que no decorrer do livro didático tais conteúdos não foram mencionados.

Observa-se, após a análise, a necessidade do livro didático, *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* da editora Ática, exemplificar melhor as variações existentes na língua portuguesa, além das mudanças linguísticas. Também é necessário abordar e combater o preconceito linguístico, mostrando como a diversidade linguística existente

no país, e como os fatores externos influenciam na construção e na formação de uma nova variedade linguística, e que as línguas em todo o mundo não são homogêneas, prontas e acabadas, mas estão em um constante processo de transformação, assim como a sociedade que dela faz uso, muitas mudanças ocorreram nos últimos anos, mas é possível afirmar que muitas outras acontecerão nos anos que se sucedem.

É importante também que os livros didáticos façam menção aos estudos linguísticos (Linguística/Sociolinguística), mesmo que de forma discreta e reduzida, valorizando desta forma o trabalho dos pesquisadores, pois da mesma forma que há pesquisadores nas áreas da saúde, tecnologia, agropecuária, aeroespacial, entre outras, também há pesquisadores que são responsáveis pelos estudos das línguas. Este é mais um dos itens que não foram abordados pelo livro *Língua Portuguesa: Linguagem e interação*. Outro fato importante também identificado na obra analisada é a abordagem dada ao emprego da terminologia “variedade padrão” e não “norma padrão”, onde segundo o autor Marcos Bagno (2007), a utilização de termos como norma culta, variedade padrão, português padrão, entre outras utilizadas por diversos estudiosos causam muitas confusões, sendo a terminologia norma padrão a mais indicada para esta classificação.

Ainda dentro das hipóteses levantadas para a pesquisa foi possível observar que o livro não faz menção à variação entre fala e escrita, mencionando que em situações de oralidade a prática da informalidade se faz mais presente em alguns gêneros do que em outros gêneros textuais. O livro *Língua Portuguesa: Linguagem e interação*, não explora, durante as explanações do conteúdo, as questões relacionadas ao léxico e ao sotaque, nem tão pouco trabalha a distinção entre as variedades linguísticas existentes — variação regional ou diatópica, variação social ou diastrática, variação estilística ou diafásica, variação histórica ou diacrônica — e não cita exemplos das mesmas, como textos ou fragmentos textuais, para sanar as possíveis dúvidas e curiosidades dos alunos, referente ao tema exposto.

Com relação ao segundo livro analisado, *Novas palavras*, dos autores Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, da editora FTD, em síntese pode se dizer que o livro é bem organizado e faz uma abordagem dentro do esperado entre as hipóteses pretendidas, com relação ao conteúdo da variação linguística, por meio de textos e exemplificações que colaboram para a definição e explicação do tema abordado. Além de enriquecer o material com textos ilustrativos e exercícios contextualizados. A obra menciona o preconceito linguístico explicando-o, e colaborando para combatê-lo,

menciona os estudos linguísticos de forma indireta, demonstrando por meio de recorte e notas explicativas, textos de estudiosos consagrados na área.

Ao mencionar as variações linguísticas, o livro exemplifica cada tipo de variação. Menciona também a variação entre fala e escrita, sendo a fala associada a situações que requerem menor grau de formalidade, mas deixa claro que em algumas situações mesmo na oralidade deve-se empregar uma variedade que requer formalidade, tal situação irá depender do contexto enunciativo. Uma característica importante no livro é que ele faz uso de um fragmento da crônica de Carlos Drummond de Andrade “Antigamente” para mostrar como o autor usou, propositadamente, uma linguagem desatualizada, com expressões arcaicas, que faz com que o aluno perceba como a língua muda com o passar do tempo.

A grande maioria dos textos encontrados nos livros didáticos que estão veiculados à variação linguística, sempre estão cobertos de ironia e humor. Os livros didáticos, em geral, não mencionam obras e textos de autores consagrados para que o aluno perceba que a variação linguística está presente também em outros gêneros textuais que não sejam necessariamente textos humorísticos, como Camões, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade, por exemplo.

O livro *Novas palavras*, aborda questões associadas ao léxico e ao sotaque, não usa apenas o falar caipira, como único exemplo de variação linguística, porém deixa a desejar em dois pontos importantes: primeiro no que diz respeito à pluralidade de línguas existentes no Brasil, uma vez que não faz menção às outras línguas coexistentes no país, que corroboram para a formação da língua portuguesa e o segundo item é com relação ao emprego da terminologia “variedade padrão” no lugar de “norma padrão”, como sugere Bagno (2007).

O terceiro livro analisado, *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, organizado pelas edições SM, aborda com qualidade, dentro do esperado e previsto nas hipóteses predeterminadas para esta pesquisa, os temas relacionados ao conteúdo da variação linguística, onde o livro exemplifica a terminologia e cita exemplos de variações linguísticas existentes. Também faz menção aos estudos linguísticos, citando as contribuições de Saussure, e de forma indireta menciona autores da atualidade que contribuem para as pesquisas linguísticas. A obra exemplifica o termo preconceito linguístico de forma clara e objetiva mencionando a importância e o direito de todo o cidadão de ter acesso às variedades de prestígio da língua, o que não significa que um

falante deva ser discriminado ou até mesmo ridicularizado por fazer uso de uma variedade considerada como não padrão.

O livro, *Ser Protagonista Língua Portuguesa*, assim como os outros, também não se limita exclusivamente ao falar caipira como único exemplo de variação linguística existente. Explora, por meio de exercícios, questões relacionadas ao léxico, ao sotaque e aos aspectos gramaticais, além de apresentar uma ampla exploração da variação entre fala e escrita. Porém, como os outros dois livros analisados nesta pesquisa, não faz menção à pluralidade de línguas coexistentes no Brasil. Uma carência que precisa ser corrigida, pois é fundamental que os estudantes saibam que no país há outras línguas, e que os contatos entre estas formaram e ainda formam a nossa língua portuguesa.

É fundamental considerar que nenhum dos livros analisados fez referência ao tema variação linguística discriminando ou subjugando uma ou outra variação da língua portuguesa. Em nenhum exemplar foi observado um tratamento que partisse de questões discriminatórias, como no caso o falar rural “caipira”, ou as tirinhas da personagem Chico Bento, de Mauricio de Sousa, nem mesmo o falar nordestino e o mineiro tão utilizados em detrimento as outras variações. Duas das três obras analisadas mencionam a terminologia do preconceito linguístico — *Novas palavras* (Editora FTD) e *Ser Protagonista Língua Portuguesa* (Edições SM) —, exemplificando-o e orientando a desmitificação do mesmo. O que demonstra a importância dos estudos e as contribuições destes na reformulação das novas políticas públicas de ensino aprendizagem de língua.

Nesta análise foi possível observar muitas mudanças com relação à abordagem da variação linguística nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio, porém é necessário dar continuidade em trabalhos com essa temática. As editoras devem se aproximar mais dos pesquisadores e professores em sala de aula. Elas devem construir uma ponte unindo os dois extremos do mesmo horizonte, espera-se que o livro didático, no caso, seja esta ponte, tão importante e significativa no processo educacional.

O PNLEM assim como o PNLCD é uma das muitas políticas públicas organizadas para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem que, por sua vez, vem passando por mudanças e adaptações a cada novo ciclo. É necessário que este programa aproxime-se mais da realidade, de cada comunidade escolar (rural, quilombola, indígena, ribeirinhas, pantaneiras, entre outras) por meio de cursos de capacitação e formação continuada, para todos os componentes do sistema educacional (professores, escola, editores, comissão técnica) para que juntos possamos olhar para o mesmo ponto e caminhar na mesma

direção, valorizando o aluno, seu conhecimento prévio, sua identidade, sua história de vida, seus sonhos e sua língua.

Em síntese, com o olhar mais voltado ao ensino de língua portuguesa, é preciso que haja mudanças significativas inicialmente nas universidades, com relação ao ensino humanístico da língua portuguesa, nos cursos de graduação, onde é necessário orientar os acadêmicos e os professores em formação sobre a necessidade de valorizar o falar do aluno, orientá-lo e apresentar-lhe outras variações que lhe serão necessárias ao longo da vida, a depender do seu contexto sociossituacional. Em seguida é preciso voltar os olhos para os professores que já estão na sala de aula, oferecendo-lhes cursos de capacitação e de formação continuada que contribuam com a sua prática diária, tornando o ensino de língua portuguesa ainda mais significativo, encantador e apaixonante.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, Maria Divanira de Lima. *Leitura, interpretação e produção textual.*/ Maria Divanira de Lima Arcoverde, Rossana Delmar de Lima Arcoverde. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é como se faz?* Ed. Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia.* Revista Veredas, Juiz de Fora. Volume 5, Número 2, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.* São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec: 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1991.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa – com exercícios.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris Figueiredo. (1984): *Problemas de comunicação interdialeto.* IN: LEMLE, Mirian (org.) *Sociolinguística e ensino do vernáculo.* 78/79: 9,31. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris Figueiredo. *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula.* São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris Figueiredo. *Nós chegemos na escola, e agora? - Sociolinguística & educação.* São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris Figueiredo. *O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita.* In: Gorski, Edair; Coelho, I. L. (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua.* Florianópolis: UFSC, 2006, pp. 267-76.
- BRASIL. MEC. Guia de livros didáticos: *PNLD 2015: apresentação: ensino médio.* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- BRASIL. MEC. Guia de livros didáticos: *PNLD 2015: língua portuguesa: ensino médio.* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- BRASIL. MEC/SEF *Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.* Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. MEC/SEF *Parâmetros Curriculares Nacionais - (1ª A 4ª SÉRIES).* Volume 1 - portal. mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf. Acesso em 02/04/2015.
- BRASIL. SEMTEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.* Brasília, DF. 2000.

BUENO, Elza Sabino da Silva. *O uso dos marcadores agora e então: mecanismos discursivos da oralidade*. In: ANAIS do CIELL – Congresso Internacional de Estudos Literários e Linguísticos. Três Lagoas - MS: UFMS, p. 281-286, 2008.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 12^a ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

CAMACHO, Roberto Gomes. *A variação linguística*. In: Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1998.

CARDOSO e COBUCCI, Carolina Rodrigues Cardoso e Paula Cobucci. *Concordância de número no português brasileiro*. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris Figueiredo. [et al.]. *Por que a escola não ensina gramática assim?*/1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

COELHO, Izete Lehmkuhl. *et al. Para conhecer sociolinguística* – São Paulo: Contexto, 2015 (Coleção para conhecer linguística)

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. *O tratamento da variação linguística no livro didático de Português*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, 2007.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. (org.) *Interpretação autoria e legitimação do livro didático*. Campinas-SP: Pontes, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática de português contemporânea*. 2 ed Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*/ Carlos Alberto Faraco. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Anglo, 2012.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GONZÁLEZ, César Augusto. *A abordagem explícita da variação linguística pelo livro didático aprovado pelo programa nacional do livro didático para o ensino médio (PNLEM) de 2009 mais adotado no estado do rio Grande do Sul*. ANAIS do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDEFU, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. *Interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.

LEMLE, Mirian. *Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa*. Sociolinguística e ensino de vernáculo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1^a ed.: Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972].

- LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística*. Tradução de Marilda Winkler Averbug, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul - Ensino Médio*. Campo Grande - MS, 2012.
- MATELOTTA, Mario Eduardo *et alii*. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- McCLEARY, Leland. *Sociolinguística – Curso de Licenciatura e Letras-Libras*. UFSC, 2007.
- MOLLICA, Maria Cecília, BRAGA, Maria Luísa. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NARO, Antony. *O dinamismo das línguas*. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luísa. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 43-50.
- PAIVA, Maria da Conceição de. *A variável gênero/sexo*. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luísa. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33-42.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- PERINI, Mário André. *Sofrendo a Gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 1997.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala*. São Paulo: USP, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultris, 1989.
- SILVA, Juliana Orsini da. *Professor e Livro Didático: uma Relação Pendular*/Juliana Orsini da Silva (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2000.
- TANNEN, Deborah e WALLAT, Cynthia. *Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame / consulta médica*. In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org.). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*, 1998. 184-213 p.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. Ed. Ática, 1997.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Org. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2002.
- TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática*/ Ernani Terra. – São Paulo: Scipione, 2002.

VOTRE, Sebastian Julius. *Relevância da variável escolaridade*. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luisa. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 51-57.

SITES PESQUISADOS

A construção do livro didático no Brasil: Disponível em: <<http://www.lemad.fflch.usp.br/node/8065>> acesso em 8 de outubro de 2015.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O embate norma popular/norma culta/norma padrão: implicações no trabalho com análise linguística para falantes do português rural afro-brasileiro. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/silvanaaraujo.pdf>. Acesso em: 02/06/2016.

_____, FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: maio. 2015.

_____. Sociolinguística. A língua e suas variações - Ulbra. Disponível em: www.ulbra.br/letras/files/sociolinguistica-a-lingua-e-suas-variacoes.pdf. Acesso em: 21/04/2015

_____. Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action>>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Decreto-lei n. 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis>> Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Decreto n. 59.355, de 04 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin>> Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Decreto n. 77.107, de 04 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis>> Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Decreto n. 91.542, de 19 de Agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin> > Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Lei n. 5.327, de 02 de outubro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Lei n. 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7091.htm: Acesso em: 04 de junho de 2016.

_____. Resolução n. 38, de 15 de outubro de 2003. *Dispões sobre a execução do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM*, Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/etiquetas/>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

Guia de livros didáticos: PNLD 2015: filosofia: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014. disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>> acesso em 03 de outubro de 2015.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> acesso em 03 de outubro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>, acesso em 29 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>, acesso em 29 de setembro de 2015.

Portal do FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Histórico do livro didático. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/>, acesso em 29 de setembro de 2015.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Língua Portuguesa. Língua e sociedade as condições... Disponível em:><http://www.linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa>>, acesso em: 21 abr. 2015.

LIVROS ANALISADOS

FARACO, Carlos Emilio, Língua portuguesa: linguagem e interação / Carlos Emilio Faraco, Francisco Marto de Moura, Jose Hamilton Maruxo Júnior. – 2. ed – São Paulo: Ática, 2013.

Novas palavras: 1 ano/ Emília Amaral...[et al.].-2.ed. – São Paulo: FTD, 2013.

Ser Protagonista: Língua portuguesa, 1 ano:ensino médio/ obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM; editor responsável Rogério de Araujo Ramos. – 2 ed. – São Paulo: Edições SM, 2013 – Coleção Protagonista;1.